

CABO VERDE 2030



RELATÓRIO II FÓRUM NACIONAL DE TRANSFORMAÇÃO



II Fórum Nacional de Transformação
CABO VERDE 2030





Visite o site

www.caboverde2030.com



www.governo.cv



Manuel dos Santos Pinheiro

Coordenador do CP

Agradecimentos

A realização do II Fórum Nacional de Transformação – Cabo Verde 2030 foi um grande desafio que o Governo de Cabo Verde colocou à avaliação do país, muito em particular a pessoa de S. Excia. o Senhor Primeiro Ministro, cujo empenho e impulsos foram fundamentais para o sucesso alcançado.

Com efeito, houve uma grande engenharia em termos de conceção, de mobilização de recursos financeiros, organização das três fases do evento – estudos estratégicos, diálogos estratégicos e trabalhos do Fórum, em que o Centro de Políticas Estratégicas, pôde contar com os mais diversos envolvimento e parcerias.

Na qualidade de Coordenador do Centro de Políticas Estratégicas cabe-me em primeiro lugar agradecer a presença dos cerca de 800 participantes. Cabe-me também aqui o dever de reconhecer o empenho em competência e disponibilidade dos meus colaboradores diretos do CPE – Alcídia Alfama, André Delgado, Liziane Mariano, Lucineida Fonseca, Manuel Pereira Silva e João Rocha - que durante meses deram o melhor de si mesmos nos trabalhos de conceção, coordenação da assistência técnica e organização do evento.

Nesta mesma ordem de grandeza, é de se realçar a elevada qualidade do acompanhamento e das contribuições recebidas do Conselheiro do Primeiro Ministro, Eng^o Adão Rocha, que foram fundamentais no ordenamento do Fórum.

Também, destaca-se o prestimoso contributo recebido do Dr. Talla Kébé, Conselheiro Sénior de Políticas de Desenvolvimento, UNECA e da Dr^a Heloisa Marone do Escritório Comum das Nações que foi incansável na mobilização de recursos bem como nas atempadas reflexões que prestou à organização do Fórum.

Uma palavra de reconhecimento e agradecimento à Cooperação Luxemburguesa, ao Escritório das Nações Unidas na Praia, à Fundação Africana de Reforços de Capacidade em África e à Direção Nacional da Política Externa e Cooperação do MIREX pelo engajamento e suporte na preparação e realização do II Fórum.

Os agradecimentos são ainda extensivos aos consultores do Grupo Performace e da IHABA, conferencistas, facilitadores, relatores, intérpretes, e à empresa EME, Lda. e demais colaboradores.

Por último, uma palavra de agradecimento ao Gabinete de Imagem do Governo que incansavelmente apoiou o CPE na organização do II Fórum Nacional de Transformação.

A todos, o Fórum agradece,



II Fórum Nacional de Transformação
CABO VERDE 2030

NOTA DE ABERTURA



DE SUA EXCIA. O DR. JOSÉ MARIA NEVES PRIMEIRO-MINISTRO DE CABO VERDE

A realização do II Fórum constituiu um espaço para todos os quadrantes da Nação cabo-verdiana, nestas ilhas e na diáspora, pensarmos juntos e de forma convergente, partilharmos do desenho prospetivo do Cabo Verde que queremos.

As intervenções realizadas durante o II Fórum Nacional de Transformação revestiram-se de enorme interesse estratégico e abrangem, temas tão diversos como a cidadania e o compromisso, os desafios da sociedade do conhecimento e a importância da inovação e da competitividade para um crescimento sustentável, bem como nas mudanças de atitudes e de comportamentos, numa perspetiva nacional de longo alcance.

O II Fórum conduz à ação. As ideias explanadas no II Fórum têm de ter consequências nos próximos tempos. Temos de realizar todas as mudanças institucionais e organizacionais, fazer as reengenharias de processo que forem necessárias, para acelerarmos o processo de transformação e o ritmo de crescimento da economia, para podermos ser consequentes com as nossas palavras e os nossos compromissos e, assim, responder aos anseios e às aspirações de todas as cabo-verdianas e de todos os cabo-verdianos.

Era imperioso este passo, porquanto para se governar em democracia é, necessário que haja diálogo e procura incessante de consensos sobre os fundamentais deste nosso destino comum de liberdade, de dignidade e de progresso social. Isso tem tornado Cabo Verde um país mais livre e mais justo, mais próximo do sonho coletivo das cabo-verdianas e dos cabo-verdianos.

Compete-nos a todos, assumir a transformação para o desenvolvimento. O espírito deste II Fórum foi o de compromisso com o futuro coletivo. É nossa visão tornarmos Cabo Verde um país desenvolvido no Horizonte 2030 e, apesar dos enormes desafios sobre a mesa, é um objetivo possível e exequível.

O desenvolvimento, sendo produto da imaginação criativa, do trabalho de operacionalização de conceitos, de mobilização e de construção política, é, no sentido mais amplo do termo, uma resultante de compromissos. Tudo isso porque aspiramos, cada vez mais, em viver num país moderno, próspero, justo, com oportunidades partilhadas por todos.

E acreditamos nisso, pois a fé faz parte de um processo de construção espiritual inabalável. A nossa história é o espelho disso, pois se conseguimos, nestes 40 anos de país independente, transformar

este país de uma terra improvável num país possível é porque, agora, com melhores condições, podemos transformar todas as improbabilidades em possibilidades.

É preciso continuar a pensar estrategicamente. Fazê-lo com abertura e sentido crítico, ouvindo a todos, com atenção, e partilhando visões e estratégias que possam mobilizar a Nação e impulsionar a aceleração do processo transformacional e do crescimento económico.

O desenvolvimento assenta num incomparável acervo de valores, materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, que permitem a este mosaico nacional, formado pelas comunidades no arquipélago e na diáspora, a oportunidade de se afirmar com uma identidade própria. O desenvolvimento *lato sensu* como caminho para a Liberdade, como permanente realização do Pão e da Palavra, como processo transformacional também, senão mesmo, essencialmente dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Este é um tempo de transformação para o desenvolvimento, estribado no reforço de consolidação do nosso Estado de Direito Democrático.

Cabo Verde, tanto no passado como no presente, continua a ser um projeto nacional voltado para o futuro, que aposta na qualidade de vida dos seus cidadãos e no progresso social. Cientes dos desafios que o desenvolvimento pressupõe, impõe-se um compromisso entre as forças políticas e os parceiros sociais como pressuposto essencial para o progresso gradativo.

O desenvolvimento sustentável e coletivo é um imperativo do compromisso de cada um e do pato social e político alargado. Pressupõe muito trabalho, muito empenho e muito investimento. Requer muita investigação, criatividade e inovação. Se, no ideário de Amílcar Cabral, a libertação constitui um ato de cultura e, perspetivando o desenvolvimento sustentável e coletivo como sujeito e predicado da libertação, encaramo-lo também como um ato de cultura.

A transformação para o desenvolvimento é efetivamente um desafio cultural enorme e permanente para o nosso Estado e para a nossa Sociedade. Um desafio premente para a classe política, para os empresários, para os trabalhadores, para todos os segmentos e quadrantes da sociedade cabo-verdiana. Não se pode caminhar para o Horizonte 2030, marco para o incremento do patamar do desenvol-



condicionalismos da conjuntura, não podem servir de recuo e de inibição ao nosso legítimo e determinado direito ao desenvolvimento.

vimento sustentável e coletivo, sem focarmos na questão cultural do processo transformacional.

Temos de formular, a partir de agora, um Pato Alargado Cabo Verde 2030. Volto a lançar um apelo a todos os partidos políticos, às empresas, às ONG, aos cidadãos das ilhas e da diáspora, enfim, a toda a sociedade civil e política para um diálogo fecundo de modo a obtermos os consensos e os compromissos que hão de levar-nos ao Cabo Verde moderno, desenvolvido e próspero em 2030.

Uma das dimensões - como preocupação legítima de todos os cabo-verdianos - durante o II Fórum Nacional de Transformação, foi a de repensar o Estado de modo a que este seja motivador e determinante para um país que se augura mais cosmopolita, mais integrado na África e no mundo e mais compaginado com as várias civilizações. O Estado que otimize e maximize Cabo Verde como uma ponte entre geografias físicas e humanas, país crucial na criação dos laços entre continentes e países. O Estado que consagre, pela sua dimensão ética e pelo seu exemplo de boa governação, a reputação e a importância estratégica de Cabo Verde.

O balanço estratégico que realizámos, na abertura do II Fórum Nacional de Transformação, confirmou que o país deu saltos qualitativos e quantitativos, nalguns domínios surpreendentes e, apesar dos desafios ainda prevaletentes, hão de convir que fizemos um notável percurso de que devemos nos orgulhar.

Queremos estar e participar neste processo de transformação da África, provar que o desenvolvimento do continente africano é possível, num quadro diversificado de relações.

Cabo Verde só tem importância estratégica se pensar estrategicamente a sua ancoragem e inserção competitiva nesta região da África Ocidental.

Vamos fazer todas as reengenharias que forem necessárias para acelerarmos o processo de transformação. Melhorar a governação dos *clusters*, definir melhor algumas prioridades e acelerar a execução de alguns projetos e programas que estão em curso.

Quanto às mudanças nas forças produtivas, nos segmentos empresariais e no setor privado, impõe-se aqui claramente um choque cultural, em prol da melhoria e do reforço da classe empresarial nacional. Aqui temos necessariamente que desestatizar as nossas cabeças.

Os resultados deste II Fórum são de todos os partidos políticos, sindicatos, organizações patronais, igrejas, ONG e cidadãos.

Cabo Verde merece e este é o nosso destino!

O crescimento da economia e do rendimento *per capita*, a criação de emprego e a redução da pobreza, dispositivos norteadores do progresso, dependerão, em muito, da nossa capacidade para dar respostas novas aos tempos que vão sendo novos. As incertezas e os imponderáveis do futuro, bem como os

INTERVENÇÃO DO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA



*Discurso proferido por
Sua Excelência o Presiden-
te da República de Cabo Verde,
Dr. Jorge Carlos de Almeida
Fonseca, na Sessão Solene de
abertura do “II Fórum Na-
cional de Transformação”*



Senhor Primeiro-Ministro, Excelência, Senhoras e Senhores Deputados da Nação, Senhoras e Senhores membros do Governo, Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Senhores Presidentes das Câmaras Municipais, Senhoras e Senhores Chefes das Missões Diplomáticas, Postos Consulares e Organizações Internacionais acreditadas em Cabo Verde, Senhoras e Senhores Chefes das Missões Diplomáticas e Postos Consulares de Cabo Verde, Autoridades Religiosas, Cívicas, Militares e Policiais, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Caros concidadãos,

Quero em primeiro lugar felicitar o Governo por esta iniciativa, que considero de grande valia, pois deverá permitir uma reflexão aprofundada sobre a nossa realidade e as perspectivas que se apresentam.

Saúdo, de forma calorosa, todos os convidados e, muito especialmente, os amigos estrangeiros.

Dirijo uma palavra de afeto aos cabo-verdianos que vivem no estrangeiro e que, também, quiseram trazer a sua valiosa contribuição a este fórum.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A avaliação do percurso de Cabo Verde enquanto Nação, primeiro, e Estado, depois, faz ressaltar uma série de ruturas mas, também, faz emergir continuidades, permanências, constâncias que consubstanciam a nossa cultura.

Se excetuarmos as situações de rutura, ditadas pelas trágicas secas que marcaram de forma indelével a nossa cultura e contribuíram para erigir a tenacidade como um dos traços marcantes da nossa identidade, apontaríamos, sem dúvidas, como ruturas maiores a Independência nacional e a democratização do país.

A primeira teve a virtude de procurar a materialização de uma

das máximas de Amílcar Cabral, qual seja a necessidade de “pensarmos pelas nossas próprias cabeças” e teve como corolário a nossa autonomia política; a segunda teve o mérito de, através do processo democrático, ampliar o horizonte do nosso pensamento, ao assumir que a eminente dignidade da pessoa humana, a sua defesa e a sua promoção, é o fundamento primeiro do Estado e deve ser, pois, a medida de todas as coisas.

Se as condições, por vezes muito adversas, nos ensinaram a conceder ao imediato um peso tal que, amiúde, o transforma em valor supremo, temos vindo a compreender que entre o imediato e o mediato existe muito mais do que uma, e cada vez mais relativa, relação temporal.

Talvez não fosse exagerado afirmar que, particularmente, numa conjuntura em que a categoria tempo tende, pelo menos aparentemente, a esvair-se e em que o aqui ganha a dimensão do mundo, a articulação entre o imediato e o mediato adquire uma natureza que merece ser reequacionada ou melhor resolvida.

Se é fato que, mesmo com ruturas, o após contém, sempre, aspectos, mais ou menos relevantes, mais ou menos importantes, do antes, isso não significa, contudo, que estas duas dimensões – o antes e o depois - são indistintas. A sua compreensão como esferas idênticas ou lineares implicaria que as potencialidades do futuro seriam suficientes para atenuar as dificuldades do agora e que mudanças atuais não seriam condições necessárias



Sua Excelência o Presidente da República de Cabo Verde

DR. JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Sessão Solene de abertura do “II Fórum Nacional de Transformação”

para assegurar a construção do futuro, o que não está de acordo com a realidade.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Pensar o país para além do imediato vem nessa linha de rutura a que me referi anteriormente. O agora não pode ser absoluto. É fundamental perspetivar e construir o amanhã.

Nesta ótica, considero muito positivo o exercício proposto pelo fórum de se avaliar o caminho percorrido até hoje, identificar as fragilidades existentes e caracterizar as potencialidades atuais, com vista a propor caminhos a serem trilhados nos próximos tempos.

Entendo que, apenas nessa perspetiva, poderemos avançar com segurança, congregando energias de especialistas e técnicos mas, sobretudo, fertilizando os caminhos com a vontade, a determinação e o trabalho das nossas gentes, aqui e na diáspora.

Para a esmagadora maioria do nosso povo é crucial sentir, nesse processo, que a vida vai muito além do agora, mas, também, que esta é parte indissolúvel do amanhã em construção. Mais do que saber, as pessoas precisam sentir que a ponte que vai de hoje a 2030 ou 2050 é concreta, é palpável, é navegável.

Existe um provérbio que diz mais ou menos o seguinte: “por maior que seja a distância, o seu percurso começa pelo primeiro passo”.

A convicção, partilhada pela maioria, baseada em fatos, é um elemento subjetivo de superior importância para a odisseia que consiste em assegurar “a tud criston, tud simbron, sê gota d’água” e a fazer da utopia uma possibilidade, a realidade ao alcance do sonho.

Face aos problemas que Cabo Verde enfrenta e aos contornos atuais da nossa envolvente externa, é imprescindível que o país no seu conjunto se debruce sobre a realidade do presente e reflita, numa perspetiva estratégica e de longo prazo, sobre os caminhos que se quer percorrer para chegar aonde se pretende chegar.

O longo prazo é uma sucessão de curtos prazos. Para nos convenceremos disso, basta notar que a reflexão que hoje iniciamos reportando-nos ao ano 2030, pode corresponder à reflexão que teríamos feito em 1998 para chegarmos aonde estamos hoje, no ano 2014. São dezasseis anos de atividade económica, de ação política interna e externa, de vida social, com altos e baixos que nos conduziram ao novo ponto de partida em que hoje nos encontramos.

Se o longo prazo é uma sucessão de curtos prazos, então temos que perspetivar o longo prazo e agir no curto prazo para atingirmos o que pretendemos no horizonte de 16 ou 20 anos, sem contudo, esquecer que, atualmente, nesta época caracterizada pela transitoriedade, previsões que vão para além de uma década são encaradas, por vezes autorizadas, com alguma precaução.

Como será o país em 2030? Como era há 16 anos, em 1998, e como é hoje? Que caminhos seguimos? Como se comportou o país, quais foram os seus sucessos e insucessos? O que correu mal? O que correu bem? O que queremos ser daqui a 16 ou 20 anos? Que estratégias devemos seguir?

Penso, pois, que não podemos desligar o presente e o passado próximo do futuro localizado em 2030.

Alias, desenvolver é construir o futuro no tempo presente. Vale dizer que desenvolver é, resolver os problemas atuais respondendo às preocupações de momento da população evitando desta forma que as dificuldades conjunturais passem a ser estruturais.

A reflexão deve iniciar-se com o momento atual, as suas dificuldades, os seus problemas fundamentais, as potencialidades e limitações do país, enquadrando Cabo Verde no contexto internacional, o qual condiciona inexoravelmente todos os países do mundo, inclusivamente de maior rendimento e os mais poderosos.

No fundo, a reflexão estratégica que se propõe deve estar orientada para identificar as oportunidades e ameaças que a envolvente internacional encerra, as forças e as fraquezas do país, e, a partir daí, identificar e construir vantagens competitivas.

Só assim poderemos progredir e proporcionar progresso, rendimentos, efetivo bem-estar e razoável qualidade de vida a todos os cabo-verdianos.

Senhor Presidente da Assembleia Nacional, Senhor Primeiro-ministro, Senhores membros do governo, Senhores deputados, Senhores embaixadores, Senhores representantes da sociedade civil, Caros amigos

Entendo este fórum como um primeiro passo, um ponto de partida para toda uma série de iniciativas, provenientes da esfera governamental e da sociedade civil, com a finalidade de responder a uma única e decisiva pergunta: que país queremos ser dentro de 20 anos?

Esta pergunta encerra diversas outras que me abstenho de formular neste momento. Prefiro, antes, debruçar-me sobre os fatores de sucesso deste esforço compartilhado de reflexão estratégica.

A primeira condição de sucesso é precisamente a continuidade e a partilha. A reflexão não pode terminar aqui neste fórum. Na linha do que propõem os organizadores, o debate tem, de fato, de ser alargado a toda a sociedade, multiplicado em iniciativas que abarquem as principais esferas da vida social e política, e que envolvam de forma organizada os atores da vida política, económica, social e cultural cabo-verdiana.

A iniciativa não deve limitar-se pois aos níveis governamental e político. O futuro do país a todos pertence, e felizmente hoje em dia Cabo Verde dispõe de capacidades humanas dentro e fora da esfera política, para refletir sobre o país, numa perspetiva estratégica.

Abertura de espírito, iniciativa, disponibilidade para o diálogo e a confrontação de ideias, capacidade de formulação de propostas e de fazê-las chegar ao público de forma sistematizada e compreensível são ingredientes indispensáveis para a utilização proveitosa



das energias nacionais, forma mais adequada de poder assegurar um desfecho, com inegável sucesso, para o nosso processo de desenvolvimento.

A segunda condição de sucesso, no meu entender, é a tomada de consciência coletiva do ponto em que nos encontramos e da realidade dos grandes problemas nacionais, tal como se apresentam neste momento.

Não podemos deixar de abordar de frente os problemas do emprego e desemprego, da desigualdade de rendimentos, de crescimento económico, e nem devemos deixar de abordar os problemas da justiça e da segurança interna, da descentralização, das insuficiências do sistema de ensino, das limitações da prestação de serviços de saúde aos cidadãos, as dificuldades do país em termos de competitividade internacional, o problema dos valores que predominam na nossa sociedade e, por fim mas não menos importante a reforma e modernização da administração pública e a estruturação e reforço da consistência das instituições nacionais.

Se é fato que algumas destas questões constam do rol de temas a serem abordados no presente Fórum, nunca é demais insistir em que a ponte entre as possíveis respostas para as limitações atuais e os objetivos que se pretende alcançar em cerca de uma década e meia, deve ser uma realidade e que as questões da modernização e eficácia do sistema da justiça, da extensão da descentralização e de sua autonomia e democraticidade, da contenção da insegurança a níveis comunitariamente suportáveis, da edificação de um muito qualificado sistema de ensino e de formação, que não surgem como temas autónomos, deverão, também merecer atenção nas perspetivas atual e futura.

Por exemplo, em 2030 qual será o ritmo de crescimento da nossa economia? Ou melhor, nos anos que vão até 2030 vamos continuar a crescer à média atual que, numa economia tão pequena como a nossa, é incapaz de impulsionar o crescimento do emprego? Como acelerar o crescimento, que vias, que setores económicos e porquê? Penso que este fórum será uma oportunidade para que algumas respostas

a esta e a muitas outras questões sejam procuradas, examinadas ou reavaliadas.

É preciso reconhecer os fatos, tal como são. A opinião pública deve ser esclarecida e informada, em permanência, para poder compreender as opções de política que serão necessárias para fazer chegar o país ao nível de desenvolvimento que legitimamente se pretende.

A terceira condição de sucesso que quero aqui referir é a capacidade de identificarmos as grandes tendências da economia e da política internacionais nos próximos dois decénios.

Ninguém conhece o futuro, e este por vezes surpreende-nos com desenvolvimentos inesperados. Quem tiver dúvidas a este propósito deve reler a história da primeira década do presente século e comparar a realidade com as projeções e as predições que foram feitas em finais do século vinte.

As previsões do futuro não passam disso mesmo, previsões que muitas vezes não se assemelham às realidades que projetaram. Mas isso não significa que não devamos perspetivar o futuro trabalhando com cenários alternativos, construídos com metodologias conhecidas e disponíveis.

Temos de construir cenários tão realistas quanto possíveis, envolvendo as variáveis estratégicas, nomeadamente ao nível internacional, sejam elas de cariz económico, tecnológico, geopolítico, cultural, religioso, civilizacional, regional ou militar.

Temos de decidir onde e como nos devemos situar nesta teia de relações internacionais amiúde impiedosas, que nos ultrapassam e sobre a qual não temos qualquer controlo relevante.



Cientes, porém, de que temos a possibilidade de identificar os pontos de inserção de Cabo Verde na economia e na geopolítica internacional, onde dispomos de vantagens comparativas, sempre relativas é certo, mas decisivas para a nossa sobrevivência e autonomia.

Excelências, Eminências, Caros concidadãos,

Com o fim do ciclo da APD (Ajuda Pública ao Desenvolvimento), a crise económica e financeira mundial, o fenómeno da globalização e, também, a promoção de Cabo Verde a país de rendimento médio, o nosso país terá forçosamente de repensar, ou melhor dizendo, recentrar a sua estratégia no domínio da política externa e os eixos da sua cooperação internacional, tanto com os parceiros bilaterais tradicionais, quanto com as organizações internacionais, por forma a melhor encarar os desafios futuros ao seu desenvolvimento.

Acredito que essa cooperação terá necessariamente de ser equacionada e avaliada de forma mais criativa e mais ousada, de modo a conferir à mesma uma nova dinâmica, quer com os seus parceiros tradicionais, como o Luxemburgo, Portugal, Holanda, China, Estados Unidos, União Europeia, Japão, Espanha, por exemplo, quer com os novos parceiros, a fim de diminuir o nível de dependência da ajuda financeira externa e conferindo, desta feita, mais espaço à cooperação económica e empresarial pública e privada, melhorando o ambiente de negócios no país, o seu nível de competitividade e abrindo Cabo Verde ao investimento externo direto. Com certeza que a efetivação de tais estratégias, no campo das relações externas deverá contar com um desempenho cada vez mais dinâmico, exigente e técnica e politicamente sustentado dos agentes da diplomacia cabo-verdiana, que jamais deverão esquecer, “que a vida é aquilo que acontece enquanto planeamos o futuro” citando um poeta popular, o que quererá significar que devem conceber cenários a longo termo, sem contudo descurar o dia-a-dia, do país e dos seus cidadãos e as opções decisivas de modo de vida coletiva adotadas pelos cabo-verdianos.

Os agentes da nossa diplomacia – sejam eles diplomatas de carreira ou outros – têm de vencer as eventuais resistências, os preconceitos, os receios de lidar, dialogar e mobilizar empresários, mulheres e homens de negócios, no mundo da economia, de indústria, da cultura ou do desporto.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Não escapa a ninguém o impacto das novas tecnologias no modo de vida de muitos milhões de seres humanos, na forma de estar no mundo de um número enorme e crescente de pessoas nos recantos mais afastados do mundo, e na criação de uma economia global.

Independentemente do juízo de valor que possamos fazer sobre o impacto das novas tecnologias, devemos começar por reconhecer a sua importância extraordinária e os seus efeitos na nossa própria sociedade. Hoje os jovens vivem a realidade de maneira diferente das gerações anteriores, largamente, ainda que não exclusivamente, devido ao efeito das novas tecnologias de comunicação.

O mesmo sucede na forma como funcionam a economia e a política, na verdade toda a sociedade. Basta que pensemos no que significam hoje, em Cabo Verde e no mundo, a telefonia móvel, a internet, as redes sociais. Para o bem e para o mal, são realidades que nos condicionam e contra as quais não devemos lutar, pelo contrário, constituem enormes oportunidades para países tão pequenos e fora do circuito económico dominante no mundo de hoje, como é o nosso caso.

A rapidez com que as tecnologias se desenvolvem e o seu impacto global em todas as esferas da atividade das sociedades alertam-nos para a imprescindibilidade de considerarmos esta variável nas nossas projeções e nos cenários futuros de desenvolvimento de Cabo Verde.

Excelentíssimas Senhoras, Excelentíssimos Senhores,

Apraz-me registar o fato de a educação e a investigação merecerem particular atenção dos organizadores. Atrever-me-ia a dizer: ou ganhamos em definitivo a decisiva batalha da educação ou adiamos *sine die* o sonho do desenvolvimento.

Seja-me permitido sublinhar, como tenho feito em várias ocasiões, a importância de refletirmos sobre a forma de acelerar o crescimento económico. Correndo o risco de ser acusado de “economicista”, que não sou, considero improvável que o país atinja patamares de desenvolvimento que nos coloquem na lista dos países desenvolvidos ou com elevado rendimento no horizonte dos anos trinta, sem a aceleração a curto prazo do crescimento económico.

A história que conhecemos, dos casos de sucesso no capítulo do desenvolvimento e da elevação do nível de vida das populações demonstra que um dos fatores principais para se alcançar uma tal situação é a aceleração do crescimento económico durante um período suficientemente longo, normalmente de pelo menos duas décadas.

Ainda vamos a tempo para ascender à categoria de país desenvolvido em duas décadas, mas a condição é que sejamos capazes de encontrar a chave da aceleração do crescimento económico, sem o que não estaremos à altura nas nossas próprias expectativas.

Como tenho repetidamente sugerido, o bem-estar efetivo das pessoas, a melhoria das suas condições de vida, nos planos social, económico e cultural, fim último de todo o processo de desenvolvimento, apenas será possível no quadro do regime democrático-constitucional e de um Estado de Direito, cujos aprimoramento, modernização e extensão deverão constituir meta coletiva permanente e prioritária, a enformar sempre o processo de edificação de um país competitivo.

Ilustre convidados, Excelências,

Auguro sucessos a este Fórum e aguardo com muito interesse e não menor atenção as conclusões e os planos de ação que dele possam sair, com vista à prossecução do objetivo fim maior da governação, qual seja, a elevação do nível de vida dos cabo-verdianos.

Senti-me e sinto-me honrado com o convite que me foi endereçado.

Declaro aberto o II Fórum Nacional de Transformação de Cabo Verde.

Muito obrigado.

II FÓRUM NACIONAL DE TRANSFORMAÇÃO

Índice dos Relatórios Oficiais

O Segundo Fórum Nacional de Transformação – Cabo Verde 2030 foi um acontecimento marcante, com inúmeros eventos tais como 8 estudos e 16 diálogos estratégicos, culminando com três dias de ativos debates organizados em 3 sessões plenárias especiais, 3 sessões plenárias de enquadramento e 21 *workshops*. Para documentar o processo e os resultados do Fórum, foram produzidos relatórios os quais apontam as principais recomendações, os próximos passos e o caminho a seguir. Para proporcionar uma maior facilidade no acesso e utilização do rico acervo de informações produzidas pelo fórum, os documentos são apresentados segundo o índice a seguir:



11/23

Sumário Executivo do Relatório do II Fórum Nacional de Transformação

O Sumário Executivo proporciona um resumo do processo do Fórum, com referências às principais recomendações e aos próximos passos que devem ser seguidos para acelerar o processo de transformação do país.



24/81

Relatório Compreensivo das Atividades do II Fórum Nacional de Transformação

O Relatório do II Fórum Nacional de Transformação retrata todo o processo de organização e realização do mundo, sendo um documento de referência, sobretudo para o mundo académico, estudiosos, especialistas, decisores políticos, parceiros do desenvolvimento, entre outros. O documento ilustra o processo participativo que motivou a realização do fórum mais inclusivo da história do país.



82/97

Cabo Verde 2030: Os Próximos Passos

Os Próximos Passos, destina-se sobretudo aos governantes e decisores, sendo uma combinação do contexto que justificou a oportunidade de realização do Fórum, com a necessidade de discussão das recomendações pelos principais agentes de intervenção no processo de transformação.



98/115

Cabo Verde 2030: Guia das Recomendações

O Guia das Recomendações é a compilação das recomendações produzidas pelos estudos e diálogos estratégicos, bem como pelos *workshops* dos três dias de trabalho sendo destinado sobretudo para os diferentes parceiros e *stakeholders* do processo de transformação, às diferentes agências envolvidas nos setores prioritários para a transformação.



SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Contexto

Em 2003 teve lugar o I Fórum Nacional de Transformação que dotou o Governo de Cabo Verde de uma plataforma de transformação económica, com o envolvimento de todas as partes interessadas, desde os partidos políticos, o setor privado, parlamento, quadros residentes e na diáspora e sociedade civil no geral, num diálogo substantivo sobre a situação da economia e a estratégia para a transformação económica visando a expansão de uma base produtiva capaz de fazer crescer rapidamente a economia do país, promover o emprego e reduzir a pobreza.

Passados dez anos, os resultados são positivos, na medida em que a base económica cresceu e continua a expandir numa emergente economia de serviço, de que são testemunho os setores do turismo, do agro-negócios e da pesca, como setores económicos potencialmente dinâmicos. Entre os outros ganhos, de referir a graduação de Cabo Verde da lista do grupo de países menos desenvolvidos das Nações Unidas, com um crescimento rápido dos níveis de rendimento e de redução substancial da pobreza.

Porém, subsistem vulnerabilidades estruturais e, sobretudo, constrangimentos nomeadamente nos setores dos recursos humanos e das infraestruturas, agravados pelos impactos da crise económica e financeira internacional, contribuindo para uma evolução menos favorável da economia cabo-verdiana, bem como para uma relativa elevada taxa de desemprego, particularmente no seio da camada jovem.

Face aos novos desafios decorrentes de um baixo crescimento global e da crise na Zona Euro, da diminuição das ajudas e das dificuldades em reduzir a dívida, há, pois, necessidade

de estratégias robustas e inovadoras para a construção de uma nova economia capaz de competir no mercado internacional, baseada: (i) em serviços, competitiva e de alta produtividade, (ii) nas infraestruturas de qualidade, (iii) num sistema educativo de elevada qualidade, (iv) na valorização dos recursos naturais ambientais, geológicos e da biodiversidade, (v) num ambiente institucional condizente para o negócio ao nível das melhores práticas.

Daí ter tido lugar o II Fórum de Transformação Económica - Cabo Verde 2030, que procedeu a uma avaliação estratégica dos progressos, dos desafios emergentes, dos condicionamentos e constrangimentos da envolvimento interna e externa, para se projetar os caminhos futuros a percorrer pela sociedade cabo-verdiana, setores público, privado e sociedade civil de um modo geral.

Foram desenvolvidas parcerias com os principais atores do processo de desenvolvimento de Cabo Verde, tanto públicos como privados e organizações internacionais, as quais prestaram contributos valiosos em questões de primeira ordem tais como o crescimento da economia, a problemática do desemprego e do combate à pobreza, entre outras.

De relevar, o elevado número de participantes, desde os diálogos estratégicos até às sessões do Fórum em si que contaram com cerca de 800 participantes, os quais com as suas presenças em mais de uma sessão de trabalho, elevaram para cerca de 1.500 o número de presenças. Acrescem ainda cerca de 1.200 participantes nas diferentes sessões de debate aquando dos diálogos estratégicos.



2. O pré-Fórum

Num primeiro momento tiveram lugar dois conjuntos de atividades introdutórias ao Fórum propriamente dito, visando a recolha de contributos para sustentar e suscitar a participação de todas as partes, com elementos objetivos de apreensão do porquê do Fórum e dos grandes temas sujeitos a debate, análise, avaliação e contribuições.

2.1 Estudos estratégicos

Foram realizados 8 estudos, versando os temas que foram objeto de aprofundamento por ocasião do Fórum, numa perspetiva de diagnóstico estratégico com caráter prospetivo, tais como:

- Reformas do ambiente de negócios para a transformação;
- Qualificar e produzir conhecimento em Cabo Verde;
- Sistema integrado de educação e formação;
- Financiamento do desenvolvimento;
- Desenvolvimento do setor privado e empreendedorismo para a transformação;
- Gestão das infraestruturas para a transformação;
- Programa estratégico para a sociedade de informação – balanço e perspetivas;
- Economias criativas cabo-verdianas: potencializando vocações para um novo desenvolvimento.

2.2 Diálogos estratégicos

Como parte do processo de criação de consensos e engajamento do setor privado, da sociedade civil, dos sujeitos parlamentares, dos municípios e dos departamentos governamentais no programa da agenda de transformação, o CPE promoveu a realização de 16 diálogos estratégicos, sendo um deles com caráter de *workshop*, com intenso e construtivo debate sobre os seguintes temas:

- Olhar da juventude
- Energias renováveis na eletrificação descentralizada e dessalinização: desafios e oportunidades;
- As tecnologias de informação e comunicação na transformação de Cabo Verde - paradigmas, *cluster* e competitividade;
- Papel do setor privado na transformação de Cabo Verde - organização dos setores estratégicos no formato de *clusters*, oportunidades de negócio;
- O Futuro do Agro-Negócio;
- Que Ensino para a Transformação de Cabo Verde;
- *Workshop*: A Estratégia dos *Clusters* e a Transformação a Longo Prazo;
- Mecanismos de Financiamento do Setor Privado;
- O *cluster* da economia marítima: Oportunidades e desafios para o setor privado;
- Mudanças climáticas e gestão do risco;
- Os ganhos e os desafios em matéria de igualdade de género em Cabo Verde;
- Mudança de paradigma energético e a sua sustentabilidade;
- Lugar do Turismo de Cruzeiros no processo de transformação;

- Desenvolvimento do setor das Pescas;
- As oportunidades do Cluster do Agro Negócio.

3. O Fórum: alinhamento das sessões de trabalho

A preparação foi de intenso trabalho, numa conjugação das matérias para debate, com a seleção dos intervenientes e com as questões de natureza logística. A sessão de abertura foi presidida por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, proferindo uma comunicação, que para além dos cumprimentos formais, enfatizou a visão do futuro e a capacidade de acompanhamento das tendências a nível mundial e seus reflexos em Cabo Verde, necessidade de trabalhar cenários possíveis.

Sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro, Dr. José Maria Neves, deu início aos trabalhos propriamente ditos, procedendo ao balanço estratégico da implementação da Agenda de Transformação desde 2003, seguido de amplo debate por parte da plenária de participantes.

Os trabalhos propriamente ditos contaram com 3 sessões plenárias especiais e 3 sessões plenárias, tendo estas enquadrado 21 workshops sobre temas diversos e atuais.

Finalizando os trabalhos desenvolvidos nos diferentes painéis e workshops, e antecedendo a sessão de encerramento, o Coordenador do CPE apresentou as linhas de força das conclusões, tendo retido dos debates as principais recomendações.

Os trabalhos do Fórum foram encerrados por sua Excia o Senhor Primeiro-Ministro, cuja alocução enfatizou à importância dos consensos para a densificação e fortalecimento da Nação e que o desenvolvimento é resultante de compromissos, a necessidade de se repensar o Estado face à necessidade de mudanças nas forças produtivas, nos segmentos empresariais, na economia, na cultura, na forma de fazer política e principalmente a importância de se melhorar a governação, adotar uma agenda de reformas, mobilizar competências na diáspora e junto dos nossos parceiros, ter uma outra atitude em relação ao setor privado.



4. Acelerar o Processo de Transformação

O fórum nacional teve por finalidade acelerar o ritmo de transformação. O Fórum e os vários elementos do processo levantaram questões e geraram inúmeras ideias. Os resultados das recomendações compiladas mostram que o desafio não é a falta de ideias. O desafio é decidir as prioridades num contexto de recursos limitados.

Pelo que tendo em conta as vulnerabilidades, o presente relatório procura apresentar um conjunto de ações prioritárias que devem constituir o núcleo de um plano de ação urgente para Cabo Verde, para além do que já está em curso. A agenda/plano de ação urgente foi sintetizado a partir dos resultados dos estudos e diálogos pré-fórum e das discussões durante o fórum em alinhamento com os desafios, pontos fortes e oportunidades identificadas.

● Recriar e promover a marca Cabo Verde

O governo comprometeu-se a repor, reformar e recriar a marca da Nação, sendo fato crítico que Cabo Verde é pouco conhecido a nível mundial. Para um país que necessita de um setor turístico em rápido crescimento, de grandes investimentos e de grandes parceiros estratégicos, tem de agir de outra forma.

Existe necessidade de uma marca e de promoção do programa em grande escala para Cabo Verde nos principais mercados de África, Ásia, Américas (incluindo o norte e o sul) e na Europa (principalmente Europa do Leste) e de um quadro institucional claro para liderar e gerir o processo. O ponto de partida deve ser uma estratégia de marca e de promoção, bem como um plano de ação formulado em colaboração com as principais partes interessadas.

● Definir o Mecanismo de Governação do *Cluster*

Cabo Verde optou pela abordagem de *clusters* para a sua transformação económica e há um consenso à volta dessa estratégia. No entanto, há necessidade de se fazer uma reflexão sobre a melhor forma de gerir o desenvolvimento dos *clusters* e saber que quadro institucional será mais adequado para as realidades de Cabo Verde.

A estrutura de governação deve incluir tanto o setor público como o privado e deve facilitar a eficiência, a eficácia e a rapidez ao mesmo tempo criar e implementar programas sólidos que sejam capazes de apoiar o desenvolvimento e o crescimento do *cluster*. Além disso, essas estruturas devem ter a capacidade de coordenar o *cluster*, promover a ação coletiva e ter autoridade para reunir os setores público e privado para impulsionar o desenvolvimento dos *clusters*.

● Plano de Negócios para cada Cluster

O Plano de Negócio de cada *Cluster* deve fornecer uma oportunidade para se repensar e reavaliar o *cluster*, mapear a cadeia de valor, as atividades e os atores no *cluster*, formular a visão e os objetivos estratégicos e traçar uma agenda para o desenvolvimento do *cluster*, incluindo um plano de ação. A implementação deve ser um elemento-chave na conceção dos planos de ação do *cluster*, sendo que a liderança caberá ao setor privado.

● Atrair Parceiros Estratégicos de Classe Mundial

Cabo Verde precisa construir uma economia altamente competitiva para conseguir alcançar o sucesso de sua agenda para a transformação. Uma maneira de atrair tais parceiros estratégicos é utilizar o recém-criado programa de parceria público-privado e de privatização. O país deve desenvolver uma estratégia direcionada para atrair cada empresa individualmente. O objetivo é encontrar parceiros estratégicos que partilham valores que estão em sintonia com o modelo do crescimento estratégico do país e que desempenharão um papel fundamental no desenvolvimento dos *clusters*.

● Priorizar Reformas

Há uma necessidade de ampliar, aprofundar e acelerar o processo de reformas de modo a ter um impacto na forma como o negócio é feito no país. Isto exigirá uma agenda ambiciosa, com objetivos claramente definidos. As reformas prioritárias, que são principalmente críticas para a agenda de transformação em Cabo Verde, são as que dizem respeito ao mercado do trabalho, educação e ambiente de negócios.

Uma agenda ambiciosa é necessária. Existe necessidade de se agir de forma decisiva sobre os fatores-chave para promover a inovação, prontidão tecnológica e colocar ênfase na criação de um ambiente institucional que estimule a criatividade e a inovação. Isso exigirá a criação de uma *Task Force* para liderar o esforço, criação de grupos de trabalho para cada uma das áreas de incidência, elaboração de um plano para as reformas a realizar, elaboração de um plano para a implementação e criação de um sistema de acompanhamento e avaliação.

● Alargar a Base de Parceria

Cabo Verde é uma economia aberta, altamente vulnerável a choques externos e dependente de poucos produtos e mercados, pelo que precisa formular e implementar uma estratégia de diversificação.

Uma ideia que foi fortemente defendida durante o Fórum é a necessidade de Cabo Verde integrar-se melhor com a África e, por isso, foi alegado que a África deve ser a âncora para a economia Cabo-verdiana. Isso exigirá mais proximidade com a região através da parceria da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

A necessidade de alargar a base de parceria para Cabo Verde não deve ser limitada à África, pois que Cabo Verde também precisa desenvolver novos vínculos nas Américas (EUA, Canadá e Brasil), Europa Oriental, Oriente Médio e Ásia. O objetivo deve ser atrair capital, investimentos e turistas. Para que isso aconteça, será necessário haver uma propaganda e marketing eficazes e eficientes sobre Cabo Verde e uma nova abordagem para a promoção do investimento.

● Compato Nacional

Cabo Verde também precisa de um modelo de Estado mais adequado, dado o seu tamanho, recursos e realidades. Há necessidade de redesenhar o Estado de forma a reduzir os custos do seu funcionamento. Há necessidade de se firmar um grande contrato ou pato entre os partidos políticos, o que irá permitir o redesenho do Estado e da Constituição, mais em conformidade com a condição de país arquipelágico pequeno, com recursos limitados.



5. Os Próximos Passos

Cabo Verde tem feito enormes progressos desde o lançamento da agenda para a transformação, no entanto, ainda existem muitos desafios a ultrapassar. O objetivo a seguir ao segundo Fórum Nacional é relançar a agenda de transformação e acelerar o processo.

a) Definir um Projeto para 2030

Instalação de uma instituição para implementar a agenda de transformação tem sido o principal constrangimento. Esta instituição será responsável pela coordenação geral da implementação da agenda de transformação. O Projeto 2030 será apoiado e trabalhará através de um conjunto de grupos de trabalho e comissões instituídas para incidirem sobre objetivos específicos ou através da implementação de um projeto especial. Os membros dos grupos de trabalho dos comités incluirão Agências e Ministérios em causa. Os peritos serão recrutados a curto prazo, quando necessário, para apoiarem o Projeto 2030 e suas comissões. Um primeiro passo fundamental para o Projeto 2030 será a conceção do mesmo, angariação de fundos para implementar e montar a equipa.

b) Criar Grupos de Trabalho/Comissões

Conduzir as reformas necessárias através do sistema e implementar projetos especiais será complexo e essa complexidade decorrerá em parte da necessidade de envolver e coordenar muitos atores e instituições. Os grupos de trabalho/comissões são propostos como uma forma de garantir a coordenação e fornecer o impulso necessário para conduzir as reformas e implementar projetos especiais que precisam ser elaborados e implementados.

Cada programa de reforma e projeto especial deve ter o seu próprio grupo de trabalho/comissão. Os grupos de trabalho ou comissões devem ser criados de acordo com as necessidades e serão *ad-hoc*, apenas para fins de supervisão de um projeto ou programa de reforma do conceito para im-



plementar e facilitar as partes interessadas a trabalhar em conjunto em projetos críticos. Cada um terá metas e objetivos específicos e os grupos de trabalho serão coordenados pelo Projeto 2030. O mesmo fornecerá um mecanismo para a comunicação regular para informar os Ministros e o Primeiro-Ministro sobre os desafios e os progressos atingidos.

c) Formular e Implementar um Programa de Comunicação

Neste momento, existe um consenso geral em Cabo Verde sobre a agenda para a transformação. No entanto, há necessidade de construir um ambiente de grande envolvimento e participação ativa, para que a agenda seja concretizada, para que haja mudanças e transformação do país em todos os aspetos. A transformação não pode ser uma tarefa apenas do governo. O setor privado, a sociedade civil, a administração pública, os partidos políticos e os trabalhadores têm contribuições importantes a dar.

Para o efeito, terá que haver um forte marketing social e um programa de comunicação para envolver as partes interessadas, explicar a necessidade de transformação, a visão e os objetivos, o que será feito e como, o papel de cada um e as implicações para os vários grupos e o que é exigido deles, pelo que serão necessárias a formulação de uma estratégia, de um plano de comunicação e de um processo de implementação da área em todo o país.

pação dos vários quadrantes dos setores público, privado e sociedade civil, cujas contribuições num ambiente de diálogo aberto e construtivo, colocaram grandes expectativas no que respeita ao desenvolvimento futuro do país e envolvimento de todas as partes no processo.

Foi uma oportunidade excepcional para os atores públicos, privados e da sociedade civil em geral, com o contributo de países e organizações internacionais, procederem a uma avaliação económica e social que o país vive, bem como para serem busca das vias, propostas, para o desenvolvimento no horizonte de 2030.

Foram identificadas oportunidades no sentido de garantir a transformação, em relação às quais deve haver um forte empenho, eficiente e eficaz, uma forte apropriação das mesmas, com elevado sentido de responsabilidade por parte de todos os agentes da transformação, na adoção de uma Agenda de Transformação 2030, cuja coordenação do exercício de planificação, de gestão e de avaliação a nível nacional, é fundamental.

Para o efeito, deverá haver o maior interesse num exercício de planeamento estratégico visando estabelecer a Agenda de Transformação 2030, definindo o papel dos agentes públicos, privados e da sociedade civil em todas as fases do processo, para uma apropriação real das responsabilidades face às oportunidades que se colocam.

6. Breve balanço prospetivo do Fórum

Os objetivos do Fórum foram alcançados, senão ultrapassados, vista a ampla partici-

Importância relevante deverá ser acordada à coordenação, fundamental para a planificação e gestão do processo.



Propostas e recomendações



- Acelerar medidas de aplicabilidade das reformas, por forma a melhorar as notações no *Doing Business*;
- Qualificar a Reforma do Estado;
- Empoderar as instituições públicas de apoio ao setor privado;
- Operacionalizar o Conselho Nacional para o Desenvolvimento do Empreendedorismo;
- Criação de um Comité Diretor do *Doing Business*;
- Adotar e implementar um plano anual de reformas, inclusive projetos de modernização e simplificação da administração pública;
- Reforçar as capacidades institucionais visando impactos de performance na realização de negócios;
- Acelerar as reformas laborais e a implementação da lei REMPE;
- Conceber e implementar um plano de monitorização e avaliação dos resultados e progressos na competitividade do país;
- Acelerar a implementação do Centro Internacional de Negócios;
- Adotar um livro de projetos, sobretudo aqueles geradores de emprego;
- Desenvolver parcerias com o setor privado, para gerir e promover setores de competitividade;
- Com o setor privado, desenvolver uma estratégia de atração do investimento e desenvolvimento do setor privado;
- Adequar e multiplicar os acordos de promoção do investimento, bem como os acordos contra a dupla tributação;
- Desenvolver capacidades no que respeita à competitividade do país em relação aos incentivos fiscais e vantagens competitivas para o investimento;
- Diversificar mais os projetos de governação eletrónica;
- Racionalizar as instituições e monitorizar a eficácia do seu desempenho;
- Adequar e reforçar o papel das instituições de apoio ao setor privado, entre outras a CI, ADEI, DGDT, SDTIBM;
- Avaliar as necessidades de financiamento do setor privado e desenvolver uma estratégia de financiamento sustentável.

Propostas e recomendações

- Completar o programa de investimento em infraestruturas;
- Definir e implementar políticas e modalidades de manutenção das infraestruturas;
- Reforma dos mecanismos de priorização das necessidades, planificação e implementação das infraestruturas;
- Modernização dos modelos de gestão do setor das infraestruturas;
- Qualificar e adequar o capital humano público e privado às necessidades de otimização das infraestruturas;
- Reforçar e adequar os mecanismos de regulação e supervisão do setor das infraestruturas;
- Promover a eficiência e a competitividade das infraestruturas;
- Maximizar a sustentabilidade económica e financeira das infraestruturas;
- Boa avaliação dos projetos com critérios e métodos de comparação das prioridades;
- Assegurar a sustentabilidade ambiental na conceção, implementação e gestão das infraestruturas;
- Adequação do porto da Praia ao posicionamento da capital como polo financeiro regional e centro de conferências;
- Ajustamento faseado dos aeroportos da Boa Vista (turismo) e do Mindelo (centro logístico);
- Modernização dos portos do Tarrafal de S. Nicolau e do Maio;
- Expansão da rede rodoviária para desencravar localidades nas ilhas de S. Antão, S. Nicolau, Santiago e Fogo;
- Infraestruturas de apoio aos *clusters* do mar, TIC, agronegócio e indústrias criativas;
- Aumentar a capacidade de produção de água e energia, bem como tornar eficiente e eficaz a gestão da distribuição;
- Infraestruturas de saneamento apropriadas;
- Infraestruturas TIC (expansão banda larga aos domicílios, TDT e parques tecnológicos);
- Políticas e sistemas apropriadas de manutenção das infraestruturas (aeroportuárias, portuárias, rodoviárias, energia, água e saneamento, comunicações);
- Definição de mecanismos sustentáveis de financiamento da manutenção;
- Pato de Regime sobre uma política de infraestruturização de longo prazo, alinhada com as alavancas de crescimento e desenvolvimento económico;
- Planeamento das infraestruturas com ênfase na avaliação prévia do custo/benefício e hierarquização das prioridades;
- Envolvimento do setor privado na montagem das PPP, no alinhamento dos mecanismos de financiamento, na adequação das políticas de procurement;
- Envolver o setor privado na planificação, gestão e execução das infraestruturas;
- Concessões dos serviços públicos de transportes aéreo e marítimo inter-ilhas;
- Atração e circulação das competências e contributo da diáspora;
- Consolidação do processo de reestruturação institucional, com enfoque nos sistemas e mecanismos de regulação, de avaliação e supervisão do setor e na eficiência do quadro jurídico-legal, desmaterialização e integração de processos e foco na eficiência;
- Perspetiva regional das infraestruturas, com sua inclusão na agenda da diplomacia económica;
- Otimização das fontes de receitas;
- Reforço dos mecanismos de integração das políticas de gestão ambiental.

FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Propostas e recomendações

- Qualificar os serviços de tributação e cobrança;
- Promover a criação de um sistema bancário sólido;
- Qualificar as PPP;
- Modernizar e reforçar as capacidades do sistema bancário;
- Acelerar a reforma das empresas públicas;
- Junto do Banco Central, estabelecer um Gabinete de Informações de Crédito;
- Rever o quadro regulamentar para o desenvolvimento e expansão das atividades de micro finanças;
- Promover a criação de uma instituição de micro finanças reconhecida internacionalmente;
- Promover a criação de agência de classificação das instituições de micro finanças;
- Rever os quadros legais e fiscais de apoio ao desenvolvimento dos serviços de *leasing* e *factoring*;
- Promoção e desenvolvimento de um forte sistema bancário;
- Melhoria do quadro legal para funcionamento do *leasing*, *factoring* e outros instrumentos financeiros;
- Adotar a Lei de Bases do Sistema Bancário e a Lei das Instituições Financeiras;
- Aumentar as contribuições dos usuários finais;
- Melhorar a eficiência da cobrança de impostos;
- Alargar a base contributiva;
- Otimizar as taxas e os impostos;
- Aumentar a capacidade de absorção dos financiamentos por parte dos departamentos governamentais encarregados da elaboração, aprovação e execução de projetos;
- Melhorar o processo de triagem e apresentação de projetos junto dos doadores;
- Desenvolver ações de cooperação com os principais países emergentes e junto dos fundos soberanos;
- Junto do MFP, criação de um grupo de trabalho especializado em projetos de financiamento PPP.
- Realizar anualmente uma avaliação da estabilidade financeira;
- Prestar apoio financeiro para garantias e fundos de capital de risco mais eficazes;
- Prestar assistência técnica às instituições de financiamento das PME;
- Promover instituições financeiras não bancárias;
- Desenvolver opções de refinanciamento;
- Desenvolver produtos e serviços financeiros adaptados à realidade das PME e microempresas nacionais;
- Estimular a economia financeira e poupanças a longo prazo;
- Promover uma campanha de informação pública sobre as oportunidades de investimento, o mercado de ações e as oportunidades de financiamento;
- Promover o desenvolvimento dos fundos de investimento;
- Promover o desenvolvimento de uma indústria de gestão de ativos e intermediação;
- Promover a formação e a educação financeira;
- Desenvolver a cooperação com outros mercados financeiros, dando atenção ao mercado africano;
- Ativar produtos financeiros diversificados e oportunidades de investimento orientados para a diáspora, criando incentivos fiscais específicos;
- Aumento do capital mínimo, aumento da frequência dos relatórios sobre a estabilidade financeira, implementação de um sistema de informação de crédito privado, promoção da micro-finança;
- Ações específicas para promover o financiamento de projetos prioritários como o fundo de garantias, facilidades de créditos especiais e o capital de risco;
- Desenvolvimento de novos produtos e serviços financeiros através de instituições financeiras parabancárias;
- Desenvolver opções de refinanciamento de hipotecas e outros formatos de dívidas no mercado financeiro.

SETOR PRIVADO E EMPREENDEDORISMO

Propostas e recomendações

- Reforçar o desenvolvimento dos setores competitivos;
- Estimular a Reforma do Estado;
- Operacionalizar o Conselho Nacional do Empreendedorismo;
- Desenhar uma estratégia nacional de empreendedorismo social;
- Estabelecer um conceito empresarial “circular” que alavanque inovações técnicas existentes e os recursos naturais;
- Reforçar as capacidades das instituições de apoio (ADEI, AJEC, Câmaras de Comércio, Associações Comerciais);
- Definir com clareza cada *cluster* e estabelecer os prioritários;
- Identificar e potenciar os posicionamentos estratégicos para cada *cluster*;
- Criar um *short-list* dos diferentes posicionamentos;
- Desenvolver a lista das atividades estratégicas necessárias para cada um dos posicionamentos e identificar os potenciais projetos;
- Identificar oportunidades de negócio com forte potencial de competitividade;
- Identificar os fatores de sucesso indispensáveis ao reforço da competitividade;
- Identificar e envolver os principais *stakeholders* (público, privado, sociedade civil) na abordagem de cada *cluster*;
- Conceber e implementar um programa de capacitação para prestar assistência técnica às PME (formação, serviços de informação, *mentorship* e *coaching*);
- Implementar uma abordagem operacional e eficiente de gestão de projetos na criação de incubadoras e financiamento;
- Promover acordos entre as instituições públicas e privadas para a realização de programas complementares de assistência às PME;
- Estimular PPP para ações de formação – envolver as principais empresas particularmente na formação vocacional;
- Desenvolver programas de educação executiva sobre o empreendedorismo, liderança e gestão;
- Listar as áreas prioritárias para o BOP;
- Criar um *benchmark* das boas práticas e modelos globais com interesse para Cabo Verde;
- Empoderar as instituições do setor privado.



SISTEMA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO INTEGRADA

Propostas e recomendações



- Educação básica do pré-escolar ao primeiro ciclo atual em regime de tempo integral, alargada até aos 10 anos de escolaridade obrigatória;
- Subsistema (secundário) sendo geral do 9º ao 12º ano e técnico no 11º e 12º ano, em regime de tempo integral;
- Universalização do acesso ao pré-escolar das crianças de 4 a 5 anos de idade;
- Implementação do novo estatuto do pessoal docente;
- Generalização da experiência da escolaridade obrigatória de 8 anos;
- Generalização do acesso às TIC;
- Ênfase ao ensino das línguas e das ciências exatas;
- Integração do papel da família e das comunidades na qualidade e na vida das escolas, bem como na valorização do capital social;
- Potenciar o desenvolvimento do capital social das crianças;
- Desenvolvimento do espírito de empreendedorismo;
- Valorização das formações profissionalizantes;
- Redução da taxa de repetência no 9º ano de 29,2% para 20% e no 12º ano de 33,5% para 22%;
- Expansão da formação de nível III, IV e V;
- Introdução de programas educativos complementares com recurso às TIC;
- Reforço da relevância do ensino técnico através da duplicação da frequência do ensino técnico de 13% para 25%;
- Mais rigor na formação e avaliação dos professores, por forma a melhor responder à qualidade do ensino;
- Estudos complementares para avaliação da qualidade da educação e formação profissional;
- Reforço da capacidade de recolha e gestão de informações estatísticas do sistema de educação e formação;
- Articulação e integração das redes de escolas técnicas e polivalentes do ensino secundário com os centros e escolas de formação profissional.

QUALIFICAR E PRODUZIR CONHECIMENTO

Propostas e recomendações

- Conclusão do pacote legislativo do ensino superior e sua aplicação efetiva;
- Definição do modelo de financiamento das instituições públicas de ensino superior;
- Criação de um Conselho de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como de fundo que garanta a sustentabilidade;
- Estabelecer modalidades de avaliação das instituições de ensino superior nacionais, por organizações internacionais reconhecidas;
- Definição de uma estratégia de internacionalização integrada com o desenvolvimento dos *clusters*;
- Implementação do sistema de garantia da qualidade das instituições e da oferta formativa;
- Criação da agência de regulação do sistema de ensino superior;
- Qualificação do corpo docente a nível do doutoramento em todas as áreas de conhecimento;
- Organização de unidades de investigação nas instituições de ensino superior, com o corpo docente a tempo inteiro, desenvolvendo funções letivas, de investigação e serviços à comunidade;
- Participação das instituições em redes e parcerias internacionais;
- Oferta de formação avançada e capacidade de enquadramento de doutoramentos em todas as universidades;
- Aumento de produção científica e sua publicação regular em revistas prestigiadas;
- Contratos-programa com as instituições públicas de ensino superior;
- Priorizar o reforço do sistema de ensino superior e CTI nas áreas de desenvolvimento económico consideradas estratégicas;
- Articular a formação e investigação com as entidades envolvidas no desenvolvimento socioeconómico dos *clusters*, com apoio ao estabelecimento de parcerias nacionais e desenvolvimento de projetos internacionais;
- Promover a ligação às empresas dos setores ou *clusters*;
- Identificação das necessidades do mercado para oferta de serviços de conhecimento qualificados em áreas de conhecimento relevantes dos clusters;
- Aprofundar a identificação de áreas científicas nucleares e habilitantes, em diálogo com as instituições do ensino superior, de investigação e do desenvolvimento, nomeadamente com as instituições associadas aos *clusters*.



O FUTURO DO AGRONEGÓCIO

Propostas e recomendações



- Reestruturação das bases conceptuais e metodológicas da extensão rural;
- Adoção de uma política de crédito rural;
- Adoção de um quadro apropriado de criação e organização do movimento cooperativo;
- Devido equacionamento dos constrangimentos decorrentes do excessivo parcelamento das explorações agrícolas, do complexo problema do direito de propriedade e do cadastro da propriedade rural;
- Dotar o setor de um seguro agrícola;
- Diminuição dos constrangimentos do setor como a problemática dos transportes e escoamento dos produtos, a questão energética e o quadro regulador;
- Desenvolver uma política de gestão, manutenção e regulação das infraestruturas;
- Ações de capacitação/formação dos produtores rurais no que respeita as técnicas de produção, bem como a organização e gestão das unidades de produção;
- Planificar, organizar e efetivar a transferência do conhecimento (tecnologia e inovação) para os produtores rurais, capaz de potenciar o desenvolvimento das cadeias de valor;
- Implementar um seguro agrícola, enquanto instrumento de minimização e partilha de riscos;
- Identificar e caracterizar as oportunidades do setor, bem como motivar e integrar os jovens na dinâmica para a criação do emprego e do auto-emprego;
- Potenciar e valorizar os recursos hídricos mobilizados;
- Avaliar a eficiência e eficácia das infraestruturas hidráulicas, bem como o seu peso na competitividade e desenvolvimento sustentado do país;
- Maior divulgação e informação aos produtores das atuais linhas de crédito, por partes das instituições financeiras credoras em estreita colaboração com o MDR e as organizações dos produtores;
- Organização dos produtores e dos circuitos comerciais, em cooperativas, entrepostos comerciais, centros de pós-produção e de transformação;
- Desenvolvimento de iniciativas de articulação entre as universidades (docentes, investigadores e alunos).

SETOR MARÍTIMO E PORTUÁRIO

Propostas e recomendações

- Aposta em infraestruturas e capital humano para fazer face aos concorrentes mais próximos;
- Centro de referência nas pescas;
- Centro internacional de formação na área marítima;
- *Hub* de serviços de qualidade no Atlântico;
- Cabo Verde como destino de turismo de cruzeiro de referência;
- Consolidação do quadro institucional;
- Adoção de um Plano Estratégico da Economia Marítima.
- **Pescas**
 - Adoção de um plano de ação integrada para o desenvolvimento das pescas;
 - Intensificação das condições de maior captura para a indústria de transformação e de exportação;
 - Aposta na formação, serviços e logística.
- **Aquacultura**
 - Promover parcerias entre empresas nacionais e estrangeiras com experiência no setor.
- **Portos**
 - Identificação e promoção das oportunidades de negócio proporcionadas pela atividade portuária;
 - Reforçar as infraestruturas relacionadas com a atividade do *bunkering*.
- **Turismo**
 - Promover atividades de pesca desportiva e desportos náuticos;
 - Qualificar e promover as atividades ligadas ao turismo de cruzeiro.
- **Reparação naval**
 - Adequar os estaleiros da CABNAVE para a reparação de barcos de pesca do alto mar, construção de embarcações (*hub*) de pesca e de recreio.
- **Ensino em náutica**
 - Formação de oficiais de marinha mercante e em náutica de pesca;
 - Formação de marinheiros, inclusive em náutica de pesca;
 - Treinamento em questões de segurança para tripulações;
 - Investigação em técnicas de pesca.
- **Segurança marítima**
 - Instalar sistemas de segurança marítima de pessoas e da navegação marítima;
 - Criar condições de segurança contra intrusão ou agressão no espaço marítimo regional;
 - Estabelecimentos de acordos internacionais.
- **Serviços**
 - Instalação de logística de refrigeração e abastecimento de víveres a embarcações;
 - Estimular o surgimento de empresas especializadas em fornecer serviços de abastecimento à frota marítima.



- Alinhamento do Programa para a Sociedade de Informação, com:
- A visão de médio e longo prazos para o desenvolvimento e a competitividade de Cabo Verde;
 - A estratégia para o *cluster* TIC;
- O processo contínuo da reforma do Estado;
- **Massificar o acesso e a utilização das Tecnologias de Informação**
 - Promover o acesso de adultos info-excluídos e da população rural às TIC;
 - Aumentar a percentagem de ativos digitais;
 - Garantir preços que estimulem o acesso e a utilização.
- **Alinhar os serviços de governação com as necessidades dos cidadãos e das empresas**
 - Disponibilizar serviços multi-canal alinhados com o ciclo de vida do cidadão e da empresa, apoiados pelas redes sociais;
 - Centralizar a disponibilização de serviços nas “one stop shops” físicas (Casa do Cidadão) e virtuais (Porton di nos ilha);
 - Garantir a integração de sistemas e a utilização de dados únicos do cidadão.
- **Potenciar o desenvolvimento económico e a inovação**
 - » Atrair o IDE e aumentar o tecido empresarial TI;
 - Facilitar a afirmação dos clusters estratégicos do desenvolvimento do país;
 - Criar nichos de mercado em que o país é especializado;
 - Posicionar o país enquanto “gateway to Africa” e um Centro Internacional de Prestação de Serviços.
- **Capacitar os jovens para a Sociedade do Conhecimento**
 - Reforçar o acesso a equipamentos e à internet por professores e alunos;
 - Dinamizar a produção de conteúdos em rede por professores e alunos;
 - Capacitar os jovens para responderem às necessidades do mercado de trabalho.

- Introdução de temáticas ambientais e dos riscos naturais nos currículos escolares dos diferentes níveis de ensino, do primário ao universitário;
- Introdução de temáticas ambientais relacionadas com as mudanças climáticas, nos trabalhos de fim de curso nas universidades;
- Criação de “pools” de professores por áreas para definir metas, objetivos e ações em vista a mitigação dos riscos das mudanças climáticas;
- Cabo Verde: juntar a sua voz à dos países em desenvolvimento no sentido de salvaguardar a integridade de grupos populacionais ameaçadas pelos efeitos das mudanças climáticas;
- Aposta na informação/formação dos cidadãos sobre os riscos das catástrofes naturais;
- Apostar na economia verde e na economia azul.

- Desenvolver um sistema nacional de promoção da inovação e da criatividade;
- Uniformização do quadro regulatório das organizações criativas;
- Buscar e adotar um modelo apropriado de financiamento das economias criativas;
- Regulamentação do exercício da atividade económica dos agentes culturais;
- Aprovação da legislação sobre a Economia Criativa;
- Taxa de turismo consignada para o financiamento da cultura;
- Reconfiguração dos eventos nacionais com carácter internacional, de forma a serem veículos de exportação da cultura;
- Legislar sobre os direitos de autor;
- Inserção da criatividade e da inovação na estrutura e na cultura das universidades e instituições de ensino;
- Criação de competência estratégica em matéria de criatividade e inovação;
- Criação de organizações vocacionadas para a criatividade e a inovação, e estruturação do seu ambiente organizacional em função dos desafios;
- Desenvolver complementaridades entre investigadores, produtores e o mercado;
- Sistema educativo no estímulo e promoção de uma cultura de inovação para resolução de problemas;
- Capacitação dos agentes culturais;
- Introduzir excelência na investigação nas áreas estratégicas;
- Ligar as universidades à atividade económica;
- Adotar uma estratégia de desenvolvimento baseado nas economias criativas;
- Introdução da inovação e da criatividade nas ações económicas estratégicas, nomeadamente as da cultura e do turismo;
- Promover a “alfabetização” das TIC, pela via da integração das políticas relacionadas com as economias criativas;
- Promover parceria entre CULTURA/MINISTÉRIO DA CULTURA/NOSI;
- Sinalética das cidades e monumentos;
- Stands em locais de fluxos turísticos;
- Qualificar as festas de romaria;
- Implementação das feiras de produtos: artesanais, agroalimentares e culturais.

PARCERIAS ESTRATÉGICAS E DIPLOMACIA ECONÓMICA

Propostas e recomendações

- Sistema de diplomacia económica na implementação da Agenda de Transformação e das parcerias estratégicas;
- Criação de capacidade institucional em matéria de inteligência económica;
- Adoção de um Quadro Estratégico de enquadramento das parcerias estratégicas e da diplomacia económica;
- Estabelecer um plano de desenvolvimento de parcerias com os países e instituições do espaço da CEDEAO;
- Criação de um sistema integrado, coordenado e coerente de diplomacia económica;
- Reforço do capital político para fortalecer a ancoragem com a África;
- Colocação de quadros cabo-verdianos nas instituições regionais e internacionais sediadas nos países da CEDEAO;
- Adoção de agendas de parcerias bem definidas, acompanhadas de planos de ação de financiamento;
- Reforço da cooperação com os países e instituições do espaço da CEDEAO;
- Melhorar o conhecimento do espaço da CEDEAO;
- Participação ativa na organização da sub-região, de modo a dar mais visibilidade a CV;
- Potenciar fatores de maior integração nomeadamente a Boa Governança e o IDH;
- Potenciar o papel de Cabo Verde na sub-região em matéria de segurança;
- Desenvolver a colaboração entre o setor bancário de CV e as congéneres da CEDEAO, assim como entre as respetivas bolsas de valores;
- Participar ativamente no mecanismo de supervisão multilateral da CEDEAO;
- Conhecer e cooperar com os Estados membros da CEDEAO em matéria de turismo e de exportações;
- Reforçar a prestação de serviços marítimos para satisfação das enormes necessidades no seio da CEDEAO;
- Ratificar os protocolos que ainda não fazem parte da ordem jurídica interna de Cabo Verde;
- Melhoria da capacidade de gestão da diplomacia económica, com enfoque
 - Na melhoria das funções de liderança, coordenação e avaliação;
 - No ambiente jurídico-legal (incentivos, PPP, acordos, etc.);
 - Nas áreas operacionais (CI, ADEI, Câmaras de Comércio);
 - Na formação e capacitação do setor empresarial público e privado.

DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E SOCIAL

Ações e recomendações

- Implementação do regime especial das PME;
- Modernização e reforma da APUB;
- Flexibilização da Lei Laboral;
- Aumento da produtividade;
- Investimento dos ganhos na inovação de produtos e processos;
- Valorização das profissões técnicas intermédias;
- Reforço do investimento no ensino técnico e na formação profissional;
- Promoção da aprendizagem permanente;
- Adequação da formação de competências às necessidades e oportunidades do mercado de trabalho;
- Promoção do desenvolvimento regional e local;
- Desburocratização dos incentivos fiscais;
- Potenciar o crescimento dos setores mais dinâmicos e geradores de emprego;
- Alargamento da base produtiva *versus* expansão das oportunidades de emprego;
- Reduzir os obstáculos aos investimentos nas áreas de serviços, agricultura e pesca;
- Educação para a inclusão;
- Formação e capacitação empresarial;
- Acesso ao financiamento e às TIC;
- Fortalecimento das instituições de desenvolvimento empresarial públicas e privadas.



SETOR ENERGÉTICO PARA O HORIZONTE 2030

Propostas e recomendações



- Criação de um mercado energético dinâmico;
- Aposta nas energias renováveis e outras fontes endógenas para energia térmica, elétrica e a mobilidade;
- Aposta na eficiência energética;
- Gestão automatizada e autónoma da rede eléctrica;
- Cabo Verde: Centro de Excelência;
- Estrutura institucional, legal e regulatória incentivadora da inovação, da diversificação, da concorrência e do empreendedorismo;
- Diversificação das fontes de energia e tecnologias, apostando nas tecnologias de armazenamento;
- Aproximar a produção do consumo, e incentivar a substituição das fontes de energia e de tecnologia;
- Legislar, fomentar empresas e sensibilizar famílias para uma cultura de uso racional da energia;
- Aposta na integração do sistema energético com tecnologias de sensoriamento, monitorização em tempo real, tecnologia de informação e comunicação;
- Criação de um mercado dinâmico: potenciar nichos de mercado e de capital humano com capacidade de atrair e apropriar-se de tecnologias inovadoras;
- Transformar o conhecimento adquirido em fator de competitividade;
- Massificar o ensino da língua inglesa;
- Formulação de políticas estáveis;
- Organização e reforço institucional;
- Aproveitar as vantagens da sede da ECREEE estar em Cabo Verde;
- Reestruturação do setor elétrico;
- Reformulação do papel das empresas de combustível;
- Reformulação do modelo de financiamento ao setor;
- Envolvimento das universidades no processo formativo.



FORÇAS E OPORTUNIDADES	DESAFIOS
<ul style="list-style-type: none"> Boa Governação, estabilidade política e social 	<ul style="list-style-type: none"> Aprofundar e consolidar as reformas para que sejam eficientes e eficazes, tornando os critérios do <i>Doing Business</i> competitivos; Tornar sólidos e mais efetivos os atuais órgãos de soberania, do poder central e do poder local; Desenvolvimento de iniciativas visando o alargamento e o reforço da democracia participativa. Prevenir os riscos de excessivos órgãos e instâncias de poder político num país de reduzida dimensão e população, de divisão territorial acentuada pela insularidade, com poucos recursos naturais, económicos e financeiros; Ordem jurídica desfasada e potenciadora de conflitos entre as instituições políticas e judiciais.
<ul style="list-style-type: none"> Setores promissores como a economia marítima, o agronegócios, as indústrias criativas, novas tecnologias Alguns motores de crescimento económico em expansão: turismo e pesca, com potencial de emprego e de partilha dos benefícios, melhorar a sua articulação com outros setores 	<ul style="list-style-type: none"> Investir nas potencialidades que os setores dinâmicos da economia encerram; Fomentar o desenvolvimento de toda a cadeia de valores que encadeia; Reduzir o desemprego, a pobreza e as desigualdades sociais; Necessidade imperativa de diversificar a economia e alargar a base produtiva do país, versus alargamento da base tributária; Redução da dívida pública e do déficit orçamental; Elevada dependência da ajuda externa e das remessas dos emigrantes.
<ul style="list-style-type: none"> Boa localização geográfica do país 	<ul style="list-style-type: none"> Insuficiente exploração da boa localização geográfica.
<ul style="list-style-type: none"> Razoável infraestruturização económica do país 	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria qualitativa das atuais infraestruturas portuárias e aeroportuárias. Qualificar e especializar os fatores de competitividade (capital humano e serviços) ainda incipientes.
<ul style="list-style-type: none"> Facilidades de acesso aos mercados da CEDEAO, UE e outros 	<ul style="list-style-type: none"> Reconversão da política externa para uma diplomacia económica ativa;
<ul style="list-style-type: none"> Relações privilegiadas com determinados países de língua oficial portuguesa 	<ul style="list-style-type: none"> Entrosamento entre a diplomacia económica e o setor privado, no desenvolvimento de ações de cooperação económica;
<ul style="list-style-type: none"> Diversificação a certos países emergentes 	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação e agressividade do setor privado em direção aos mercados;
<ul style="list-style-type: none"> Aprofundamento das relações económicas com países com os quais Cabo Verde desenvolve relações de cooperação exemplares 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar e diversificar as fontes de financiamento do desenvolvimento.
<ul style="list-style-type: none"> Economia social 	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade de mobilização e envolvimento do potencial social e económico que as organizações do setor podem prestar no combate à pobreza, na criação de emprego e na realização da coesão social.
<ul style="list-style-type: none"> Juventude motivada 	<ul style="list-style-type: none"> Integração apropriada do potencial que encerra.
<ul style="list-style-type: none"> Instituições de educação, formação técnica e profissional, e de formação superior 	<ul style="list-style-type: none"> Forte aposta na qualidade do ensino, para reforço da inovação e da competitividade; Orientação do ensino técnico e científico para os setores vetores do desenvolvimento económico e social.
<ul style="list-style-type: none"> Elevado ambiente de expectativa e participação gerado pelo Fórum 	<ul style="list-style-type: none"> Envolvimento e apropriação do processo de planificação e gestão por parte das instituições públicas, privadas, dos quadros e dos parceiros sociais em geral; Encontro do modelo de desenvolvimento em conformidade com o país real, capaz de se adequar às contingências da dinâmica de desenvolvimento e das contingências da envolvimento externa

- Dividendos demográficos enquanto relação entre o crescimento económico e as mudanças na estrutura etária da população
- Estabilidade política;
- Bom funcionamento das instituições;
- Boa governação: Estado de Direito; combate à corrupção;
- Eficiência e eficácia da governação; políticas equitativas de género; maximização dos Dividendos Demográficos;
- Dinamismo económico e políticas económicas adequadas: mercado livre; incentivos à poupança privada; acesso ao crédito; oportunidades de negócio, novos mercados: emergência e afirmação de empresários nacionais;
- Emprego produtivo em setores de elevado valor produtivo
- Acesso à saúde, educação, água, energia e habitação;
- Mudanças Climáticas e o Vulcanismo e os seus Impactos de forma transversal no País (económico, social e ambiental)

DESAFIOS ESTRUTURANTES A VENCER

- Dívida pública elevada e deficit orçamental;
- Elevada dependência da ajuda externa e das transferências dos emigrantes;
- Limitada diversificação da base produtiva;
- Fraquezas nos fatores de competitividade (capital humano, qualidade e produtividade dos serviços, indicadores do *Doing Business*);
- Parcerias centradas na UE e fraca cooperação regional;
- Desemprego, pobreza e desigualdades sociais.



Relatório

Compreensivo

ÍNDICE

- 1.1 ENQUADRAMENTO
- 1.2 COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO
- 1.3 PARCERIAS
- 1.4 PATROCÍNIOS
- 1.5 PARTICIPANTES
- 1. PRÉ FÓRUM
- 2.1 ESTUDOS ESTRATÉGICOS
- 2.2 DIÁLOGOS ESTRATÉGICOS
- 3 ALINHAMENTO DAS SESSÕES DE TRABALHO DO FÓRUM
 - 3.1 SESSÃO DE ABERTURA
 - 3.1.1 SE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
 - 3.1.2 SE O PRIMEIRO-MINISTRO
 - 3.1.3 SE O PRESIDENTE DA CEDEAO
 - 3.1.4 SE O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DA ONU
 - 3.2 SESSÕES PLENÁRIAS ESPECIAIS
 - 3.2.1 SE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
 - 3.2.2 SE O PRESIDENTE DA CEDEAO
 - 3.2.3 SE O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DA ONU
 - 3.3 SESSÕES PLENÁRIAS
 - 3.3.1 SESSÃO PLENÁRIA 1: OS NOVOS DESAFIOS DE CABO VERDE
WS 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5
 - 3.3.2 SESSÃO PLENÁRIA 2: OS CLUSTERS E A TRANSFORMAÇÃO
WS 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, e 2.6
 - 3.3.3 SESSÃO PLENÁRIA 3: REVISITAR A VISÃO E A ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO
WS 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5
 - 3.3.4 SESSÃO PLENÁRIA 4:
WS 4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5
- 4. SESSÃO PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO
- 5. BREVE BALANÇO PROSPETIVO DO FÓRUM
- 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS



1.1 Enquadramento

Em 2003 teve lugar o I Fórum Nacional de Transformação que dotou o Governo de Cabo Verde de uma Agenda de Transformação, com o envolvimento de todas as partes interessadas, desde os partidos políticos, o setor privado, o parlamento, quadros residentes e na diáspora e sociedade civil no geral, num diálogo substantivo sobre a situação da economia e a estratégia para a transformação visando a expansão de uma base produtiva capaz de fazer crescer rapidamente a economia do país, promover o emprego e reduzir a pobreza.

Passados dez anos, os resultados são positivos, na medida em que a base económica cresceu e continua a expandir-se numa emergente economia de serviço, de que são testemunho os setores do turismo, do agro-negócios e da pesca, como setores económicos potencialmente dinâmicos. Entre os outros ganhos, de referir a graduação de Cabo Verde da lista do grupo de países menos desenvolvidos das Nações Unidas, com um crescimento rápido dos níveis de rendimento e de redução substancial da pobreza.

Porém, subsistem vulnerabilidades estruturais e, sobretudo, estrangimentos nomeadamente nos setores dos recursos humanos e das infraestruturas, agravadas pelos impactos da crise económica e financeira internacional, contribuindo para uma evolução menos favorável da economia, bem como para uma relativa elevada taxa de desemprego, particularmente no seio da camada jovem.

Por outro lado, o sucesso de Cabo Verde, a recuperação económica global ainda

incerta e a crise contínua que pesa sobre a Zona Euro, criaram novos e emergentes desafios ao país, que resultam em grandes pressões no que respeita a ajuda externa, nos investimentos diretos estrangeiros e ainda, preocupações relativas à armadilha do rendimento médio, com consequências no baixo nível de investimento, lento crescimento económico, reduzida diversificação da economia, paralelamente às difíceis condições do mercado de trabalho ainda condicionadas por uma legislação laboral que necessita ser flexibilizada.

A médio prazo, Cabo Verde poderá não beneficiar de empréstimos concessionais nas mesmas condições atuais por parte das principais instituições financeiras internacionais e, supõe-se, seguramente, em especial se o baixo crescimento global e a crise na Zona Euro continuarem, que as ajudas em forma de “grants” dos parceiros de desenvolvimento do país diminuirão ainda mais, o que fará aumentar as dificuldades em reduzir a dívida. Isso num período em que existe uma necessidade de investimento volumoso para se continuar a melhoria das infra-estruturas, qualificar os recursos humanos, aprofundar e alargar as reformas, como pré-requisitos.

Há, pois, necessidade de estratégias robustas e inovadoras para a construção de uma nova economia. Olhando para o futuro, Cabo Verde tem que encontrar formas de competir no mercado internacional com base na qualidade, eficiência, alta produtividade e elevada capacidade inovadora, para a maximização dos seus recursos endógenos. A inovação constante é crucial: para o

desenvolvimento de uma economia baseada em serviços, competitiva e de alta produtividade; o que por sua vez requer infra-estruturas de qualidade numa realidade de descontinuidade e pequenez territorial que determinam a sua multiplicação, com custos elevados para as atividades económicas; um sistema educativo de elevada qualidade que forme uma mão-de-obra treinada e altamente capacitada, inovadora e estimule a criatividade; a valorização dos recursos naturais ambientais geológicos e da biodiversidade; bem assim um ambiente institucional condizente para o negócio ao nível das melhores práticas.

Daí que tenha tido lugar uma avaliação estratégica dos progressos, dos desafios emergentes, dos condicionalismos e constrangimentos da envolvente interna e externa, para se projetar os caminhos futuros a percorrer pela sociedade cabo-verdiana, setores público, privado e sociedade civil de um modo geral.

Para a conceção do II Fórum de Transformação Económica - Cabo Verde 2030, foram estabelecidos alguns grandes pressupostos orientadores do conjunto de atividades constantes do Despacho de SE o Primeiro-ministro a seguir referido, para a recolha da vasta informação disponível, bem como de contribuições para o alinhamento de orientações, recomendações e propostas, na base de uma alargada partilha em torno de temas da atualidade na prospeção dos melhores caminhos para o futuro da visão.

Confrontando os Desafios das Mudanças Climáticas: Cabo Verde terá de desenvolver um expertise sobre os efeitos das mudanças climáticas nos países insulares.

1.2 Coordenação e organização

Sob a orientação do Primeiro-ministro, o CPE - Centro para Políticas Estratégicas- foi incumbido de liderar a preparação do II Fórum Nacional de Transformação, em todas as fases da sua organização.

Dada a complexidade e exigências próprias da realização de um evento desta natureza, por Despacho de 06 de Janeiro de 2014, SE o Senhor Primeiro-Ministro constituiu o Núcleo Coordenador, com a principal atribuição de superintender e orientar a preparação e organização do II Fórum de Transformação, com a composição seguinte:

- O Coordenador do Centro de Políticas Estratégicas, que presidiu;
- Um alto representante do Gabinete do Primeiro-Ministro;
- O Diretor Nacional do Planeamento;
- O Diretor Nacional de Política Externa e Cooperação;
- O Secretário Executivo da Unidade de Coordenação das Reformas do Estado.

Foram convidadas para integrarem o Núcleo Coordenador, as seguintes organizações:

- Representação do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde;
- UNECA - Comissão Económica das Nações Unidas para a África;
- Câmara de Comércio de Barlavento /Agremiação Empresarial;
- Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento;
- Câmara do Turismo de Cabo Verde;
- AJEC - Associação dos Jovens Empresários de Cabo Verde;
- Plataforma das Organizações Não-Governamentais;
- Outras instituições e entidades cuja contribuição aos trabalhos do Núcleo Coordenador entendeu como pertinentes.

Como objetivos do Fórum foram estabelecidos:

- Avaliar a experiência de transformação acumulada na última década;
- Avaliar os avanços conseguidos no que respeita aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, bem como o impacto das mudanças climáticas no processo de desenvolvimento de Cabo Verde;
- Identificar as oportunidades que se apresentam ao país nos próximos tempos, e estabelecer para o efeito uma Agenda de Transformação para o horizonte 2030;
- Buscar e explorar ideias inovadoras e criativas para acelerar a agenda de transformação;
- Mapear projetos críticos;
- Delinear o papel dos stakeholders e das instituições-chave.

De acordo com o referido despacho, o Núcleo Coordenador foi incumbido de trabalhar em estreita ligação com o organismo gestor do Fórum, o Centro de Políticas Estratégicas, recebendo deste o apoio necessário para desempenhar as suas funções.

O mandato do Núcleo Coordenador teve início na data de assinatura do mesmo Despacho, continuando válido até três meses após a realização do Fórum, para assegurar o estabelecimento dos mecanismos e instrumentos de seguimento das decisões do evento.

Todas as atividades previstas conduziram à realização do Fórum, de 14 a 16 de Maio. Os resultados das várias atividades pré-fórum tornaram objetivos os debates havidos durante o fórum, o qual produziu resultados finais em termos de propostas de políticas a todas as partes interessadas.



1.3 Parcerias

Foi fundamental para o sucesso do Fórum, o que reflete a importância acordada pelos diferentes atores ao processo de desenvolvimento de Cabo Verde, num momento de profundas transformações nas envolências externa e interna, impactando em questões de primeira ordem tais como o crescimento económico, a problemática do emprego e do combate à pobreza, entre outras.

1.3.1 Setor público

Para assegurar o engajamento institucional o mais alargado possível, o CPE desenvolveu iniciativas de uma ampla colaboração com o Gabinete do Primeiro-Ministro e os principais departamentos governamentais implicados no Fórum, a saber:

- Ministério do Turismo, Indústria e Energia, respetivos departamentos e serviços;
- Ministério do Desenvolvimento Rural e respetivas Direções Gerais;
- Ministério das Infra-estruturas e Economia do Mar e respetivos institutos públicos, em particular o Núcleo Operacional do Núcleo do Mar, ASA, TACV, ANAC;
- Ministério do Ensino Superior, Ciên-

cias e Inovação e respetivos departamentos;

- Ministério da Educação e Desporto e respetivos departamentos, serviços, e colaboradores diretos;
- Ministério da Cultura e respetivos serviços e colaboradores diretos;
- Ministério das Finanças e Planeamento, em particular a Direção Nacional do Planeamento;
- Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, em particular a Direção Nacional do Ambiente e a Direção Nacional do Ordenamento do Território.

1.3.2 Setor privado e sociedade civil

Notório foi o grande envolvimento das organizações do setor privado e da sociedade civil, seja na elaboração dos conteúdos dos diferentes temas, como na tomada de iniciativas para a organização de debates em torno dos mesmos, o que foi decisivo para os resultados alcançados pelos trabalhos do Fórum de 14 a 16 de Maio:

- Câmara de Comércio de Barlavento /Agremiação Empresarial;
- Câmara de Comércio Indústria e Serviços de Sotavento;
- Câmara de Turismo de Cabo Verde;
- ACAISA – Associação Comercial, Agrícola e Industrial de Santiago;
- Associação dos Jovens Empresários de Cabo Verde;
- Plataforma das Organizações Não-Governamentais;
- De um modo geral as universidades, em especial a UNICV -Universidade de Cabo Verde e a Universidade de Santiago, e muito em particular o corpo de docentes e alunos, marcaram presença tanto na organização dos diálogos estratégicos, como nos painéis e *workshops* havidos por ocasião do Fórum, participando ativamente nos debates.

1.3.3 Organizações internacionais

É de se realçar o importante papel desempenhado pelo apoio, quer em assistência técnica, quer em assistência financeira, devendo-se destacar:

- **UNECA – Comissão Económica das Nações Unidas para a África** que, desde o primeiro momento apoiou o CPE em reflexões sobre a dimensão da problemática da transformação para Cabo Verde, tendo destacado um conselheiro especial, bem como disponibilizado especialistas, muito em particular nos diálogos estratégicos, como no desenrolar do próprio Fórum;
- **Cooperação Luxemburguesa**, pela prontidão na disponibilização de assistência técnica, como ainda na assistência financeira;
- **Escritório Comum do PNUD, UNFPA, e UNICEF em Cabo Verde**, cujo interesse foi da maior importância, tanto nos trabalhos do Núcleo Coordenador, como ainda na disponibilização de especialistas e no apoio à organização da agenda de trabalhos do Fórum.
- **A Fundação Africana de reforços de Capacidades em África.**

1.4 Patrocínios

Para a sua realização o Fórum contou com um forte envolvimento de parceiros – instituições públicas e setor privado - os quais contribuíram com recursos e meios indispensáveis à realização de muitas das atividades levadas a cabo, sendo de se destacar:

- Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território -DGPOG;
- Ministério do Turismo, Indústria e Energia;
- ECREEE –Centro para as Energias Renováveis e Eficiência Energética da CEDEAO;
- ASA – Agência de Segurança Aeroportuária;
- ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil;
- TACV – Transportes Aéreos de Cabo Verde;
- CAIXA – Caixa Económica de Cabo Verde;
- GARANTIA.





1.5 Participação

Cabo Verde terá que fortalecer o seu status de nação global e construir parcerias estratégicas para conseguir a transformação

O número de participantes foi elevado em todas as atividades, desde os diálogos estratégicos cujas diferentes sessões de debate contaram com cerca de 1.200 presenças, até às sessões do Fórum em si que contaram com cerca de 800 participantes, os quais com as suas comparecências em mais de uma sessão de trabalho, elevaram para cerca de 1.500 o número de presenças.

Importante foi a criação do site www.caboverde2030.com como espaço de ampla participação com comentários e contribuições desde o início da preparação do Fórum, pelo que se prestou como forma privilegiada de mobilização e envolvimento da sociedade no processo. O site foi concebido ainda para prestar-se como arquivo institucional do Fórum, para consulta direta dos documentos relativos aos estudos estratégicos, diálogos estratégicos e os produzidos pelo Fórum.



Como é que Cabo Verde enfrentará os seus novos desafios? Quais os nossos maiores desafios na perspectiva de transformação de Cabo Verde? Que implicações é que esses desafios representam para o avanço de Cabo Verde?

De realçar a participação maioritária de representantes do setor privado e da sociedade civil, inclusivamente vindos da diáspora os quais prestaram o seu contributo aos trabalhos, bem como especialistas de países e organizações parceiros de Cabo Verde. Assinale-se uma forte presença da juventude em particular de alunos universitários, bem assim uma forte presença de agricultores, em

particular no diálogo havido na cidade da Assomada, Santiago.

Deve-se destacar a participação de ilustres personalidades nacionais e estrangeiras constantes da agenda em anexo, que quiseram prestar o seu tributo ao Fórum, com comunicações e contribuições relevantes.



1. O PRÉ-FÓRUM

Num primeiro momento tiveram lugar dois conjuntos de atividades introdutórias ao Fórum propriamente dito, visando a recolha de contributos para sustentar e suscitar a participação de todas as partes, com elementos objetivos de apreensão do porquê do II Fórum e dos grandes temas sujeitos a debate, análise, avaliação e contribuições.

2.1 ESTUDOS - ESTRATÉGICOS

Conforme consta do [site](http://www.caboverde2030.com) do Fórum www.caboverde2030.com, vários foram os estudos realizados versando os temas que foram objeto de aprofundamento por ocasião do Fórum, numa perspetiva de diagnóstico estratégico com caráter prospetivo. Ou melhor, o objetivo foi o de evitar a repetição de estudos já realizados, mas, sim, retirar dos mesmos os elementos de força produzidos, atualizá-los e trabalhá-los com vista à Agenda de Transformação 2030.

Foram produzidos 8 estudos, cujos temas tiveram em conta o aprofundamento de um conjunto de matérias estratégicas e transversais para o processo de desenvolvimento do país, tais como:

- Reformas no ambiente de negócios para a transformação;
- Qualificar e produzir conhecimento em Cabo Verde;
- Sistema integrado de educação e formação;
- Financiamento do desenvolvimento;
- Desenvolvimento do setor privado e empreendedorismo para a transformação;
- Gestão das infraestruturas para a transformação;
- Programa estratégico para a sociedade de informação – Balanço e Perspetivas;
- Economias criativas cabo-verdianas: potencializando vocações para um novo desenvolvimento.



Matriz dos estudos estratégicos



Reformas do ambiente de negócios para a transformação

- Cabo Verde está em 2012-2013 no nível 122º do Relatório de Competitividade Mundial (em 144 Países) e no Doing Business (em 185 países), ocupando o 87º lugar na lista dos países turísticos mais competitivos do mundo na atração dos investimentos no setor do turismo e viagens
- Focou a necessidade de prossecução das reformas pois, Cabo Verde não pode competir com os países da primeira linha se o seu ambiente não for conducente ao negócio e a permanecer lento em relação à competitividade, pelo que deve ousar estar entre os melhores, como chave para competir em qualidade e alta produtividade.
- O estudo estratégico examinou o ambiente empresarial, o nível em que Cabo Verde está nos índices globais, e a agenda da reforma, tendo proposto objetivos e planos de ação para acelerar a agenda de transformação.



Financiamento do desenvolvimento

- A graduação de Cabo Verde a PRM, face à forte probabilidade de estagnação das remessas dos emigrantes, de diminuição da ajuda pública ao desenvolvimento e a par das limitações cada vez maiores de acesso aos empréstimos concessionais, é urgente e importante que Cabo Verde encontre novas fontes e modalidades de financiamento do seu desenvolvimento ou investimento em infra-estruturas e nos negócios que enformam os (clusters) agrupamentos económicos. O estudo analisou as tendências das ajudas e das remessas, explorou as perspetivas e propôs ideias criativas para o país atrair investimentos diretos estrangeiros e novas formas de financiar o desenvolvimento, não somente do setor público mas essencialmente o setor privado. Abordou ainda a problemática das políticas fiscais, especialmente os incentivos.



Qualificar e produzir conhecimento em Cabo Verde

- Na perspetiva de elevados índices de qualificação dos recursos humanos, o estudo centrou a atenção na qualidade do ensino superior do país, devendo ser orientado para os setores principais vetores de desenvolvimento, paralelamente à investigação como fundamental para propiciar a inovação e a competitividade, indispensáveis à Agenda de Transformação em particular na sua valência clusters.



Desenvolvimento do setor privado e empreendedorismo para a transformação

- Foi caracterizada a estrutura empresarial cabo-verdiana, com tónica num setor privado ainda frágil e pouco inovador, em ausência dos fatores de produção ou seus custos elevados, nas dificuldades de acesso ao financiamento, num mercado reduzido e fragmentado. Daí se ter alertado para a necessidade de desenvolvimento de uma cultura empreendedora e de associativismo empresarial, de associar a inovação ao empreendedorismo e de mudança de paradigma na gestão da economia, devendo haver mais atratividade em termos de oportunidades de negócios no seio dos clusters, bem como do ambiente de negócios, reforço do desenvolvimento dos setores competitivos, estímulo ao aprofundamento da Reforma do Estado, desenho de uma estratégia nacional de empreendedorismo social.



Sistema integrado de educação e formação

- Foi colocada a necessidade de construção de um sistema de ensino de alta qualidade que encoraje a criatividade, a inovação e o empreendedorismo. Não obstante os importantes investimentos, o desafio com que se confronta o país não é a quantidade ou o acesso, mas sim o da qualidade, pelo que avançou propostas concretas no sentido da revisão dos materiais existentes, desenvolvimento de um plano de ação e recomendações visando melhorar e elevar a qualidade da educação a todos os níveis desde o pré-escolar ao primário, secundário, técnico-profissional e universitário.



Gestão das infraestruturas para a transformação

- Na verdade a infraestruturização do país contribuiu fortemente para alavancar o crescimento económico, promover o desenvolvimento do país e a melhoria das condições de vida da população. Contudo, os investimentos ainda não produziram a melhoria dos serviços, os custos de eletricidade, água e comunicações são muito elevados apesar da boa taxa de penetração e de ligação domiciliária.
- O estudo chama a atenção para o alargamento das estruturas de saneamento, seja para prestar cobertura às populações, seja para responder às dinâmicas do turismo. Lembrou também a necessidade de prestar atenção às infra-estruturas agrárias.
- Numa perspetiva de longo prazo, as infra-estruturas devem cumprir quatro funções principais: (i) apoiar a integração territorial e inserção de Cabo Verde na economia mundial; (ii) maximizar a sua eficácia e eficiência; (iii) contribuir para o aumento da competitividade e atratividade de Cabo Verde ao investimento privado; e (iv) contribuir para alavancar o crescimento económico, o desenvolvimento do país e o empoderamento da sociedade.



Economias criativas cabo-verdianas: potencializando vocações para um novo desenvolvimento

- Cabo Verde tem todas as condições de se inserir ativamente nesta dinâmica, aproveitando o enorme potencial de seu património cultural e natural e a capacidade criativa da sua gente. Reúne condições plenas para a sua inserção ativa e soberana, sendo a cultura e a economia criativa dimensões estratégicas do desenvolvimento económico, político, social e cultural sustentável de Cabo Verde.
- Os eixos do desenvolvimento institucional deverão privilegiar: a articulação e parcerias; a atualização das leis, normas e regulamentos; o fortalecimento das organizações; o financiamento; a formação e capacitação do capital humano; a modernização da gestão, informações e sistemas; as infra-estruturas.
- Como eixos estratégicos finais aponta: artes e culturas populares; património material e imaterial (memória e museus); línguas, leitura e cultura para a educação e o meio ambiente; turismo cultural e eventos; política audiovisual e de cultura digital; fortalecimento do mercado interno e geração de emprego e de oportunidades; exportação, etc.



Programa estratégico para a sociedade de informação – balanço e perspetivas

- Embora os importantes avanços alcançados nos ramos da tecnologia de informação e comunicação, o estudo deu indicações quanto aos programas e projetos a prosseguir, para: alargar o acesso da população e capacitar os cidadãos, em particular os jovens, para a sociedade de informação e do conhecimento; simplificar e melhorar o dia-a-dia dos cidadãos e das empresas; alargar a base da atividade económica e reforçar a inovação; alinhar os serviços de governação com as necessidades do cidadão; potenciar o desenvolvimento económico e a inovação com enfoque no setor privado.



2.2 DIÁLOGOS ESTRATÉGICOS

Como parte do processo de criação de consensos e engajamento do setor privado, da sociedade civil, dos sujeitos parlamentares, dos municípios e dos departamentos governamentais, o CPE promoveu a realização de 11 diálogos estratégicos, sendo um deles com caráter de *workshop*.

Tiveram lugar mais 5 diálogos estratégicos que por razões de agenda não puderam contar com o envolvimento do CPE, levando a cabo amplo debate sobre matérias de atualidade, como: (i) os ganhos e os desafios em matéria de igualdade de género em Cabo Verde, (ii) mudança de paradigma energético e a sua sustentabilidade, (iii) lugar do turismo de cruzeiro no processo de transformação, (iv) desenvolvimento do setor das pescas, (v) as oportunidades do *cluster* do Agronegócio.






	18 de Março – Praia		29 de Março – Lisboa
	Tema: Olhar da Juventude Numa plateia estimada em cerca de 150 jovens		As tecnologias de informação e comunicação na transformação de Cabo Verde - Paradigmas, <u>cluster</u> e competitividade
Contributo	O Primeiro-Ministro e os jovens desenvolveram um intenso diálogo sobre o porquê do II Fórum e da renovação da Agenda de Transformação, os novos desafios e a envolvimento interna e externa do processo de desenvolvimento nacional.	Contributo	Discutiram-se questões estruturantes, concernentes à governação política, social, económica e cultural do arquipélago, assim como aspetos relacionados com a atualidade política internacional.

	28 de Março – S. Nicolau		02 e 03 de Abril - Praia e S. Vicente
	Energias renováveis na eletrificação descentralizada e dessalinização: desafios e oportunidades		Papel do setor privado na transformação de Cabo Verde Organização dos setores estratégicos no formato de clusters: oportunidades de negócio
	Discussão alargada e abrangente sobre o futuro das Energias Renováveis em Cabo Verde e do seu real valor e perspectivas futuras, com ênfase na microgeração e eletrificação de zonas remotas, sendo participantes: responsáveis e técnicos da Direção-Geral de Energia e da ELECTRA; responsáveis e técnicos do Centro Regional de Energias Renováveis e Eficiência Energética da CEDEAO; responsáveis da Câmara Municipal da Ribeira Brava; representantes de empresas do setor privado.		Com os operadores económicos e instituições no quadro do <u>cluster</u> do mar, o debate foi sobre as oportunidades de negócio e o papel dos operadores económicos dos setores privado e público, tendo sido analisadas questões como: Empreendedorismo e Desenvolvimento do Setor Privado; ambiente de negócios para a transformação; o novo quadro do setor portuário e as oportunidades para o setor privado.
Contributo	<ul style="list-style-type: none">• Cabo Verde estipula uma meta de 50% de renováveis já em 2020, pelo que se deverá afinar e acelerar o processo, com um Plano de Ação quantificado, calendarizado e sem distorções de forma a garantir que eliminemos as barreiras para a implementação de projetos de ER e EE;• Criar um Regulamento de Relações Comerciais para mediar e facilitar o relacionamento produtor-independente/distribuidor, auto-produtor/distribuidor e distribuidor/cliente final, no que concerne às tarifas aplicadas, à boa comunicação entre as partes, e em geral, à boa organização comercial do setor;• Melhorar a legislação existente, nomeadamente na questão sobre os mecanismos até a interligação a rede elétrica de sistemas de microgeração e prever na legislação a ligação futura de sistemas descentralizados à rede pública;• Promoção de instalações de sistemas ligados à rede entre os quais pequenas e grandes unidades de microgeração (até 100kW);• Promoção de instalações de sistemas de ER autónomos em zonas isoladas;• Implementação da Certificação de equipamento e instalações;• Ações de formação e capacitação para instaladores;• Produção de informação e promoção do uso de equipamentos elétricos de uso doméstico de alta eficiência para utilização em sistemas de microgeração;• Constituição de um Grupo de Trabalho para a definição da estratégia para implementação de projetos de microgeração e eletrificação descentralizada.	Contributo	<ul style="list-style-type: none">• Transformar Cabo Verde num centro internacional de exploração e investigação (biológica) marítima no Atlântico Médio – <u>diving</u>, investigação, pescas, algas, entre outros;• Exploração e centro de referência nas pescas. A utilidade era encontrar soluções para novas áreas de medicina. Peixe de alta qualidade para o mercado;• Posicionar o país como um centro de serviços de apoio ao comércio e atividade das frotas internacionais;• Segurança marítima, transbordo de contentores e pescado;• <u>Hub</u> de prestação de serviços e logística no Atlântico Médio – abaixo do Mediterrâneo até à África do Sul;• <u>Cluster</u> de investigação e Inovação – termos técnicos altamente qualificados que respondam a desafios mundiais. A empregabilidade pode ser <u>online</u> e virtual. Criar laboratórios de investigação virados para o mar;• Centro internacional de formação na área marítima (serviços e não infraestruturas);• Desenvolver um posicionamento na área da aquicultura – ter espécies que tenham rentabilidade no mercado;• Transformar Cabo Verde num destino de turismo de cruzeiro de referência no Atlântico (serviços em terra, roteiros, restauração, comércio, artesanato. (por enquanto não é um destino final nem principal);• Posicionamento: <u>hub</u> de serviços de qualidade no Atlântico, para barcos de dimensão média; transbordo de passageiros e de tripulações; etc.

	05 de Abril e 05 de Maio – Assomada e Praia		Uma vez que as escolas estão inseridas numa determinada comunidade, deve-se fazer um estudo pontual da área demográfica; Cada escola tem que ter um planeamento educativo a médio e longo prazo; Investir nas políticas de planeamento educativo e gestão dos recursos humanos; Melhoria contínua das práticas e normas de gestão das escolas; Criar uma estratégia Nacional do Saber Fazer; Reforço das competências qualitativas de quem ensina; Pensar num ensino que tenha a ver com o capital social, que passe pela cidadania e que valorize a trajetória de vida; Ensino para a competitividade; Investir mais na investigação científica; Fomentar ligações ao tecido socioeconómico e com a comunidade como forma de apoiar as universidades; Trabalhar com as empresas.
	O Futuro do Agro Negócio		
Contributo	Com cerca de 200 produtores agrícolas e da agro-pecuária, teve lugar um vivo e construtivo debate sobre os desafios do agro-negócio tendo em vista as transformações que se vêm verificando no setor e que exigem a melhoria das técnicas de produção, a organização do sistema de comercialização.		
	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar o processo de empoderamento dos produtores, com inúmeros dentre eles posicionando-se de forma pro-ativa na procura de soluções para os problemas que enfrentam, prestando importância à necessidade do desenvolvimento da cadeia de valores para os diferentes produtos; Procura de novos mercados para os seus produtos, a associação em cooperativa e a procura de fontes de financiamento alternativo para o início das atividades; Deseja-se um maior empenho do Governo em questões tais como: (i) a questão energética, a gestão/manutenção das infraestruturas; (ii) o transporte inter-ilhas; (iii) o quadro regulador da água, política de incentivo empresarial, um sistema de micro-seguros; (iv) questões fundiárias e excessivo parcelamento da terra; (v) inadequado sistema de crédito rural; deficiente oferta de serviços bancários orientados para as atividades do setor. 		

	07 de Abril – Praia		8/9 de Abril - Praia
	Que Ensino para a Transformação de Cabo Verde		
Contributo	Com os responsáveis do MES, MED e universitários, foram debatidas as linhas de força dos dois estudos estratégicos sobre a educação e o ensino superior, com tónica na qualidade e relevância do sistema de ensino para a formação de um capital humano altamente produtivo e competitivo para o cumprimento das metas da Agenda de Transformação de Cabo Verde.		<p>Participantes</p> <p>Representantes do setor público e do setor privado ligados aos diferentes setores da economia (economia marítima, turismo, transportes, agronegócios), à educação e ensino superior, infraestruturas, finanças, bem como as Câmaras de Comércio de Barlavento, Sotavento e do Turismo.</p>
	<p>Avaliação Institucional;</p> <p>Avaliação de desempenho dos professores;</p> <p>Auto avaliação das escolas;</p> <p>Avaliação externa com a componente avaliativa e qualitativa do ensino o que trará ganhos para o sistema;</p> <p>Inclusão do Ensino Técnico desde o 7º ano de escolaridade;</p> <p>Espaço nas escolas onde os alunos possam exercitar mais como por exemplo ter mais oficinas;</p> <p>Apostar mais na especialização e na Formação Profissional;</p> <p>Inclusão da língua materna no currículo escolar até 2030;</p> <p>Construção de mais infraestruturas educativas onde o aluno poderá passar mais horas nas escolas e serem transmitidos todos os conteúdos;</p> <p>Dar espaços às famílias e às outras entidades para abordagem de assuntos transversais;</p> <p>Melhoria salarial sobretudo para os profissionais do Pré-escolar;</p> <p>Valorização da Formação Profissional como forma de combater a cultura do Dr.;</p> <p>Ter um ensino que permita uma base sólida em função das necessidades do mercado de trabalho;</p> <p>Reforçar as bases do Pré-escolar enquanto alicerces de todo o processo educativo;</p> <p>Ter um ensino capaz de despertar nos alunos o espírito de investigação;</p>		<p>Objetivos</p> <p>Envolver todos os atores-chaves no processo conducente ao II Fórum Nacional de Transformação, para um debate construtivo sobre a transformação do país, a agenda de implementação e as questões de governação, avaliação dos <u>clusters</u> em Cabo Verde, o seu nível de desenvolvimento e o que precisa ser feito para garantir a sua efetiva contribuição para a economia, como engajar os fatores de sucesso como o desenvolvimento do setor privado, o ambiente de negócios, financiamento, infraestruturas e capital humano, e fazer recomendações para iniciativas que provavelmente irão acelerar a transformação e o crescimento da economia de Cabo Verde.</p>
			<ul style="list-style-type: none"> Como <u>clusters</u> prioritários foram identificados o da economia marítima, do turismo, agro-negócio, economias criativas, aero-negócios, novas tecnologias de informação e comunicação e o financeiro; Foram apontados a energia e água como fatores determinantes para o desenvolvimento dos clusters, para além de infraestruturas básicas; Foram considerados fatores importantes, parceiros catalisadores em atividades de apoio e outras envolverias; Foi dada ênfase à formação e treino profissional para os níveis de gestão, enquadramento e execução, como uma forte recomendação no sentido de estreita cooperação entre as instituições de ensino e formação profissional dos setores público e privado, com os operadores económicos dos <u>clusters</u>; Recomendou-se ainda a adoção de uma estratégia e plano operacionais, de forma detalhada;

	<p style="text-align: center;">10 de Abril – Praia</p> <p style="text-align: center;">Mecanismos de Financiamento do Setor Privado</p> <p>Com a Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento, o debate centrou-se nos mecanismos de financiamento do setor privado; no empreendedorismo e desenvolvimento do setor privado; ambiente de negócios para a transformação; oportunidades da economia marítima.</p>	
Contributo	<ul style="list-style-type: none"> • A Promoção e desenvolvimento de um forte sistema bancário através do aumento do capital mínimo, aumento da frequência dos relatórios sobre a estabilidade financeira, implementação de um sistema de informação de crédito privado, promoção da micro-finanças; • Ações específicas para promover o financiamento de projetos prioritários como o fundo de garantias, facilidades de créditos especiais e o capital de risco; • Desenvolvimento de novos produtos e serviços financeiros através de instituições financeiras para-bancárias e melhoria do quadro legal para funcionamento do <i>leasing</i>, <i>factoring</i> e outros instrumentos financeiros; • Desenvolver opções de refinanciamento de hipotecas e outros formatos de dívidas no mercado financeiro. 	<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Contributo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Posicionamento claro do Governo sobre a inclusão de privados nacionais, conjuntamente com estrangeiros. O Governo deve definir uma opção clara de participação dos privados nacionais; <ul style="list-style-type: none"> ○ O privado deve ser claro e mais célere ao se posicionar sobre o interesse em investir; ○ A construção de infraestruturas e implementação de regulamentação deve ser previamente concertada com o setor privado, caso contrário corre-se o risco de projetos que não vão ao encontro da realidade do país e à real necessidade dos empresários;
	<p style="text-align: center;">24 de Abril – Praia</p> <p style="text-align: center;">O <u>cluster</u> da economia marítima: Oportunidades e desafios para o setor privado</p> <p>Fez-se o retrato das reformas em curso no setor da economia marítima, definiu-se as oportunidades que se apresentam para o setor privado e, principalmente, recolheram-se contributos do setor privado sobre o desenvolvimento do <u>cluster</u> economia marítima.</p>	
Contributo	<ul style="list-style-type: none"> • A capacidade financeira dos empresários nacionais deve ser tida em conta na privatização, para permitir concorrência em pé de igualdade com estrangeiros; • Proteger a capacidade nacional, havendo, políticas claras do Governo para permitir o investimento privado nacional; • Fundo de crédito aos empresários do setor marítimo para a renovação da frota; • Falta de Políticas direcionadas para a pesca artesanal e de um plano para o cais de pesca da Praia; • Solucionar a questão dos custos portuários, regulação, regularidade dos transportes; • Incentivar <i>joint ventures</i> entre nacionais e estrangeiros; • Aproveitar a potencialidade da diáspora, com capital para investir. Emissão da obrigação da diáspora. O privado pode mobilizar o portfólio de privados para lançar o desafio; • Necessidade de capacitar e ganhar competências em determinados setores; • Necessidade de associação de privados para investir com garantia do Estado; • Criação de uma instituição de intermediação financeira que possa negociar com organismos internacionais para procurar fundos à escala dos projetos a realizar; 	<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Contributo</p> <p style="text-align: center;">29 de Abril – Praia</p> <p style="text-align: center;">Mudanças climáticas e gestão do risco</p> <p>Em estreita cooperação com a UNI-CV, houve um vivo diálogo sobre as mudanças climáticas e gestão dos riscos que contou com um bom número de docentes e discentes universitários.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de <i>pools</i> de professores por áreas e encontros para definir metas, objetivos e ações tendo em vista a mitigação dos riscos das mudanças climáticas; • Pelas suas vulnerabilidades, as estratégias de desenvolvimento de Cabo Verde devem incorporar medidas de prevenção dos riscos climáticos; • Cabo Verde deve juntar a sua voz à dos países em desenvolvimento no sentido de salvaguardarem a integridade de grupos populacionais seriamente ameaçados pelos efeitos das mudanças climáticas; • Forte aposta na informação/formação dos cidadãos sobre os riscos de catástrofes naturais; • Tendo em conta a localização geográfica de Cabo Verde e os recursos estratégicos para o seu desenvolvimento, torna-se imprescindível apostar na economia verde e na sua vertente marítima (economia azul). <div style="text-align: center;">  </div> <p><i>Dado que os termos de referência foram fornecidos com oportunidade e atempadamente e ter havido uma organização antecipada das sessões com temas da atualidade, as comunicações dos conferencistas da maior valia e os diálogos estratégicos contaram com grande adesão dos parceiros, sobretudo do setor privado, que emprestaram um ambiente de grande abertura e de debate construtivo, o que contribuiu e muito para a grande presença nos três dias em que decorreram os trabalhos do Fórum.</i></p> <p><i>Por outro lado, tiveram lugar ainda, debates e entrevistas pela rádio e pela televisão, tanto no país como na emigração, bem assim artigos de opinião nos principais jornais do país.</i></p>



2. O Fórum: alinhamento das sessões de trabalho



A preparação foi de intenso trabalho, numa conjugação das matérias para debate, com a seleção dos intervenientes e com as questões de natureza logística.

Sessão de Abertura: Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas, Dra. Ulrika Richardson-Golinsky; Primeiro-Ministro, Dr. José Maria Neves; Presidente da República, Dr. Jorge Carlos Fonseca; Secretário Geral-adjunto das Nações Unidas e Secretário Executivo da UNECA, Dr. Carlos Lopes e o Coordenador do Centro de Políticas Estratégicas, Dr. Manuel Pinheiro.

3. SESSÃO DE ABERTURA



Discurso de Abertura, por SE o Senhor Presidente da República, Dr. Jorge Carlos Fonseca

- A grandeza da Nação com os seus momentos marcantes de transição;
- Os bons propósitos do Fórum, nomeadamente o alargamento dos debates a toda a sociedade;
- A realidade do presente com as suas dificuldades, problemas, potencialidades e limites; consciência da realidade emprego/desemprego, das condições de vida, do crescimento económico, etc.;
- A prospetiva do futuro e capacidade de acompanhamento das tendências a nível mundial e seus reflexos em Cabo Verde, necessidade de trabalhar cenários possíveis;
- Importância da política externa. Repensá-la;
- Influências comportamentais das novas tecnologias;
- Importância do regime democrático constitucional.

Os trabalhos propriamente ditos contaram com 3 sessões plenárias especiais e 3 sessões plenárias, tendo estas enquadrado 21 *workshops* do seguinte modo:

3.1 Sua Excelência o Senhor Presidente da República, presidiu à sessão de abertura, proferindo uma comunicação, que para além dos cumprimentos formais, discursou sobre o seguinte:

3.2 TRÊS SESSÕES PLENÁRIAS ESPECIAIS

3.2.1 Sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro, Dr. José Maria Neves, deu início aos trabalhos propriamente ditos, procedendo ao balanço estratégico da implementação da Agenda de Transformação desde 2003, seguido de amplo debate por parte da plena plenária de participantes.

Principais questões colocadas pelo Primeiro-Ministro

- Consensos conseguidos pelo Fórum, necessários para o pós-Fórum;
- Afirmação do modelo de transição da reciclagem (APD) para transformação (IDE);
- Financiamento e custos da descentralização e regionalização;
- Importância do ordenamento do território no processo do desenvolvimento e urbanização;
- Fragilização da Administração Pública e fortalecimento do Estado;
- Qualidade dos serviços prestados na Justiça, Saúde, Educação, etc.;
- Qualidade da democracia – transparência/corrupção;
- Turismo de qualidade e inclusivo;



Sessão Plenária Especial A –Balanço Estratégico da Transformação, por SE o Senhor Primeiro-Ministro, Dr. José Maria Neves, tendo à esquerda o Coordenador do CPE, Dr. Manuel Pinheiro e à direita o Doutor Gabriel Fernandes

- Consistência entre o discurso da chefia e a prática da administração pública;
- Dualidade de comportamentos entre a liderança política, técnica e da administração pública;
- Sintonizar a administração pública com os novos desafios do desenvolvimento do país;
- Importância da problemática das mudanças climáticas e da valorização e protecção ambiental;
- Desigualdades sociais, insegurança, ineficácia da justiça;
- Circulação do capital e liberdades económicas.

QUE HOMEM CABO-VERDIANO PARA 2030?



- *Elevada capacidade e dinamismo;*
- *Dotado de boa cultura geral;*
- *Domínio de duas línguas estrangeiras;*
- *Com elevado sentido de pertença e patriotismo;*
- *Capacidade de trabalho;*
- *Iniciativa pessoal e capacidade de agir coletivamente.*

3.2.2 Sua Excelência o Senhor Kadré Désiré Ouedraogo, Presidente da Comissão da CEDEAO, proferiu uma importante comunicação no segundo dia de trabalhos, em que versou sobre a integração Regional e Transformação de Cabo Verde, tendo despertado vivo interesse dos presentes quanto às oportunidades de cooperação no quadro da organização regional.

- Rendeu uma homenagem ao país, com transformações importantes nos domínios da paz, segurança, estabilidade política, coesão social, mas também no campo económico que, embora com a queda nas taxas de crescimento nos últimos anos devido à crise económica e financeira internacional, continua a apresentar um quadro macroeconómico interessante;
- Destacou os passos seguros que Cabo Verde vem dando em matéria de integração regional, aludindo a alguns cargos assumidos por quadros cabo-verdianos a nível da CEDEAO;
- Mencionou que Cabo Verde tem beneficiado de alguns apoios da CEDEAO, por forma a atender as particularidades/especificidades do arquipélago, nomeadamente, acesso por parte do Novo Banco às linhas de crédito do BIDD em condições vantajosas.

OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS

- Cabo Verde enquanto plataforma avançada da CEDEAO ganhará créditos e benefícios junto dos seus parceiros externos. Hoje em dia, o mercado e a posição estratégica constituem fatores catalisadores em determinadas negociações;
- Apesar de Cabo Verde ser um pequeno país insular, poderia desempenhar um papel dinamizador na sub-região Oeste Africana, colocando os seus técnicos em diversas instituições regionais e internacionais, com sede nos diversos países da CEDEAO;
- A participação ativa na organização, reforça a credibilidade da sub-região, daria visibilidade a Cabo Verde, colocando de forma pragmática as ideias, visando a reestruturação dos modelos adotados por alguns Estados da Comunidade;
- Reconheceu o grande esforço de Cabo Verde em matéria de segurança, referindo que, atualmente, nenhum Estado, seja ele grande ou pequeno, consegue, por si só, enfrentar as ameaças (tráfico de pessoas, armas e drogas, criminalidade organizada e os crimes conexos) tal como o terrorismo (...), pelo que, o arquipélago poderá nesta matéria ter um papel importante na CEDEAO.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES E PROPOSTAS

- A atribuição de tratamento especial a Cabo Verde é um compromisso firme da CEDEAO;
- Atender às especificidades de Cabo Verde em matéria de transportes, bem como no quadro das negociações do Acordo de Parceria Económica (APE) entre a África Ocidental e União Europeia;
- Reconheceu a importância da criação de um fundo de solidariedade que atenderá às necessidades de países vulneráveis da região tais como Cabo Verde;
- Encorajou o Governo de Cabo Verde a prosseguir com o seu programa de desenvolvimento e a estratégia do reforço de integração regional;
- Pediu à comunidade internacional para atender às demandas de Cabo Verde, para que o país possa ganhar o desafio de desenvolvimento económico-social sem sobressaltos;
- Por último, mas não menos importante – instou Cabo Verde a ratificar os 30 protocolos em falta (de 54 protocolos existentes na CEDEAO o país só ratificou 24) bem como a reforçar o contato com as instituições financeiras (bancos, bolsas de valores e seguradoras) da região.

Sessão Plenária Especial B – A Integração Regional e Transformação de Cabo Verde, por SE o Presidente da Comissão da CEDEAO, Dr. Kadré Désiré Ouedraogo.





3.2.3 Sua Excelência o Senhor Secretário-Geral Adjunto, da ONU, Dr. Carlos Lopes, na manhã do dia terceiro dia de sessões, proferiu a comunicação "Mudar mentalidades: Os desafios de um país Insular em face das grandes tendências globais", a qual despertou grande interesse por parte da plena plenária dos participantes.

DE ONDE PARTIMOS

- Crescimento da dívida como consequência de medidas que permitiram assegurar ganhos sociais;
- Ciclo de crescimento interrompido em 2009 pelos efeitos da crise;
- Vulnerabilidade das contas públicas;
- O motor não está gripado, mas não está a funcionar bem;
- Mercado emissor de turistas centrado em países europeus;
- Setor das pescas marcado pela dificuldade infra-estrutural do país;
- Diminuição da APD – Cabo Verde entre os mais dependentes da ajuda;

- Recursos do emigrante centrado somente nas remessas.

DESAFIOS

- Mudanças críticas de pensamento;
- Políticas e estratégias apropriadas para o futuro;
- Realização ascendente sustentável;
- Dotarmo-nos de vontade e ferramentas próprias, pensarmos com as nossas cabeças;
- Valorização dos recursos nacionais (humanos, naturais, etc.);
- Respeito pelo interess do público;
- Diminuir o desemprego, a precariedade do emprego e estabilizar o emprego;
- Redução da pobreza;
- Compensação das vulnerabilidades;
- Êxodo rural;
- Enquanto africanos devemos ser chitas e não dragões;
- Assegurar paz social, coesão social e segurança humana;
- Retorno dos talentos;
- Demografia: Diminuição da população jovem com impatos na sustentabilidade da segurança social: país de imigração.



Sessão Plenária Especial C - SE o Ssecretário-Geral Adjunto das Nações Unidas e Secretário Executivo da UNECA, Dr. Carlos Lopes, estando à sua direita SE o Senhor Comandante Pedro Pires, ex-Presidente da República

ATITUDES

- Forte sentimento de pertença;
- Comprometimento com o dever do país;
- Importância da fiscalização social;
- Proximidade dos poderes com o cidadão;
- Probidade na gestão da coisa pública;
- Administração pública com capacidade de renovação e de antecipação;
- Consciência da insularidade e da Nação diaspORIZADA;
- Necessidade de democracia cooperativa, de consensos;
- Oportunidades que o setor da economia marítima oferece;
- O aero-negócios;
- Turismo – ver as conexões e as ancoragens;
- Indústria: mercado africano; em Cabo Verde, Agência Africana de Regulação de Medicamentos; produção farmacêutica.



PROPOSTAS

- Definição dos polos de desenvolvimento, com prioridades;
- Pragmatismo;
- Rapidez das decisões e na execução das decisões;
- Estabelecimento de contratos sociais e solidariedade intergeracional;
- Estratégia de ancoragens.
 - Cabo Verde está ancorado a países em recessão;
 - Dívida pública elevada;
 - Cabo Verde deve fazer desvios em direção à África.



RISCOS

- Da democracia, a qual exige análise detalhada;
- De muita polarização política e proliferação de órgãos de poder político;
- Da democracia competitiva;
- Da descentralização exagerada;
- Política feita de interesses imediatistas;
- Tradição jurídica pesada, à portuguesa – ver as incidências;
- Da democracia em tempos de crise financeira;
- Conflitos entre o foro político e o jurídico que acentuam ainda mais a polarização política.



Sessão Plenária 1 – “Os Desafios Futuros de Cabo Verde”: Dr. David H. Almada, Dr. Gualberto do Rosário, Dr. Mamadou Lamine Ndongo e Dra. Vera Songwe, Moderadora

II FÓRUM

WWW.CABOVERDE2030.COM

CABO VERDE 2030

3.3 TRÊS SESSÕES PLENÁRIAS DE ENQUADRAMENTO AOS TEMAS DOS 21 WORKSHOPS

3.3.1 SESSÃO PLENÁRIA 1: OS NOVOS DESAFIOS DE CABO VERDE

Analisaram-se os novos desafios decorrentes das mudanças ocorridas na cena internacional e na sociedade cabo-verdiana, com relevância para os mais importantes a enfrentar no processo de transformação de Cabo Verde, nomeadamente os relacionados com a competitividade da economia, a modernização da sociedade e das instituições, bem como a mobilização de recursos humanos e financeiros.



Workshop 1.1: Modelo de desenvolvimento

Propostas de reformas



- **Reforçar a coordenação/articulação nacional;**
- **Reformas estruturais para tornar a produtividade o motor de crescimento:**
- **Reformas profundas na legislação, no sistema de educação e formação profissional, no sistema fiscal e no ambiente de negócios.**

Recomendações

- Capitalização das poucas vantagens comparativas e naturais de Cabo Verde – oceano amplo, localização geoestratégica, e um clima tropical;
- Economia moderna, de alto nível de rendimento e baseada em serviços, com desenvolvimento e fortalecimento com outros setores de atividade, como motores de crescimento;
- Realocação das despesas de investimento de capital, na qualificação e especialização do capital humano, fundamental para viabilizar e sustentar a estratégia de prestação de serviços de alto valor acrescentado;
- O foco deverá ser na produtividade, aposta na melhoria contínua do capital humano e na competitividade;
- Consolidar os setores do turismo e das pescas, pelo seu potencial de emprego e partilha dos benefícios;
- Reestruturação das empresas públicas e fortalecimento do setor privado, com melhor combinação das políticas fiscais com as do capital humano;
- Melhorar a produtividade da força de trabalho, neste momento baixa em comparação com o seu custo;
- Promover um consenso nacional sobre as prioridades de desenvolvimento a longo prazo;
- Sustentar o crescimento económico na qualidade, eficiência, e alta produtividade;
- Preservar a estabilidade macroeconómica, política e social;
- Serviços e infraestruturas de qualidade e competitivas;
- Ambiente de negócios e institucional favorável e de referência;
- Transição de ajuda/APD para IDE e negócios;
- Transição de remessas para transferências de conhecimentos potenciando a diáspora;
- Acompanhar e gerir a evolução demográfica, sobretudo no que poderá significar a expansão da força de trabalho.

Workshop 1.2: Financiamento do Desenvolvimento

Propostas de reformas

- Qualificar os serviços de tributação e cobrança;
- Promover a criação de um sistema bancário sólido;
- Qualificar as PPP;
- Modernizar e reforçar as capacidades do sistema bancário;
- Acelerar a reforma das empresas públicas;
- Junto do Banco Central, estabelecer um Gabinete de Informações de Crédito;
- Rever o quadro regulamentar para o desenvolvimento e expansão das atividades de micro finanças;
- Promover a criação de uma instituição de micro finanças reconhecida internacionalmente;
- Promover a criação de agência de classificação das instituições de micro finanças;
- Rever os quadros legais e fiscais de apoio ao desenvolvimento dos serviços de *leasing* e *factoring*;

Recomendações

- Aumentar as contribuições dos usuários finais;
- Melhorar a eficiência da cobrança de impostos;
- Alargar a base contributiva;
- Otimizar as taxas e os impostos;
- Aumentar a capacidade de absorção dos financiamentos por parte dos departamentos governamentais encarregados da elaboração, aprovação e execução de projetos;
- Melhorar o processo de triagem e apresentação de projetos junto dos doadores;
- Desenvolver ações de cooperação com os principais países emergentes e junto dos fundos soberanos;
- Junto do MFP, criação de um grupo de trabalho especializado em projetos de financiamento PPP;
- Realizar anualmente uma avaliação da estabilidade financeira;
- Prestar apoio financeiro para garantias e fundos de capital de risco mais eficazes;
- Prestar assistência técnica às instituições de financiamento das PME;
- Promover instituições financeiras não bancárias;
- Desenvolver opções de refinanciamento;
- Desenvolver produtos e serviços financeiros adaptados à realidade das PME e microempresas nacionais;
- Estimular a economia financeira e poupanças a longo prazo;
- Promover uma campanha de informação pública sobre as oportunidades de investimento, o mercado de ações e as oportunidades de financiamento;
- Promover o desenvolvimento dos fundos de investimento;
- Promover o desenvolvimento de uma indústria de gestão de ativos e intermediação;
- Promover a formação e a educação financeira;
- Desenvolver a cooperação com outros mercados financeiros, dando atenção ao mercado africano;



- Promoção e desenvolvimento de um forte sistema bancário;
- Melhoria do quadro legal para funcionamento do *leasing*, *factoring* e outros instrumentos financeiros;
- Adotar a Lei de Bases do Sistema Bancário e a Lei das Instituições Financeiras.
- Ativar produtos financeiros diversificados e oportunidades de investimento orientadas para a diáspora, criando incentivos fiscais específicos;
- Aumento do capital mínimo, aumento da frequência dos relatórios sobre a estabilidade financeira, implementação de um sistema de informação de crédito privado, promoção de micro-finanças;
- Ações específicas para promover o financiamento de projetos prioritários como o fundo de garantias, facilidades de créditos especiais e o capital de risco;
- Desenvolvimento de novos produtos e serviços financeiros através de instituições financeiras parabancárias;
- Desenvolver opções de refinanciamento de hipotecas e outros formatos de dívidas no mercado financeiro.



Workshop 1.3: Desenvolvimento empresarial e a competitividade do setor privado

- ∞ Melhor atratividade em termos de oportunidades de negócios no seio dos clusters
 - ∞ Atratividade do ambiente de negócios
- ∞ Ter um programa para aumentar a capacidade das instituições de apoio aos constituintes dos clusters
 - ∞ Desenvolvimento de soluções de empreendedorismo na base BOP

Propostas de reformas

- Reforçar o desenvolvimento dos setores competitivos;
- Estimular a Reforma do Estado;
- Operacionalizar o Conselho Nacional do Empreendedorismo;
- Desenhar uma estratégia nacional de empreendedorismo social;
- Estabelecer um conceito empresarial “circular” que alavanque inovações técnicas existentes e os recursos naturais.

Recomendações

- Reforçar as capacidades das instituições de apoio (ADEI, AJEC, Câmaras de Comércio, associações comerciais);
- Definir com clareza cada *cluster* e estabelecer os prioritários;
- Identificar e potenciar os posicionamentos estratégicos para cada *cluster*;
- Criar um *short-list* dos diferentes posicionamentos;
- Desenvolver a lista das atividades estratégicas necessárias para cada um dos posicionamentos e identificar os potenciais projetos;
- Identificar oportunidades de negócio com forte potencial de competitividade;
- Identificar os fatores de sucesso indispensáveis ao reforço da competitividade;
- Identificar e envolver os principais *stakeholders* (público, privado, sociedade civil) na abordagem de cada *cluster*;
- Conceber e implementar um programa de capacitação para prestar assistência técnica às PME (formação, serviços de informação, *mentorship* e *coaching*);
- Implementar uma abordagem operacional e eficiente de gestão de projetos na criação de incubadoras e financiamento;
- Promover acordos entre as instituições públicas e privadas para a realização de programas complementares de assistência às PME;
- Estimular PPP para ações de formação – envolver as principais empresas particularmente na formação vocacional;
- Desenvolver programas de educação executiva sobre o empreendedorismo, liderança e gestão;
- Listar as áreas prioritárias para o BOP;
- Criar um *benchmark* das boas práticas e modelos globais com interesse para Cabo Verde;
- Empoderar as instituições do setor privado.

Workshop 1.4: Fortalecimento da Nação Global

Incentivar as comunidades cabo-verdianas na diáspora a serem cidadãos cabo-verdianos de pleno direito é um fator de afirmação de Cabo Verde no mundo

Propostas de reformas

- Implementar a Estratégia Nacional de Emigração e Desenvolvimento;
- Ativar a diplomacia económica;
- Eliminar procedimentos e burocracia no sistema de atendimento, transporte e aduaneiro;
- Capacitação das instituições (MC, MIREX, CI, ADEI) para lidarem com assuntos da diáspora.

Recomendações

- Diáspora deve ser mais e melhor informada sobre o que se passa em Cabo Verde;
- Estimular o contributo da diáspora como estratégica de desenvolvimento;
- Criar uma rede global das associações da diáspora e capacitar os líderes associativos;
- No sistema educativo, reforçar mais o sentimento de pertença;
- Mobilização do conhecimento;
- Concretização e implementação da visão estratégica;
- Valorização do potencial da diáspora;
- Utilização sustentável das remessas;
- Capacitação dos cabo-verdianos que pretendem emigrar.



Workshop 1.5: Desenvolvimento das infraestruturas

Propostas de reformas

- Completar o programa de investimento em infra-estruturas;
- Definir e implementar políticas e modalidades de manutenção das infraestruturas;
- Reforma dos mecanismos de priorização das necessidades, planificação e implementação das infraestruturas;
- Modernização dos modelos de gestão do setor das infraestruturas;
- Reforçar e adequar os mecanismos de regulação e supervisão do setor das infraestruturas;
- Assegurar a sustentabilidade ambiental na concessão, implementação e gestão das infraestruturas;
- Consolidação do processo de reestruturação institucional, com enfoque nos sistemas e mecanismos de regulação, de avaliação e supervisão do setor e na eficiência do quadro jurídico-legal, desmaterialização e integração de processos e foco na eficiência.

Recomendações

- Ajustamento faseado dos aeroportos da Boa Vista (turismo) e do Mindelo (centro logístico);
- Modernização dos portos do Tarrafal de S. Nicolau e do Maio;
- Infraestruturas de apoio aos *clusters* do mar, TIC, agronegócio e indústrias criativas;
- Aumentar a capacidade de produção de água e energia, bem como tornar eficiente e eficaz a gestão da distribuição;
- Infraestruturas de saneamento apropriadas;
- Infraestruturas TIC (expansão banda larga aos domicílios, TDT e parques tecnológicos);
- Políticas e sistemas apropriadas de manutenção das infraestruturas (aeroportuárias, portuárias, rodoviárias, energia, água e saneamento, comunicações);
- Pato de Regime sobre uma política de infraestruturação de longo prazo, alinhada com as alavancas de crescimento e desenvolvimento económico;
- Planeamento das infraestruturas com ênfase na avaliação prévia do custo/benefício e hierarquização das prioridades;
- Envolvimento do setor privado na montagem das PPP, no alinhamento dos mecanismos de financiamento, na adequação das políticas de *procurement*;
- Envolver o setor privado na planificação, gestão e execução infraestruturas;
- Concessões dos serviços públicos de transportes aéreo e marítimo inter-ilhas;
- Atração e circulação das competências e contributo da diáspora;
- Perspetiva regional das infraestruturas, com sua inclusão na agenda da diplomacia económica;
- Reforço dos mecanismos de integração das políticas de gestão ambiental.

3.3.2 SESSÃO PLENÁRIA 2: OS CLUSTERS E A ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO



Dr. Marcel Klesen

NA SESSÃO FEZ-SE UMA ANÁLISE TRANSVERSAL DOS CLUSTERS COM VISTA À IDENTIFICAÇÃO DAS PRIORIDADES NO DESENVOLVIMENTO E CONTEÚDO DOS CLUSTERS. FORAM TIDAS EM CONTA OUTRAS EXPERIÊNCIAS E ANALISADOS O BENCHMARKING E O QUADRO INSTITUCIONAL.



Sessão Plenária 2 – “Os Clusters e a Estratégia de Transformação”, pelos Drs. Marcel Klesen e Victor Ndiaye. Moderadora, Dra. Mirian Lima.

Workshop 2.1: Desenvolvimento rural e agro-negócios

Propostas de reformas

- Reestruturação das bases conceptuais e metodológicas da extensão rural;
- Adoção de uma política de crédito rural;
- Adoção de um quadro apropriado de criação e organização do movimento cooperativo;
- Devido equacionamento dos constrangimentos decorrentes do excessivo parcelamento das explorações agrícolas, do complexo problema do direito de propriedade e do cadastro da propriedade rural.

Recomendações

- Dotar o setor de um seguro agrícola enquanto instrumento de minimização e partilha de riscos;
- Diminuição dos constrangimentos do setor como a problemática dos transportes e escoamento dos produtos, a questão energética e o quadro regulador;
- Desenvolver uma política de gestão, manutenção e regulação das infraestruturas do setor;
- Ações de capacitação/formação dos produtores rurais no que respeita às técnicas de produção, bem como à organização e gestão das unidades de produção;
- Planificar, organizar e efetivar a transferência do conhecimento (tecnologia e inovação) para os produtores rurais, capaz de potenciar o desenvolvimento das cadeias de valor;
- Identificar e caracterizar as oportunidades do setor, bem como motivar e integrar os jovens na dinâmica para a criação do emprego e do auto-emprego;
- Potenciar e valorizar os recursos hídricos mobilizados;
- Avaliar a eficiência e eficácia das infraestruturas hidráulicas, bem como o seu peso na competitividade e desenvolvimento sustentado do país;
- Maior divulgação e informação aos produtores das atuais linhas de crédito, por parte das instituições financeiras credoras em estreita colaboração com o MDR e as organizações dos produtores;
- Organização dos produtores e dos circuitos comerciais, em cooperativas, entrepostos comerciais, centros de pós-produção e de transformação;
- Desenvolvimento de iniciativas de articulação entre as universidades (docentes, investigadores e alunos).

Workshop 2.2: Economia marítima

- Transformar Cabo Verde num centro internacional de exploração e investigação marítima no Atlântico Médio;
- Posicionar Cabo Verde como centro de serviços de apoio ao comércio e atividades das frotas marítimas internacionais;
- Fazer de Cabo Verde uma referência em termos de segurança marítima.

Posicionamento estratégico

- Aposta em infraestruturas e capital humano;
- Centro de referência nas pescas;
- Centro internacional de formação na área marítima;
- *Hub* de serviços de qualidade no Atlântico;
- Cabo Verde: destino de turismo de cruzeiro de referência;
- Consolidação do quadro institucional;
- Adoção de um Plano Estratégico da Economia Marítima;
- Adoção de um Plano de Ação Integrada para o desenvolvimento das pescas.

Propostas de reformas

- Pescas
 - Intensificação das condições de maior captura para a indústria de transformação e de exportação;
 - Aposta na formação, serviços e logística;
- Aquacultura
 - Promover parcerias entre empresas nacionais e estrangeiras com experiência no setor.
- Portos
 - Identificação e promoção das oportunidades de negócio proporcionadas pela atividade portuária;
 - Reforçar as infraestruturas relacionadas com a atividade do *bunkering*.
- Turismo
 - Promover atividades de pesca desportiva e desportos náuticos;
 - Qualificar e promover as atividades ligadas ao turismo de cruzeiro.
- Reparação naval
 - Adequar os estaleiros das CABNAVE para a reparação de barcos de pesca do alto mar, construção de embarcações (hub) de pesca e de recreio.
- Ensino em náutica
 - Formação de oficiais de marinha mercante e em náutica de pesca;
 - Formação de marinheiros, inclusive em náutica de pesca;
 - Treinamento em questões de segurança para tripulações;
 - Investigação em técnicas de pesca.
- Segurança marítima
 - Instalar sistemas de segurança marítima de pessoas e da navegação marítima;
 - Criar condições de segurança contra intrusão ou agressão no espaço marítimo regional;
 - Estabelecimentos de acordos internacionais.
- Serviços
 - Instalação de logística de refrigeração e abastecimento de víveres a embarcações;
 - Estimular o surgimento de empresas especializadas em fornecer serviços de abastecimento à frota marítima.

Workshop 2.3: Turismo

Turismo enquanto força motriz de implementação dos outros *Clusters* da Agenda de Transformação

Propostas de reformas

- Qualificar a nossa oferta para melhorar a competitividade geral do destino;
- Planeamento de horizonte temporal de pelo menos médio-prazo;
- Descomplicação de certos procedimentos administrativos, com vista a estimular a execução de projetos de investimento aprovados;
- Transformar as ZDTI em cidades turísticas.

Recomendações

- Mobilizar e promover a confiança e credibilidade no setor do turismo, para se conseguir esboçar um *cluster* com gestão compartilhada e compromissos permanentes entre os *stakeholders*;
- Consolidar os mercados emissores;
- Desenvolvimento de nichos de mercado (Ecoturismo, Turismo Rural, B&B, Turismo de Negócios, Turismo de Cruzeiros, e Turismo Cultural & Religioso);
- Contínua monitorização da atividade;
- Maior enfoque na promoção do empresariado nacional através de revisão de políticas fiscais e ajustes estratégicos nos incentivos ao investimento virado para o aumento dos *linkages* na economia local;
- Coordenação na implementação de toda a estratégia para assim promover (i) a qualificação e desenvolvimento das infraestruturas turísticas do país, (ii) desenvolver a formação dos recursos humanos, (iii) apoiar o investimento (PME) no setor e (iv) coordenar a promoção interna e externa de CV enquanto destino turístico;
- Integrar os diferentes intervenientes nos processos decisórios, numa única entidade.

Workshop 2.4: O Cluster Financeiro

Propostas de reformas

- Reforçar o sistema bancário;
- Reforço das instituições financeiras para manter a estabilidade dos preços e o crescimento económico equilibrado;
- Promover Acordos de dupla tributação;
- Melhorar a eficiência na regulação económica;
- Desenvolvimento continuado do mercado de capital;
- Assegurar a efetiva regulação do mercado de capital;
- Melhoria da proteção dos investidores;
- Aumentar e promover oportunidades diversificadas de investimentos;
- Efetuar estudos estratégicos visando a criação do CFI;
- Internacionalizar a dívida pública;
- Montar um modelo legal, regulamentar e judicial que permita dar a grande credibilidade que os mercados financeiros exigem.

Propostas de reformas

- Decisões políticas acertadas e comprometimentos oportunos, para a criação de um centro financeiro de sucesso;
- Assegurar a sustentabilidade da dívida;
- Maximizar a Ajuda Pública ao Desenvolvimento;
- Estimular o Mercado de Ações e Obrigações;
- Desenvolver Parceria Público-Privada;
- Atrair mais e diversificar Investimento Direto Estrangeiro;
- Canalizar as remessas para o financiamento da economia;
- Trabalhar a nível da redução do risco no país;
- Promover muito cuidadosamente o sistema no exterior (Europa, EUA, América Latina, Médio Oriente);
- Tentar captar mais operadores internacionais (oferecendo baixos custos de instalação e de operação em troca de uma "governance" que conduza a um maior grau de confiança no país e no "cluster");
- Estudar modelos de associação com instituições financeiras oriundas de alguns países da África Ocidental;
- Explorar em profundidade a ligação com a União Europeia através de uma maior parceria com Portugal.



Workshop 2.5: Desenvolvimento das TIC e a Transformação

COMO ASSEGURAR QUE A ESTRATÉGIA DE CLUSTERS RESULTA EM OPORTUNIDADES PARA EMPREENDEDORES E PARA O SETOR PRIVADO?

QUAIS OS DESAFIOS PARA PASSAR O PROTAGONISMO DO DESENVOLVIMENTO DO SETOR PÚBLICO PARA O SETOR PRIVADO?

- Aproveitamento das vantagens competitivas para atrair o IDE
- Reforço da marca Cabo Verde
- Setores público e privado a funcionarem como agentes de mudança e promotores da inovação e da incorporação nas novas tecnologias no dia-a-dia dos cidadãos

Posicionamento estratégico

- Alinhamento do Programa para a Sociedade de Informação, com:
 - A visão de médio e longo prazos para o desenvolvimento e a competitividade de Cabo Verde;
 - A estratégia para o *cluster* TIC;
 - O processo contínuo da reforma do Estado.

Propostas de reformas

- Massificar o acesso e a utilização das Tecnologias de Informação
 - Promover o acesso de adultos info-excluídos e da população rural às TIC;
 - Aumentar a percentagem de ativos digitais;
 - Garantir preços que estimulem o acesso e a utilização.
- Alinhar os serviços de governação com as necessidades dos cidadãos e das empresas
 - Disponibilizar serviços multicanal alinhados com o ciclo de vida do cidadão e da empresa, apoiados pelas redes sociais;
 - Centralizar a disponibilização de serviços nas "one stop shops" físicas (Casa do Cidadão) e virtuais (Porton di nos ilha);
 - Garantir a integração de sistemas e a utilização de dados únicos do cidadão.
- Potenciar o desenvolvimento económico e a inovação
 - Atrair o IDE e aumentar o tecido empresarial TI;
 - Facilitar a afirmação dos *clusters* estratégicos do desenvolvimento do país;
 - Criar nichos de mercado em que o país seja especializado;
 - Posicionar o país enquanto "Gateway to Africa" e um Centro Internacional de Prestação de Serviços.
- Capacitar os jovens para a Sociedade do Conhecimento
 - Reforçar o acesso a equipamentos e à internet por professores e alunos;
 - Dinamizar a produção de conteúdos em rede por professores e alunos;
 - Capacitar os jovens para responderem às necessidades do mercado de trabalho.



Workshop 2.6: Aero-negócios

Elemento potenciador do crescimento económico, do emprego e da redução da pobreza

Posicionamento estratégico

- No desenvolvimento do turismo e das atividades ligadas ao Mar, estes como setores estratégicos;
- Na expansão das atividades de um operador aéreo forte, para os vários continentes, com efeito impulsionador sobre os negócios conexos;
- Na atração de operadores, investidores e parceiros estrangeiros para as diversas áreas de aeronegócios;
- Suprimir a exigência de vistos de entrada para passageiros de origens especificadas, visando o aumento do tráfego.

Propostas de reformas

TRANSPORTE AÉREO:

- Quadruplicar o tráfego internacional de passageiros no horizonte de uma década;
- Duplicar o tráfego doméstico de passageiros no horizonte de uma década.

EIXO NAÇÃO GLOBAL:

- Reforçar a diplomacia económica para apoiar a penetração e extensão das atividades comerciais dos operadores da aviação civil nos mercados europeu e americanos;
- Incentivar a participação dos nacionais, residentes e na diáspora, nos aeronegócios;
- Promover a aplicação de um regime de obrigações de serviço público no transporte aéreo doméstico de passageiros;
- Promover e desenvolver as relações de proximidade com os países vizinhos africanos, a nível institucional, através da CEDEAO e do Grupo do Acordo de Banjul, favorecendo um ambiente propício à atividade dos operadores nacionais no mercado africano de aviação civil;
- Maximizar a ligação de Cabo Verde à Europa, África e às Américas, expandindo a presença dos operadores aéreos nacionais e explorando oportunidades de acesso a esses mercados.

EIXO SETOR PRIVADO:

- Incentivar o desenvolvimento do negócio da carga aérea;
- Identificar oportunidades de financiamento do negócio da aviação civil;
- Assegurar a manutenção e reforço dos mecanismos de redução de risco no acesso ao crédito, através da ratificação de acordos internacionais (v.g., Convenção de Cape Town);
- Promover a redução dos custos de mão-de-obra especializada e a melhoria da produtividade através da formação e qualificação do pessoal.

EIXO BOA GOVERNAÇÃO:

- Formular e publicitar políticas governamentais favorecendo a transparência e a previsibilidade dos atos administrativos;
- Promover a eficiência e a qualidade do serviço de transporte aéreo pela adoção de mecanismos de monitorização de indicadores de desempenho;
- Liberalizar e regulamentar a atividade de *handling*;
- Operacionalizar o Conselho Consultivo da aviação civil, envolvendo o Governo, o regulador, os agentes económicos e os utentes do sistema;
- Adotar o princípio da audição pública e da análise dos impactos no processo de produção legislativa e regulamentar.

EIXO INFRAESTRUTURAS:

- Assumir a conceção, edificação ou reestruturação de infraestruturas aeronáuticas relevantes com base em princípios de necessidade, segurança e sustentabilidade económica e ambiental;
- Assegurar a reserva de áreas de expansão e/ou realocação aeroportuária em resposta aos objetivos de desenvolvimento da aviação civil;
- Instituir a obrigatoriedade de aprovação do plano diretor aeroportuário para todos os aeródromos de acordo com requisitos e especificações estabelecidas;
- Orientar a adoção das tecnologias de navegação que favoreçam maior precisão e segurança da navegação e propiciem maior regularidade e eficiência das operações aéreas

FORMAÇÃO:

- Desenvolver e estruturar o setor da formação aeronáutica, visando uma força de trabalho qualificada para responder à demanda de um setor de aviação eficiente e competitivo.

CARGA AÉREA:

- Desenvolver o negócio de carga aérea para satisfazer a demanda do setor turístico e da economia nacional.

AEROPORTOS:

- Projetar o desenvolvimento das infra-estruturas e operações aeroportuárias para responder à demanda do transporte aéreo de passageiros, carga e atividades conexas.

NAVEGAÇÃO AÉREA:

- Desenvolver o sistema de navegação aérea para responder à demanda crescente das atividades, assegurar a competitividade do serviço e a segurança do espaço aéreo em alinhamento com os melhores *standards* de referência.

HANDLING:

- Assegurar a prestação de um serviço de *handling* de qualidade e competitivo.



3.3.3 Sessão Plenária 3:

Revisitar a Visão e a Estratégia de Transformação

Foram debatidos os setores-chave para o futuro de Cabo Verde no horizonte 2030; analisou-se o processo de reformas para acelerar a transformação; como transpor as reformas à realidade económica e social do país; como engajar as instituições públicas e privadas na modernização dos processos e procedimentos; como criar uma cultura de resultados, bem como a problemática da construção da Nação inclusiva e da integração da diáspora nos esforços nacionais para transformar Cabo Verde.





Workshop 3: Educação para a Transformação

- Integração efetiva do sistema de educação e formação
- Aumentar e intensificar o tempo de interação do processo ensino/aprendizagem
- Propiciar aos jovens oportunidades de uma trajetória profissional e de vida
- Oportunidades de formação pós-secundária, como primeiro nível de educação terciária ou superior
- Valorização pela sociedade da formação profissionalizante
- Equilíbrio entre a formação e a empregabilidade

Propostas de reformas

- Educação básica do pré-escolar ao primeiro ciclo atual em regime de tempo integral, alargada até aos 10 anos de escolaridade obrigatória;
- Subsistema (secundário) sendo geral do 9º ao 12º ano e técnico no 11º e 12º ano, em regime de tempo integral;
- Universalização do acesso ao pré-escolar das crianças de 4 a 5 anos de idade;
- Implementação do novo estatuto do pessoal docente.

Recomendações

- Generalização da experiência da escolaridade obrigatória de 8 anos;
- Generalização do acesso às TIC;
- Ênfase ao ensino das línguas e das ciências exatas;
- Integração do papel da família e das comunidades na qualidade e na vida das escolas, bem como na valorização do capital social;
- Potenciar o desenvolvimento do capital social das crianças;
- Desenvolvimento do espírito de empreendedorismo;
- Valorização das formações profissionalizantes;
- Redução da taxa de repetência no 9º ano de 29,2% para 20% e no 12º ano de 33,5% para 22%;
- Expansão da formação de nível III, IV e V;
- Introdução de programas educativos complementares com recurso às TIC;
- Reforço da relevância do ensino técnico através da duplicação da frequência do ensino técnico de 13% para 25%;
- Mais rigor na formação e avaliação dos professores, por forma a melhor responder à qualidade do ensino;
- Estudos complementares para avaliação da qualidade da educação e formação profissional;
- Reforço da capacidade de recolha e gestão de informações estatísticas do sistema de educação e formação;
- Articulação e integração das redes de escolas técnicas e polivalentes do ensino secundário com os centros e escolas de formação profissional.

Workshop 3.1:

Qualificar e produzir conhecimento

- Sistema de garantia da qualidade
- Capacidade de regulação eficiente e eficaz
- CCTI constituído
- Reforço do nível de coordenação das políticas de desenvolvimento económico com a política de ciência, tecnologia e inovação

Propostas de reformas

- Conclusão do pacote legislativo do ensino superior e sua aplicação efetiva;
- Criação da agência de regulação do sistema de ensino superior;
- Definição de modelo de financiamento das instituições públicas de ensino superior;
- Criação de um Conselho de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como de fundo que garanta a sustentabilidade;
- Estabelecer modalidades de avaliação das instituições de ensino superior nacionais, por organizações internacionais reconhecidas;
- Definição de uma estratégia de internacionalização integrada com o desenvolvimento dos *clusters*.

Recomendações

- Implementação do sistema de garantia da qualidade das instituições e da oferta formativa;
- Qualificação do corpo docente a nível do doutoramento em todas as áreas de conhecimento;
- Organização de unidades de investigação nas instituições de ensino superior, com o corpo docente a tempo inteiro, desenvolvendo funções letivas, de investigação e serviços à comunidade;
- Participação das instituições em redes e parcerias internacionais;
- Oferta de formação avançada e capacidade de enquadramento de doutoramentos em todas as universidades;
- Aumento de produção científica e sua publicação regular em revistas prestigiadas;
- Contratos-programa com e entre as instituições públicas de ensino superior.
- Priorizar o reforço do sistema de ensino superior e CTI nas áreas de desenvolvimento económico consideradas estratégicas;
- Articular a formação e investigação com as entidades envolvidas no desenvolvimento socioeconómico dos *clusters*, com apoio ao estabelecimento de parcerias nacionais e desenvolvimento de projetos internacionais;
- Identificação das necessidades do mercado para oferta de serviços de conhecimento qualificados em áreas de conhecimento relevantes dos *clusters*.



QUE VISÃO FUTURA PARA O SISTEMA ENERGÉTICO DE CABO VERDE?
QUE DEVEREMOS FAZER PARA REDUZIR O CUSTO DE ENERGIA E
ASSEGURAR A COMPETITIVIDADE DE CABO VERDE?



Workshop 3.2:

Energia para o futuro de Cabo Verde

- Acesso universal às formas modernas de energia de qualidade
- Energia, fator de competitividade
- Serviços energéticos de excelência

Propostas de reformas

Posicionamento estratégico

- Criação de um mercado energético dinâmico;
- Estrutura institucional, legal e regulatória incentivadora da inovação, da diversificação, da concorrência e do empreendedorismo;
- Aposta nas energias renováveis e outras fontes endógenas para energia térmica, elétrica e a mobilidade;
- Aposta na eficiência energética;
- Gestão automatizada e autônoma da rede elétrica;
- Legislar, fomentar empresas e sensibilizar famílias para uma cultura de uso racional da energia;
- Organização e reforço institucional;
- Aproveitar as vantagens da sede da ECREEE estar em Cabo Verde;
- Cabo Verde: Centro de Excelência.

Recomendações

- Diversificação das fontes de energia e tecnologias, apostando nas tecnologias de armazenamento;
- Aproximar a produção do consumo, e incentivar a substituição das fontes de energia e de tecnologia;
- Aposta na integração do sistema energético com tecnologias de sensoriamento, monitorização em tempo real, tecnologia de informação e comunicação;
- Criação de um mercado dinâmico: potenciar nichos de mercado e de capital humano com capacidade de atrair e apropriar-se de tecnologias inovadoras;
- Transformar o conhecimento adquirido em fator de competitividade;
- Massificar o ensino da língua inglesa;
- Formulação de políticas estáveis;
- Reestruturação do setor elétrico;
- Reformulação do papel das empresas de combustível;
- Reformulação do modelo de financiamento ao setor;
- Envolvimento das universidades no processo formativo.



Workshop 3.3:

Promover a inovação e a criatividade

Cabo Verde como boa prática em termos de estratégia de desenvolvimento baseado nas economias criativas

Propostas de reformas

- Integrar a criatividade e da inovação na estrutura e cultura das universidades e instituições de ensino e formação;
- Construir um sistema nacional de inovação inserção da criatividade e da inovação na estrutura das organizações e instituições cabo-verdianas.

Recomendações

- Cabo Verde tem que incrementar cada vez mais a sua competitividade no mercado internacional, com base na qualidade e em elevada capacidade inovadora e criativa;
- Exploração bem sucedida de novas ideias, essenciais para sustentar a competitividade e a geração de riquezas;
- Definição de objetivos, estratégias, metas, indicadores, assim como de agregar recursos para a implementação;
- Edificar um sistema educativo de elevada qualidade que estimule a criatividade, o desenvolvimento de capacidades técnicas, procurar cada vez mais ideias criativas e inovadoras para a aceleração da economia, facilitar a inovação e a implementação da agenda de transformação;
- Construir excelência na investigação em áreas estratégicas;
- Mobilizar os melhores investigadores;
- Fazer da cultura uma vantagem competitiva;
- Atrair investidores com base na economia criativa.



Workshop 3.4:

Parcerias estratégicas e diplomacia económica para a transformação de Cabo Verde

- Um novo sistema de diplomacia económica
- Integrar a dinâmica de desenvolvimento da CEDEAO
- Reorientação e incremento da diplomacia económica

Propostas de reformas

Posicionamento estratégico

- Diplomacia económica na implementação da Agenda de Transformação e das parcerias estratégicas;
- Criação de capacidade institucional em matéria de inteligência económica;
- Adoção de um Quadro Estratégico de enquadramento das parcerias estratégicas e da diplomacia económica;
- Estabelecer um plano de desenvolvimento de parcerias com os países e instituições do espaço da CEDEAO;
- Criação de um sistema integrado, coordenado e coerente de diplomacia económica.

Recomendações

- Reforço do capital político para fortalecer a ancoragem com a África;
- Colocação de quadros cabo-verdianos nas instituições regionais e internacionais sediadas nos países da CEDEAO e outras organizações regionais;
- Adoção de agendas de parcerias bem definidas, acompanhadas de planos de ação de financiamento;
- Reforço da cooperação com os países e instituições do espaço da CEDEAO;
- Melhorar o conhecimento do espaço da CEDEAO e participação ativa na organização da sub-região, de modo a dar mais visibilidade a CV;
- Potenciar fatores de maior integração nomeadamente a Boa Governança e o IDH;
- Potenciar o papel de Cabo Verde na sub-região em matéria de segurança;
- Desenvolver a colaboração entre o setor bancário de CV e as congéneres da CEDEAO, assim como entre as respetivas bolsas de valores;
- Participar ativamente no mecanismo de supervisão multilateral da CEDEAO;
- Conhecer e cooperar com os Estados membros da CEDEAO em matéria de turismo e de exportações;
- Reforçar a prestação de serviços marítimos para satisfação das enormes necessidades no seio da CEDEAO;
- Ratificar os protocolos que ainda não fazem parte da ordem jurídica interna de Cabo Verde;
- Melhoria da capacidade de gestão da diplomacia económica, com enfoque
 - Na melhoria das funções de liderança, coordenação e avaliação;
 - No ambiente jurídico-legal (incentivos, PPP, acordos, etc.);
 - Nas áreas operacionais (CI, ADEI, Câmaras de Comércio);
 - Na formação e capacitação do setor empresarial público e privado.



II Fórum Nacional de Transformação
CABO VERDE 2030

Workshop 3.5: Transformação e criação de emprego

Propostas de reformas

- O Estado deve assumir, sobretudo, funções de regulação, fiscalização e promoção da economia;
- Orientar a AP no sentido de uma cultura “business friendly”, reorientando as reformas nesse sentido;
- Eliminação de todos os anacronismos tributários;
- Flexibilização da legislação laboral, no que se refere à dinâmica das relações laborais;
- Implementação do Regime Especial de PME.



Recomendações

- O Estado tem de ser eficaz e eficiente e deve racionalizar os seus recursos humanos;
- Parceria estratégica de longo prazo entre SP e Governo para criar mecanismos alternativos (em relação ao crédito bancário interno) de financiamento da economia;
- Programa público visando a diminuição do risco no país – incremento da notação financeira do país;
- Estratégia nacional, com engajamento SP e Governo de internacionalização das empresas cabo-verdianas;
- Implementar uma reforma fiscal que priorize a tributação da despesa, em detrimento da tributação da poupança e do investimento;
- Recentragem dos BF no sentido da promoção dos investimentos, com aligeiramento e flexibilização dos requisitos de acesso;
- Orientar a qualificação dos RH do país para corresponder às opções estratégicas de desenvolvimento fixadas e às reais necessidades do mercado;
- Fortalecimento do mercado interno com foco na expansão da base produtiva;
- Substituição positiva das importações;
- Potenciar o crescimento dos setores mais dinâmicos e impulsionar o desenvolvimento da produtividade nos setores mais atrasados
- Arrastar setores intensivos em mão de obra;
- Aumentar os rendimentos do trabalho;
- Inclusão do setor informal, do sub-emprego e do trabalhador do meio rural;
- Investimento dos ganhos em inovação de produtos e processos;
- Desburocratização dos incentivos fiscais;
- Reforçar a articulação entre o poder central e local em matéria de fiscalização e regulação;
- Operacionalizar o sistema de incentivos às exportações nacionais, facilitando o acesso aos incentivos e apoiando as marcas exportadoras através de campanhas de promoção no exterior.



Workshop WS 2.1 – Desenvolvimento Rural e Agro-negócios

3.3.4

Sessão plenária 4

A NOVA REALIDADE DO MUNDO RURAL – SEUS DESAFIOS E OPORTUNIDADES. QUE POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO PARA O CLUSTER DE AGRO-NEGÓCIOS?

Esta sessão foi a continuação dos trabalhos da sessão plenária 3 do dia anterior, tendo sido debatidos setores da maior importância para o futuro de Cabo Verde no horizonte 2030, como sendo: (i) o organização do território em função do espaço, suas disposições e finalidades, (ii) a problemática de fundo ligada ao crescimento económico que é a do desenvolvimento inclusivo no que respeita à redução da pobreza, o desemprego e outras desigualdades sociais, (iii) o processo de reformas para acelerar a transformação, como transpor as reformas à realidade económica e social do país, (iv) o potencial da cultura e economia criativa de Cabo Verde, como importante setor de produção de serviços, geração de emprego e de promoção da imagem do país no exterior.

WORKSHOP 4.1

Visão para o ordenamento do território e das cidades



Propostas de estratégias

- Potenciar Cabo Verde como uma grande centralidade no contexto regional e internacional;
- Territorialização das políticas públicas e das intervenções como elemento potenciador da eficiência e da eficácia;
- Inserção geo-estratégica internacional (portos, aeroportos e digital);
- A Promoção da Integração Territorial do turismo;

QUE VISÃO PARA O FUTURO DAS NOSSAS CIDADES?

Quais reformas de políticas para dotarem as entidades regionais de capacidade de gestão sobre os principais instrumentos de política económica que afectam o território sobre sua jurisdição?

Recomendações

- Promover/incrementar a territorialização das políticas públicas com reforço da articulação entre o planeamento físico e económico, assim como a concertação intersectorial para a execução do planeamento;
- Contenção do perímetro urbano e reconversão urbana para o potenciar desenvolvimento económico das cidades;
- Reforço das estruturas regionais para a implementação do Planeamento;
- Constituição das reservas agrícolas e ecológicas como forma de salvaguardar os espaços naturais dotados de potencialidades, e promover o *cluster* da agricultura;
- O Planeamento da Orla Costeira;
- Reforço de governança urbana com empoderamento da Sociedade Civil;
- Capacidade técnica, como reforço do sistema nacional;
- Valorizar o património urbano e arquitetónico;
- Potenciar a cultura e valorizar a identidade cabo-verdiana;
- Melhorar o rácio da competitividade territorial.



WORKSHOP 4.2

Desenvolvimento inclusivo

- Dinamização do crescimento da economia para a geração de emprego
- Política de competitividade para superação dos problemas de desemprego
- Emprego no centro da formulação das políticas económicas
- Inclusão económica e social
- Inclusão política

Propostas de reformas

- Continuação das reformas;
- Assegurar que os ganhos da produtividade são distribuídos equitativamente;
- Aposta continuada no desenvolvimento do capital humano;
- Fortalecimento do mercado interno com foco na expansão da base produtiva;
- Reforma fiscal priorizando a tributação da despesa;
- Implementação do regime especial das PME;
- Modernização e reforma da APUB;
- Flexibilização da Lei Laboral.

Recomendações

- Aumento da produtividade;
- Investimentos dos ganhos na inovação de produtos e processos;
- Valorização das profissões técnicas intermédias;
- Reforço do investimento no ensino técnico e na formação profissional;
- Promoção da aprendizagem permanente;
- Adequação da formação de competências às necessidades e oportunidades do mercado de trabalho;
- Promoção do desenvolvimento regional e local;
- Desburocratização dos incentivos fiscais;
- Potenciar o crescimento dos setores mais dinâmicos e geradores de emprego;
- Alargamento da base produtiva *versus* expansão das oportunidades de emprego.
- Reduzir os obstáculos aos investimentos nas áreas de serviços, agricultura e pesca;
- Educação para a inclusão;
- Formação e capacitação empresarial;
- Acesso ao financiamento e às TIC;
- Fortalecimento das instituições de desenvolvimento empresarial públicas e privadas.



O QUE FAZER PARA QUE TODOS OS CABO-VERDIANOS TENHAM EMPREGO?

Como assegurar que o setor privado crie mais empregos, especialmente para os nossos jovens?

WORKSHOP 4.3

Reformas e ambiente de negócios para a Transformação



- Alcançar índices elevados de classificação no *Doing Business*
- Assegurar processos administrativos eficientes e eficazes
- Altos padrões de atratividade na promoção do investimento
- Quadro regular de diálogo entre o setor público e o setor privado.

Propostas de estratégias

- Acelerar medidas de aplicabilidade das reformas, por forma a melhorar as notações no *Doing Business*;
- Qualificar a Reforma do Estado;
- Empoderar as instituições públicas de apoio ao setor privado;
- Operacionalizar o Conselho Nacional para o Desenvolvimento do Empreendedorismo;
- Acelerar as reformas laborais e a implementação da lei REMPE.

Recomendações

- Criação de um Comité Diretor do Doing Business;
- Adotar e implementar um plano anual de reformas, inclusive projetos de modernização e simplificação da administração pública;
- Reforçar as capacidades institucionais visando impactos de performance na realização de negócios;
- Conceber e implementar um plano de monitorização e avaliação dos resultados e progressos na competitividade do país;
- Acelerar a implementação do Centro Internacional de Negócios;
- Adotar um livro de projetos, sobretudo aqueles geradores de emprego;
- Desenvolver parcerias com o setor privado, para gerir e promover setores de competitividade;
- Com o setor privado, desenvolver uma estratégia de atração do investimento e desenvolvimento do setor privado;
- Adequar e multiplicar os acordos de promoção do investimento, bem como os acordos contra a dupla tributação;
- Desenvolver capacidades no que respeita a competitividade do país, os incentivos fiscais e as vantagens competitivas para o investimento;
- Diversificar mais os projetos de governação eletrónica;
- Racionalizar as instituições e monitorizar a eficácia do seu desempenho;
- Adequar e reforçar o papel das instituições de apoio ao setor privado, entre outras a CI, ADEI, DGDT, SD-TIBM;
- Avaliar as necessidades de financiamento do setor privado e desenvolver uma estratégia de financiamento sustentável.



WORKSHOP 4.4

Sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas

- Salvaguarda da sustentabilidade ambiental no contexto das mudanças climáticas
- Maior consciencialização sobre modelos de crescimento económico com emissão de gases de estufa

Propostas de reformas

- Introdução de temáticas ambientais e dos riscos naturais nos currículos escolares dos diferentes níveis de ensino, do primário ao universitário.

Recomendações

- Introdução de temáticas ambientais relacionadas com as mudanças climáticas, nos trabalhos de fim de curso nas universidades;
- Criação de “pools” de professores por áreas para definir metas, objetivos e ações em vista a mitigação dos riscos das mudanças climáticas;
- Cabo Verde: juntar a sua voz à dos países em desenvolvimento no sentido de salvaguardar a integridade de grupos populacionais ameaçados pelos efeitos das mudanças climáticas;
- Aposta na informação/formação dos cidadãos sobre os riscos das catástrofes naturais;
- Apostar na economia verde e na economia azul.

WORKSHOP 4.5

Cultura e economia criativa

- Inovação, fonte de criação de valores como a riqueza e o emprego
- Aumento da contribuição da cultura no crescimento do PIB
- Cabo Verde uma boa prática
- Potenciar a vertente inclusiva de geração de emprego produtivo, especialmente no seio dos jovens e das mulheres

Propostas de reformas

- Desenvolver um sistema nacional de promoção da inovação e da criatividade;
- Uniformização do quadro regulatório das organizações criativas;
- Buscar e adotar um modelo apropriado de financiamento das economias criativas;
- Regulamentação do exercício da atividade económica dos agentes culturais;
- Aprovação da legislação sobre a Economia Criativa;
- Taxa de turismo consignada para o financiamento da cultura;
- Reconfiguração dos eventos nacionais com caráter internacional, de forma a serem veículos de exportação da cultura;
- Legislar sobre os direitos de autor.

Recomendações

- Inserção da criatividade e da inovação na estrutura e na cultura das universidades e instituições de ensino;
- Criação de competência estratégica em matéria de criatividade e inovação;
- Criação de organizações vocacionadas para a criatividade e a inovação, e estruturação do seu ambiente organizacional em função dos desafios;
- Desenvolver complementaridades entre investigadores, produtores e o mercado;
- Sistema educativo no estímulo e promoção de uma cultura de inovação para resolução de problemas;
- Capacitação dos agentes culturais;
- Introduzir excelência na investigação nas áreas estratégicas;
- Ligar as universidades à atividade económica;
- Adotar uma estratégia de desenvolvimento baseado nas economias criativas;
- Introdução da inovação e da criatividade nas ações económicas estratégicas, nomeadamente as da cultura e do turismo;
- Promover a “alfabetização” das TIC, pela via da integração das políticas relacionadas com as economias criativas;
- Promover parceria entre CULTURA/MINISTÉRIO DA CULTURA/NOSI;
- Sinalética das cidades e monumentos;
- Stands em locais de fluxos turísticos;
- Qualificar as festas de romaria;
- Implementação das feiras de produtos: artesanais, agro-alimentares e culturais.



CABO VERDE 2030!

*A tua voz, como cidadão
cabo-verdiano, deve ser
ouvida!*



Apresentação das principais conclusões do Fórum, pelo Coordenador do Centro de Políticas Estratégicas, Dr. Manuel Pinheiro

4. Sessão plenária de encerramento

Finalizando os trabalhos desenvolvidos nos diferentes painéis e *workshops*, e antecedendo a sessão de encerramento, o Coordenador do CPE apresentou as linhas de força das conclusões, no sentido de se iniciar a construção de uma visão partilhada do futuro e a formulação de uma Estratégia de Transformação Económica no horizonte 2030, retendo as seguintes recomendações:

- Cabo Verde precisa montar um programa de *Reset, Reform, Re-brand, e Re-Promote*;
- A elaboração da Agenda deve ser aprofundada e alargada, sendo essencial que sejam envolvidas as contribuições das instituições públicas, municipais, privadas e da sociedade civil;
- Cabo Verde tem de ser ambicioso e definir uma agenda audaz de reformas com objetivos específicos bem definidos e apropriados por todos, de modo a evitar a armadilha do rendimento médio;
- Cabo Verde terá que investir um montante significativo de recursos para lançar um esforço promocional de grande escala, especialmente junto dos países do Continente Africano, dos mercados da Europa do Leste, dos EUA e do Brasil;
- As reformas do mercado laboral devem ser aceleradas com a máxima urgência;
- Cabo Verde terá que adotar uma abordagem consensual dos *clusters*, para que possa desenvolver e implementar um sistema eficiente e vantajoso de governação dos mesmos, incluindo toda a reestruturação que se impõe;
- Cabo Verde terá que identificar os setores *drivers* da economia e assumir os projetos críticos em *stand by*, dotando-se de equipas altamente qualificadas e de medidas céleres e operacionais para acelerar a sua implementação.





DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA, O PRIMEIRO-MINISTRO DE CABO VERDE, DR. JOSÉ MARIA NEVES, POR OCASIÃO DA CERIMÓNIA DO ENCERRAMENTO DO II FÓRUM NACIONAL DE TRANSFORMAÇÃO DE CABO VERDE

Sinto-me orgulhoso, sinto-me profundamente emocionado por fazer o encerramento deste II Fórum Nacional de Transformação de Cabo Verde. Como disse Lúcio Antunes, "sinto-me feliz de ter nascido cabo-verdiano."

Queria agradecer a todos os que estiveram aqui, os que vieram de longe e nos ajudaram a conceber e a realizar, com sucesso, este Fórum. Não me canso de destacar o papel e o contributo, desde o primeiro momento, do Dr. Carlos Lopes. Destacar as nossas primeiras conversas sobre Cabo Verde e sobre a África, bem como o seu decisivo contributo no pensamento estratégico, na organização do I Fórum e nas conclusões a que então chegamos. Muitos dos desafios que Cabo Verde tem neste momento, muitas das tendências e muitos dos cenários, nós apresentámo-los no I Fórum, em 2003.

Queria, também, muito sinceramente, fazer um agradecimento pessoal a Adão Rocha, que tem sido meu conselheiro desde 2001, pelo seu engajamento, seu comprometimento e seu enorme contributo para a realização do I Fórum e deste II Fórum.

Quero agradecer ao Engenheiro José Brito, por tudo o que fez desde os primeiros momentos, em Washington (ainda enquanto Embaixador na capital norte-americana), para os primeiros diálogos com Carlos Lopes. Queria também, e esta é uma prova da ancoragem nossa em África, agradecer ao Jacob Adesida, um nigeriano que tem estado aqui a trabalhar conosco e tem-nos ajudado, e muito, a pensar o futuro.

E quero ainda agradecer ao Dr. Manuel Pinheiro, Coordenador do Centro de Políticas Estratégicas, e à toda a equipa do CPE, que deram um grande contributo para o sucesso deste Fórum.

“

Sinto-me orgulhoso, sinto-me profundamente emocionado por fazer o encerramento deste II Fórum Nacional de Transformação de Cabo Verde.

II FÓRUM NACIONAL DE TRANSFORMAÇÃO DE CABO VERDE

Permitam-me agradecer a todos os que deram a sua contribuição para a realização bem-sucedida deste II Fórum, em especial, ao Presidente Pedro Pires, que presidiu a sessão desta manhã, muito efetiva para este processo de reflexão sobre Cabo Verde e o seu futuro. Agradecer ao Dr. Aristides Lima que presidiu a sessão sobre a integração regional, a todos os moderadores, a todos os professores universitários e personalidades do mundo académico do país e da diáspora, a todos os que vieram de longe para ajudar-nos a pensar Cabo Verde, a pensar o seu futuro. Não tenho palavras para vos agradecer.

Eu posso é deixar-vos um grande abraço de todas as cabo-verdianas e de todos os cabo-verdianos.

Quero agradecer aos Embaixadores acreditados na Praia e que participaram ativamente neste Fórum, dando a sua forte contribuição. Agradeço igualmente aos Embaixadores cabo-verdianos acreditados no exterior e que participaram de forma empenhada no Fórum.

Agradeço-vos a todos que, durante estes três dias, acompanharam e fizeram acontecer este II Fórum Nacional de Transformação com interesse, atenção e entusiasmo. Estou certo de que, ao fim desta jornada, todos os participantes se encontram hoje muito mais empenhados em relação aos desafios do desenvolvimento de Cabo Verde.

Fizemos este II Fórum não apenas para apresentarmos o necessário Balanço Estratégico de Transformação, mas sobretudo para, juntos e de forma convergente, todos partilharmos do desenho prospetivo do Cabo Verde que queremos. Fizemo-lo porque governar em democracia é, sobretudo, diálogo e procura incessante de consensos sobre os fundamentais deste nosso destino comum de liberdade, de dignidade e de progresso social. Neste processo permanente de construção de consensos e de busca de compromissos temos cumprido para tornar Cabo Verde mais livre e mais justo, mais próximo do sonho coletivo das cabo-verdianas e dos cabo-verdianos. Fizemo-lo para sonhar e

podemos implementar, cumprindo Cabo Verde, juntos.

A História Contemporânea de Cabo Verde confirma a importância do consenso e do compromisso na densificação e no fortalecimento da Nação. Cumprimos a Independência e estamos a cumprir a Democracia.

Estivemos aqui, agora, para pensar o desenvolvimento de Cabo Verde. Para avançar propostas de trabalho na criação de um horizonte temporal de transformação para o desenvolvimento, no Horizonte de 2030. O desenvolvimento, sendo produto da imaginação criativa, do trabalho de operacionalização de conceitos, de mobilização e de construção política, é, no sentido mais amplo do termo, uma resultante de compromissos. Sem prejuízo de outros entendimentos e do reconhecimento do legítimo direito ao pluralismo de opiniões, entendemos que o que esteve aqui em causa e nestes dias foi mais o que nos une do que aquilo que nos divide. Ficou patente, mais uma vez, a grande ânsia dos cabo-verdianos pelo desenvolvimento. Os cabo-verdianos aspiram viver melhor. Os cabo-verdianos aspiram viver num país moderno, próspero, justo, com oportunidades partilhadas por todos.

Em 2030, sonho com um Cabo Verde moderno, próspero e desenvolvido. Tenho certeza e fé que o podemos realizar. Se conseguirmos, nestes 39 anos de país independente, transformar este país de uma terra improvável num país





possível é porque, agora, com melhores condições, podemos transformar todas as improbabilidades em possibilidades.

Contem comigo. Ouvi, com muita atenção, o que aqui se disse - todas as ideias e todas as palavras. Estas palavras e estas ideias têm de ter consequências nos próximos tempos. Temos de realizar todas as mudanças institucionais e organizacionais, fazer as reengenharias de processo que forem necessárias, para acelerarmos o processo de transformação e o ritmo de crescimento da economia, para podermos ser consequentes com as nossas palavras e os nossos compromissos e, assim, responder aos anseios e às aspirações de todas as cabo-verdianas e de todos os cabo-verdianos.

Se o sonho e as aspirações são condições essenciais, é também importante para qualquer país, no afã de vencer os desafios do desenvolvimento, o pensamento estratégico. É preciso pensar estrategicamente. Fazê-lo com abertura e sentido crítico, ouvindo a todos, com atenção, e partilhando visões e estratégias que possam mobilizar a Nação e impulsionar a aceleração do processo transformacional e do crescimento económico.

Quero dizer-vos aqui, muito claramente, que os resultados deste Fórum são de todos, de todos os partidos políticos, de todos os sin-

dicatos, de todas as organizações patronais, de todas as igrejas, de todas as ONG, de todos os cidadãos, de todas as cabo-verdianas e de todos os cabo-verdianos. São resultados de todos nós! Do nosso trabalho, do nosso suor e de todos aqueles que mobilizámos para connosco pensarem estrategicamente Cabo Verde. Façamos, pois, destes resultados as nossas ferramentas de trabalho na realização do nosso destino comum.

“ *Estamos juntos, determinados, com vontade de transformar todas as improbabilidades em possibilidades.*

Cabo Verde merece e este é o nosso destino!



II FÓRUM NACIONAL DE TRANSFORMAÇÃO DE CABO VERDE CABO VERDE 2030

SE o Senhor Primeiro-Ministro, Dr. José Maria Neves proferindo o discurso de encerramento.

Em 2003, aquando do I Fórum Nacional de Transformação, havíamos feito esse pensamento estratégico, determinante que foi de consequentes mudanças em vários domínios da vida nacional, permitindo que Cabo Verde tivesse agregado algumas vantagens competitivas às suas vantagens comparativas. Nessa altura, fizemos grandes consensos em relação aos fundamentais do desenvolvimento, resultantes desse nosso consequente pensar estratégico.

E o balanço estratégico que realizámos, ora na abertura deste II Fórum Nacional de Transformação, confirmou que o país deu saltos qualitativos e quantitativos, nalguns domínios surpreendentes e, apesar dos desafios ainda prevaletentes, não-de convir comigo que as cabo-verdianas e os cabo-verdianos, nós todos, fizemos um notável percurso de que devemos nos orgulhar. Então, já ficara patente,

desde 2003, de que “um caminho de muitos quilómetros começa com o primeiro passo”, como nos ensinou o filósofo chinês Lao-Tse. Aliás, expressão bem nossa esta de que, antecipando o futuro, “kaminhu lonji ta andadu di bespa”. Um caminho que importa trilhar coletivamente, mas que requer que conheçamos a sua “lonjura” e que tenhamos a consciência dos seus meandros e dos seus escolhos.

Em função da lonjura do caminho, impõe-se-nos, de forma coletiva e convergente, determinar a rota, o plano de viagem e o destino almejado, bem como as estratégias para mobilizar as vontades e disponibilidades, meios e recursos, para, em cada presente, ganharmos o futuro. Neste caminho teremos várias lideranças, várias equipas, teremos necessidade de refazer caminhos, de mobilizar novos recursos, de eventualmente, em função das mudanças de cada presente, refazer as estratégias. Mas o mais

importante é saber o porto de chegada. E esta partilha entre todos aqueles que têm a responsabilidade, hoje ou amanhã, de dirigir os destinos do país, é fundamental para a transformação e a mudança de qualquer país.

Não tivéssemos feito, desde a Independência, esta reflexão estratégica sobre o futuro, não tivéssemos assumido, há uma década, a decisão estratégica pela Agenda de Transformação, corolário do I Fórum, não chegaríamos ao País de Rendimento Médio, nem estaríamos no ponto de cumprir todos os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio, e tão pouco seríamos um País com o Índice de Desenvolvimento Humano e o próprio Produ-

to Interno Bruto, reflectindo tudo isso hoje na melhoria das condições de vida dos cabo-verdianos.

Cabo Verde, tanto no passado como no presente, é um projecto nacional voltado para o futuro, um projecto nacional que aposta na qualidade de vida dos seus cidadãos e no progresso social. E, cientes dos desafios que o desenvolvimento pressupõe, as cabo-verdianas e os cabo-verdianos demandam o compromisso entre as forças políticas e os parceiros sociais como pressuposto essencial para o progresso gradativo e incrementado, com crítica noção do tempo de agir.



“

Como disse Lúcio Antunes, "sinto-me feliz de ter nascido cabo-verdiano."



O desenvolvimento assenta num incomparável acervo de valores, materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, que permitem a este mosaico nacional, formado pelas comunidades no arquipélago e na diáspora, a oportunidade de se afirmar com uma identidade própria. O desenvolvimento lato sensu como caminho para a Liberdade, como permanente realização do Pão e da Palavra, como processo transformacional também, senão mesmo, essencialmente dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Tempo de transformação para o desenvolvimento, estribado no reforço de consolidação do nosso Estado de Direito Democrático. Quanto melhor Estado tivermos, mais centrados na transformação para o desenvolvimento estaremos e melhor posicionados estaremos para densificar a libertação, o ideário da realização coletiva do Pão e da Palavra, isto é do desenvolvimento sustentável e coletivo. O desenvolvimento sustentável e coletivo é um imperativo do compromisso de cada um e do pato social e político alargado. Pressupõe muito trabalho, muito empenho e muito investimento. Requer muita investigação, criatividade e inovação. Se, no ideário de Amílcar Cabral, a libertação constitui um ato de cultura e, perspetivando o desenvolvimento sustentável e coletivo como sujeito e predicado da libertação, encaramo-lo também como um ato de cultura.

As nações que se desenvolvem são aquelas de mulheres e homens livres, em que a cultura da tolerância, do trabalho, do mérito, do empreendimento, da poupança e do investimento, da riqueza e da partilha, da crítica noção do tempo de sementeira e de colheita -, dizia, em que as mentalidades, as atitudes e os comportamentos aportem a generosidade da transformação para o desenvolvimento. As cabo-verdianas e os cabo-verdianos têm de continuar a fazer um

esforço para ser culturalmente mais produtivos, tolerantes e abertos ao mundo e à diversidade, mais inovadores e mais empreendedores, mais livres, mais autónomos, politicamente mais responsáveis e socialmente mais fraternos.

A transformação para o desenvolvimento é efetivamente um desafio cultural enorme e permanente para o nosso Estado e para a nossa Sociedade. Um desafio premente para a classe política, para os empresários, para os trabalhadores, para todos os segmentos e quadrantes da sociedade cabo-verdiana. Não se pode caminhar para o Horizonte 2030, marco para o incremento do patamar do desenvolvimento sustentável e coletivo, sem focarmos na questão cultural do processo transformacional.

As intervenções durante este II Fórum Nacional de Transformação revestiram-se de enorme interesse estratégico e abrangeram, conseqüentemente, temas tão diversos como a cidadania e o compromisso, os desafios da sociedade do conhecimento e a importância da inovação e da competitividade para um crescimento sustentável, bem como nas mudanças de atitudes e de comportamentos, numa perspetiva nacional de longo alcance.

Diante disso, impôs-se, com muita acuidade, o questionamento sobre o papel do Estado em face ao desafio da transformação para o desenvolvimento. Se quisermos acelerar o passo, o Estado tem de aprofundar as reformas para que seja catalisador de energias e facilitador das iniciativas em prol do progresso. Seja um Estado facilitador e mediador dos processos que se orientem para o progresso e para o sucesso no quadro da tal perspetiva nacional de longo alcance. Um Estado ágil e suficiente, que não esvazie as expectativas de criação de riquezas do setor privado, nem

perca a sua autoridade de calibrar as igualdades e de incentivar as solidariedades sociais. Um Estado ciente da sua particularidade de se formatar e de se reformatar ante uma Nação insular e diaspórica, orientado para as demandas das regiões, ilhas e comunidades mais ao largo.

Temos de passar por uma autêntica reconceituação do Estado, e aqui teremos de fazer uma autêntica revolução! O Estado pensado e construído para responder às dimensões do país, às exigências e às demandas das cabo-verdianas e dos cabo-verdianos, um Estado adequado a um País arquipélago, dez ilhas dispersas e uma grande diáspora espalhada pelo mundo. Temos de acelerar este processo de reforma, este processo de reconceituação do Estado. Ouvi com muita atenção as propostas, as ideias, as provocações, e temos de levá-los todos muito a sério se quisermos cumprir o desiderando de um Cabo Verde desenvolvido no horizonte de 2030.

Durante este II Fórum Nacional de Transformação uma das dimensões, sendo preocupação legítima dos cabo-verdianos, é precisamente esta de repensar o Estado de modo a que este seja motivador determinante de um país mais cosmopolita, mais integrado na África e no mundo e mais compaginado com as várias civilizações. O Estado que otimize e maximize Cabo Verde como uma ponte entre geografias físicas e humanas, país crucial na criação dos laços entre continentes e países. O Estado que consagre, pela sua dimensão ética e pelo seu exemplo de boa governação, a reputação e a importância estratégica de Cabo Verde.

Tenho dito e repito-o hoje: governar Cabo Verde é uma questão eminentemente ética.

Estas jornadas permitiram também perceber mudanças mais alargadas e mais holísticas. Em verdade, todos teremos que nos consentir em mudanças radicais e em ruturas para estarmos à altura da transformação para o desenvolvimento, num horizonte tão exigente como o de 2030. As mudanças nas forças produtivas, nos segmentos empresariais e no setor privado. Impõe-se claramente aqui um choque cultural, em prol da melhoria e do reforço da classe empresarial nacional. Aqui temos necessariamente que desestatizar as nossas cabeças e privatizar algumas empresas públicas. A ideia que nós temos tido do Estado em Cabo Verde é de um Estado total, que pode tudo e tem de preencher todos os espaços públicos e privados.

Será que está tudo bem com as nossas empresas? Será que a culpa da situação atual das nossas empresas é do Estado? É do Governo, é do Primeiro-Ministro? Não. Não está tudo bem. Precisamos, sim, de um Estado cada vez mais fluente no diálogo com elas. Sobretudo uma administração pública mais disponível para o setor privado. Precisamos

de espírito mais solto e mais ousado. Mais abertura ao ambiente de negócios nacional e internacional, desde logo ao mercado da sub-região africana e da lusofonia. Melhorar a articulação laboral e a intervenção mais estratégica em sede da concertação social. Mais capacidade de mobilizar o crédito nacional e internacional, mais autonomia consequente em relação aos riscos e aos financiamentos, bem com às capacidades de *joint-ventures* e de operacionalidade nos mercados.

Temos ainda muito trabalho pela frente para ganharmos a batalha da inovação, da eficiência, da produtividade e da competitividade das empresas cabo-verdianas. Temos de ultrapassar a postura de lamentação e de culpabilização do outro, buscando espaços de articulação e de integração de políticas, espaços de articulação de compromissos, espaços de alianças e parcerias.

Permitiram estas jornadas pensar as mudanças no cidadão. No posicionamento da sua cidadania. Os seus atuais quadros de valores cívicos, sociais e familiares. Os seus desafios

éticos diante das mudanças que ocorrem em Cabo Verde e no mundo. Os seus desafios existenciais, diante da transformação para o desenvolvimento. Que mudanças de atitudes e de comportamentos afrontam o indivíduo cabo-verdiano em face ao Horizonte de 2030? Que formação? Que educação? Que ciência? Que inovação? Que criatividade? Que consciência para o indivíduo cabo-verdiano para que, daqui a 16 anos, estejamos a atingir o desenvolvimento sustentável?

Compete-nos a todos, assumir a transformação para o desenvolvimento. O espírito deste II Fórum é de compromisso com o futuro coletivo. É nossa visão tornarmos Cabo Verde um país desenvolvido no Horizonte

2030 e, apesar dos enormes desafios sobre a mesa, é um objetivo possível e exequível. Para tanto, devemos saber responder às interrogações cruciais, enfrentar os desafios-chaves e ter a coragem para as reformas, para as ruturas necessárias.

O crescimento da economia e do rendimento *per capita*, a criação de emprego e a redução da pobreza, dispositivos norteadores do progresso, dependerão, em muito, da nossa capacidade para dar respostas novas aos tempos que vão sendo novos. As incertezas e os imponderáveis do futuro, bem como os condicionalismos da conjuntura, não podem servir de recuo e de inibição ao nosso legítimo e determinado direito ao desenvolvimento.



Tudo isso irá exigir muito de nós. Repito, exigirá ruturas em todos os domínios da vida nacional. Interpelará a mudanças na nossa forma de ser e de estar na política, na economia, na cultura, na sociedade, em tudo neste Pequeno Estado Insular e nesta Nação Global Cabo-verdiana. Todos nós, sendo aqui a responsabilidade de cada um de nós, somos convocados e mobilizados para este Horizonte de 2030. Eu estou na linha de frente para responder a esta convocatória. Penso que todas as cabo-verdianas e todos os cabo-verdianos devem fazer, a partir de agora, a sua inscrição.

Mau grado as sinuosidades e as exigências da trajetória, estamos a fazer o caminho de transformação de Cabo Verde – basta vermos as estradas, os portos, os aeroportos, os hospitais, as escolas e as universidades, os indicadores a todos os níveis -, tanto que já somos percecionados como “um caso de sucesso”. Mas a nossa ambição ainda está longe de ser materializada e o nosso sonho de desenvolvimento avançado distante ainda de ser atingido. Temos sido bons, mas a partir de agora precisamos de atingir o nível de excelência. Precisamos ser excelentes. Cabo Verde não precisa de um ministro. Cabo Verde precisa de um excelente ministro. Cabo Verde não precisa de um professor ou de um arquiteto ou de um engenheiro. Cabo Verde precisa de professores, de arquitetos e de engenheiros com o nível de excelência!

Necessitamos, como pão para a boca, de duplicar as nossas energias criativas e de trabalho. Trabalhar todos os dias, repito, de sol a sol, para cumprirmos o nosso destino. Todos somos responsáveis para conseguirmos a nossa visão e objetivos enquanto Nação. O Governo deve continuar a fazer a sua parte, o setor privado também deve fazer a sua parte, os trabalhadores e os seus sindicatos devem continuar a fazer a sua parte, os cidadãos devem continuar a fazer a sua parte. Todos nós, Governo, empresas, as câmaras municipais, temos de ter os pés no chão e fazer esta caminhada.

O Governo está disponível e aberto para juntos, lado a lado, fazermos esta caminhada rumo ao futuro, porque o mais importante é encontrarmos as vias para trabalhar juntos e construir de modo permanente os consensos necessários. E eu quero dizer-vos o seguinte: temos de formular, a partir deste momento, um Pato Alargado Cabo Verde 2030. Lanço o mais contundente apelo a todos os partidos políticos, às empresas, às ONG, aos cidadãos das ilhas e da diáspora, enfim, a toda a sociedade civil e a toda a sociedade política para um diálogo fecundo de modo a obtermos os consensos e os compromissos que hão de levar-nos ao Cabo Verde moderno, desenvolvido e próspero em 2030.

Retomo de forma solene, neste momento, a proposta de Pato que fiz aos cabo-verdianos em 2001, para no horizonte de 2030, construirmos um pato alargado, integrando e articulando a contribuição de todos, do mundo académico, do mundo empresarial, dos sindicatos, dos partidos políticos, das ONG's, das personalidades independentes, das Igrejas, de todas as cabo-verdianas e de todos os cabo-verdianos. Cabo Verde merece este nosso compromisso. Cabo Verde exige de nós este compromisso. Será, com certeza, a nossa parte de contribuição cívica para realizarmos este nosso destino comum.

Regozijo-me em ver que nesta jornada todos puderam expressar livre e abertamente as suas ideias, as suas críticas e

as suas sugestões sobre a transformação para o desenvolvimento de Cabo Verde. Regozijo-me pelo pensar estrategicamente que foi apanágio deste II Fórum Nacional de Transformação.

Chamaram-me para fazer a abertura do VI Encontro com Embaixadores e Instituições acreditadas em Cabo Verde, e estava-se no final da apresentação de Carlos Lopes, e eu vi que a sala estava em ebulição. Disse aos jornalistas que me aguardavam lá fora: “bom, a sala está em ebulição, o país está em ebulição, mas a minha cabeça também está em ebulição”. O “sofrimento”, às vezes, é importante para todos nós, esta “provocação” neste Fórum é importante para todos nós, para descobrirmos os nossos limites e as nossas possibilidades, e podermos fazer o necessário engajamento para irmos para além do óbvio e do evidente. Para ultrapassarmos as rotinas e comecemos a criar e a inovar em relação a nós mesmos, em relação a Cabo Verde e construirmos o futuro desejado.

Os desafios são enormes, tão plurais quão diversos, mas, numa síntese de toda a visão participada e partilhada deste II Fórum Nacional de Transformação, dir-vos-ia que precisamos implementar um novo dinamismo à nossa Agenda de Transformação, redefinir as prioridades, como aqui foi discutido, a fim de acelerarmos a implementação da estratégia. Temos de fazer a reengenharia de processos, mudar a governação lá onde seja necessário mudar, privilegiar as competências e capacidades existentes, mobilizar as capacidades e competências na diáspora e realizar as mudanças que são necessárias.

O grande desafio é buscarmos novas formas e engenharias de financiamento do desenvolvimento, num ambiente de claro declínio da ajuda pública ao desenvolvimento e da redução da capacidade de endividamento do Estado, também em parte pelo fato de já sermos um País de Rendimento Médio.

Hoje disse aos embaixadores, de manhã, citando Amílcar Cabral, que “por mais quente que seja a água da fonte ela não cozerá o nosso arroz”. Sempre precisaremos de algo



mais para cozinhar o nosso arroz. Temos feito um esforço grande e temos podido cozinhar o nosso arroz, mesmo em momentos mais difíceis de escassez da água. Mas o momento do «take-off» não é o momento de retirar o combustível à aeronave. Este é o momento que precisamos ter um nível suficiente de combustível para fazer a descolagem e quando ganharmos a velocidade de cruzeiro, eu tenho certeza que temos comandantes suficientes para garantir a navegação, independentemente das turbulências que encontrarmos pelo caminho. Mas é fundamental contarmos com a comunidade internacional para este momento do



«take-off». Quanto ao nosso trabalho de casa, continuaremos a fazê-lo para cozinhar bem o nosso arroz.

Impõe-se-nos garantir um mercado de trabalho mais flexível, e capaz de promover a contratação de mais trabalhadores. Temos já o Conselho de Concertação Social, o Acordo de Concertação Estratégica para a Legislatura 2011-2016. Acabamos de criar o Conselho de Desenvolvimento Empresarial, onde os empresários e o Governo, de forma paritária, vão sentar-se periodicamente à volta de uma mesa para discutir as principais questões e encontrar as soluções para o futuro. Sempre privilegiaremos o diálogo.

Temos falado de «mudança do chip» e é claro que todos queremos que os outros mudem o chip, menos o nosso (chip). Temos é de fazer esta mudança profunda a nível do Governo, a nível da Administração Pública, a nível das empresas, a nível dos sindicatos, a nível de toda a sociedade civil. Temos de melhorar a qualidade e a relevância do nosso sistema educacional. As propostas aqui colocadas são impor-





tantíssimas, temos aqui de fazer mudanças radicais, uma nova lei de bases do sistema educativo, mudar completamente o sistema educativo cabo-verdiano. Temos de poder ter jovens a saírem do liceu com todas as competências necessárias para enfrentar este mundo mais competitivo, jovens a dominar as línguas, desde logo a cabo-verdiana, a portuguesa, a língua inglesa, a francesa e, se for necessário, outras línguas. Temos de melhorar significativamente o ambiente de negócios. Temos de melhorar os serviços, reduzir os custos e melhorar a qualidade das infra-estruturas. Impõe-se-nos, efetivamente, modernizar radicalmente a nossa administração pública para prestar serviços finais de mais qualidade às empresas e aos cidadãos.

Temos entre mãos questões cruciais como, por exemplo, a do novo modelo de financiamento e a centralidade que nele deve ter a classe empresarial nacional, assim como os trabalhadores. A ambição de construir uma economia competitiva assim o exige.

Em agenda também constou a imperiosidade de pensarmos um modelo de solidariedade social que, além de assegurar a coesão da sociedade, fosse compatível com o crescimento económico. O mesmo poderá ser dito relativamente à necessidade de gizarmos novas estratégias, tendo em conta as nossas ambições de produtividade e competitividade.

Da mesma forma que não houve como se contornar neste debate o lugar de Cabo Verde, ou seja, a melhor forma a tirar das alianças internacionais em prol do nosso desenvolvimento. Aqui falou-se da ancoragem da nossa economia em África. Eu queria agradecer a Carlos Lopes pela frontalidade. Os jornalistas, lá fora, perguntaram-me: “O senhor ficou incomodado com o discurso do Senhor Carlos Lopes?”. Eu disse-lhes que, pelo contrário, ficara satisfeitíssimo! Primeiro porque nalgumas coisas os santos de casa não fazem milagres. Lembram-se os senhores jornalistas do dia em que eu falei da necessidade de começarmos a pensar na eventualidade de fazermos a convergência técnica e normativa com a região (CEDEAO) e pensarmos na moeda única? Caíram-me todos em cima.

Em relação à África, perdemos muito tempo. Até 1990 - nessas coisas temos de pensar claramente e ser frontais - construímos um grande património em relação ao continente africano. Vocês se lembram das visitas do Presidente Aristides Pereira pela África? Do Primeiro-Ministro Pedro Pires pela África? Vocês se lembram das visitas a Cabo Verde de Obasanjo (na altura Presidente da Nigéria), de Babanjida (antigo Chefe de Estado da Nigéria), de Sankara, de Senghor (antigo Chefe de Estado do Senegal), de Diouf (na altura, Presidente do Senegal), de Tolbert (da Libéria)? Vocês se lembram da participação extraordinária de Cabo Verde nas negociações na África Austral, o único país não da África Austral que integrou o grupo dos países da Linha da Frente? Tínhamos um património construído em África.

E em Dezembro de 2001, fora à Cimeira da CEDEAO, presidido pelo Senhor Konaré, então Presidente do Mali, e este, quando viu o lugar de Cabo Verde preenchido, perguntou quem era aquele jovem que estava ali sentado na mesa atrás do dístico de Cabo Verde. Disse-me ele: “Parabéns. Cabo Verde está a ocupar de novo o seu lugar. Seja bem-vindo! Precisamos de Cabo Verde aqui na Região”.

E, desde então, vejam o percurso que fizemos: temos a sede do Centro Regional de Energias Renováveis e Eficiência Energética da CEDEAO, a sede do Instituto de Investigação para a África Ocidental, vários quadros integrados nas Instituições Regionais, o Comissário para as Telecomunicações e Tecnologias de Informação e Comunicação, o Prof. Doutor Isaías Barreto, resultado da proposta que fizemos de mudança na governação da CEDEAO. Foi realizada a Cimeira Espanha/CEDEAO com um contributo grande de Cabo Verde na sua organização e realização. E, também, a Cimeira Brasil/CEDEAO, quando o Presidente Lula da Silva esteve aqui e pela primeira vez realizámos uma Cimeira da CEDEAO em Cabo Verde.

Não é fácil, Carlos Lopes. Foi muito bom ter atirado esta pedrada no charco, para nos “provocar”, mas é preciso considerar que já começamos a fazer este caminho, apesar de todos os escolhos, de todos os melindres e de todas as mudanças e ruturas que teremos de fazer. Mas eu quero dizer-vos o seguinte: nós queremos ser, e desde 2001 temo-lo dito, um «Gateway to and from África». A porta de entrada tem de estar na casa, a porta e a janela não podem estar fora da casa. Portanto, nós estamos aqui e somos África. Queremos estar e participar neste processo de transformação da África, desta África positiva e cheia de ambição, queremos provar que a África é possível, que o desenvolvimento é possível em África, num quadro diversificado de relações. Eu acho, e aqui tenho uma “divergência” com o meu amigo Carlos Lopes, que a Parceria Especial com a União Europeia foi fundamental no processo de diversificação das nossas relações, para a projecção de Cabo Verde, para o seu prestígio e a sua afirmação no mundo.

Mas, Cabo Verde só tem importância estratégica se pensar estrategicamente a sua ancoragem e inserção competitiva nesta região da África Ocidental. E devo confessar, na minha ingenuidade, na minha inexperiência quando assumi o Governo, que também tinha muitas dúvidas. Uma vez o Embaixador José Brito preparou um encontro com o Centro de Estudos Estratégicos Africanos no Pentágono e estive lá com a Secretária Assistente do Pentágono que me colocou algumas questões sobre Cabo Verde e o seu posicionamento na região. As minhas respostas ainda foram muito trémulas, mas ao entrar no carro, eu disse ao Embaixador José Brito: “este encontro permitiu-me rever muitas coisas - que Cabo Verde só terá importância estratégica para os Estados Unidos ou para a Europa, se estiver ancorado na região da CEDEAO. Temos de continuar a pensar estrategicamente esta questão”.

Temos de continuar a desenvolver a nossa política de grande vizinhança, Marrocos, Mauritânia, Estados Unidos, Brasil, África do Sul, Angola e os países “ribeirinhos” do Atlântico. Vamos continuar a ter um papel e uma participação decisiva na ZOPACAS - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico-Sul. Vamos assumir, em Janeiro de 2015, a Presidência da ZOPACAS, e vamos continuar a desenvolver as nossas relações com a Ásia. Já visitamos a China, Singapura, o Japão e estamos a trabalhar para reforçarmos as relações com a Índia, com a Coreia do Sul e também com Timor-Leste, onde já estão, aliás, vários quadros cabo-verdianos.

Temos de continuar a trabalhar para reforçar as nossas relações com o Golfo Pérsico. E sobre essas questões, diversificando as nossas relações a partir de uma forte ancoragem

em África, temos de ser muito muito mais ousados, de pensar grande. Temos de ultrapassar as fronteiras deste nosso mar que muitas vezes nos aprisiona, para passar ao largo, para ultrapassar este desassossego do mar, sempre, sempre dentro de nós, como diria o poeta Jorge Barbosa.

Temos de pensar grande, ser mais ousados. O Fórum deu-nos algumas ideias desta ousadia em relação aos «clusters» e, sobretudo, minha gente, temos de acelerar o processo decisório. Não ter medo de decidir mesmo se amanhã viermos a constatar que cometemos um ou outro erro. Não ter medo de decidir, mesmo não tendo todos os dados disponíveis no momento. Se em várias decisões que nós tomamos até o momento estivéssemos à espera de todos os dados, ainda estávamos com os *dossiers* em cima da mesa. Acelerar o processo decisório, ser mais voluntaristas, tomar as decisões, não ter medo de cometer erros. Só não comete erros quem não faz nada. E já dizia Rousseau, feliz ou infelizmente este mundo não é feito de um povo de deuses, porque senão a democracia seria perfeita e o mundo também seria perfeito.

Eu costumo dizer que sou “José e Maria”. Pessoalmente, já estou bem avançado para tomar algumas decisões. Este é o compromisso que nós levamos deste fórum!

Quero terminar com esta garantia a todas as cabo-verdianas e a todos os cabo-verdianos. Vamos trabalhar para ter mais confiança e mais compromissos. Vamos fazer todas as reengenharias que forem necessárias para acelerarmos o processo de transformação. Melhorar a governação dos *clusters*, definir melhor algumas prioridades e acelerar a execução de alguns projectos e programas que estão em curso. Adotar imediatamente uma agenda de reformas. Reformas a todos os níveis e mobilizar as competências e as capacidades nacionais e junto à Diáspora, junto aos nossos principais parceiros para acelerar as reformas, para agilizar as decisões que temos de tomar.

Eu quero uma outra atitude dos cidadãos, uma outra atitude das empresas. Temos de procurar soluções e de trabalhar para que Cabo Verde possa ganhar o futuro. E podem contar com o Governo para liderar este processo. Podem contar com o Primeiro-Ministro para assumir os compromissos que são necessários, para fazer as mudanças que, aqui, foram exigidas, assumindo até às últimas consequências os resultados deste Fórum.

Agradeço-vos sinceramente pelo vosso contributo, pelo enorme contributo que deram, pelo enorme passo que demos, aqui nesta Assembleia, no processo de Transformação do País. Estamos juntos, determinados, com vontade de transformar todas as improbabilidades em possibilidades.

Cabo Verde merece e este é o nosso destino!

Muito obrigado.

“
5.”

Breve balanço prospetivo do Fórum

O Fórum foi reputado como um importante evento nacional, com a duração de 3 dias, tendo-se revelado um momento de elevada participação cívica e de cidadania por parte de um grande número de cidadãos que se interessaram pelos destinos futuros da Nação.

Os objetivos do Fórum foram alcançados, senão ultrapassados, perante a ampla participação dos vários quadrantes dos setores público, privado e da sociedade civil, cujas contribuições num ambiente de diálogo aberto e construtivo, colocaram grandes expectativas no que respeita ao desenvolvimento futuro do país e envolvimento de todas as partes no processo.

Foi uma oportunidade excecional para os atores públicos, privados e da sociedade civil no geral, com o contributo de países e de organizações internacionais, que procederem a uma avaliação económica e social em que o país vive, bem como para serem procuradas vias, propostas, para o desenvolvimento no horizonte 2030.

Foram identificadas oportunidades no sentido de garantir a transformação, em relação às quais deve haver um forte empenho, eficiente e eficaz, uma forte apropriação das mesmas, com elevado sentido de responsabilidade por parte de todos os

agentes da transformação, na adoção de uma Agenda Nacional de Transformação, cuja coordenação do exercício de planificação, de gestão e de avaliação a nível nacional, é fundamental.

Para o efeito, deverá haver o maior interesse num exercício de planeamento estratégico visando estabelecer a Agenda de Transformação 2030, definindo o papel dos agentes públicos, privados e da sociedade civil em todas as fases do processo, para uma apropriação real das responsabilidades face às oportunidades que se colocam.

Importância relevante deverá ser acordada à coordenação, fundamental para a planificação e gestão do processo.

FORÇAS E OPORTUNIDADES	DESAFIOS
<ul style="list-style-type: none"> Boa Governação, estabilidade política e social 	<ul style="list-style-type: none"> Aprofundar e consolidar as reformas para que sejam eficientes e eficazes, tornando os critérios do <i>Doing Business</i> competitivos; Tornar sólidos e mais efetivos os atuais órgãos de soberania, do poder central e do poder local; Desenvolvimento de iniciativas visando o alargamento e o reforço da democracia participativa. Prevenir os riscos de excessivos órgãos e instâncias de poder político num país de reduzida dimensão e população, de divisão territorial acentuada pela insularidade, com poucos recursos naturais, económicos e financeiros; Ordem jurídica desfasada e potenciadora de conflitos entre as instituições políticas e judiciais.
<ul style="list-style-type: none"> Setores promissores como a economia marítima, o agro-negócios, as indústrias criativas, novas tecnologias Alguns motores de crescimento económico em expansão: turismo e pesca, com potencial de emprego e de partilha dos benefícios, melhorar a sua articulação com outros setores 	<ul style="list-style-type: none"> Investir nas potencialidades que os setores dinâmicos da economia encerram; Fomentar o desenvolvimento de toda a cadeia de valores que encadeia; Reduzir o desemprego, a pobreza e as desigualdades sociais; Necessidade imperativa de diversificar a economia e alargar a base produtiva do país, versus alargamento da base tributária; Redução da dívida pública e do deficit orçamental; Elevada dependência da ajuda externa e das remessas dos emigrantes.
<ul style="list-style-type: none"> Boa localização geográfica do país 	<ul style="list-style-type: none"> Insuficiente exploração da boa localização geográfica.
<ul style="list-style-type: none"> Razoável infraestruturização económica do país 	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria qualitativa das atuais infraestruturas portuárias e aeroportuárias. Qualificar e especializar os fatores de competitividade (capital humano e serviços) ainda incipientes.
<ul style="list-style-type: none"> Facilidades de acesso aos mercados da CEDEAO, UE e outros 	<ul style="list-style-type: none"> Reconversão da política externa para uma diplomacia económica ativa;
<ul style="list-style-type: none"> Relações privilegiadas com determinados países de língua oficial portuguesa 	<ul style="list-style-type: none"> Entrosamento entre a diplomacia económica e o setor privado, no desenvolvimento de ações de cooperação económica;
<ul style="list-style-type: none"> Diversificação a certos países emergentes 	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação e agressividade do setor privado em direção aos mercados;
<ul style="list-style-type: none"> Aprofundamento das relações económicas com países com os quais Cabo Verde desenvolve relações de cooperação exemplares 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar e diversificar as fontes de financiamento do desenvolvimento.
<ul style="list-style-type: none"> Economia social 	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade de mobilização e envolvimento do potencial social e económico que as organizações do setor podem prestar no combate à pobreza, na criação de emprego e na realização da coesão social.
<ul style="list-style-type: none"> Juventude motivada 	<ul style="list-style-type: none"> Integração apropriada do potencial que encerra.
<ul style="list-style-type: none"> Instituições de educação, formação técnica e profissional, e de formação superior 	<ul style="list-style-type: none"> Forte aposta na qualidade do ensino, para reforço da inovação e da competitividade; Orientação do ensino técnico e científico para os setores vetores do desenvolvimento económico e social.
<ul style="list-style-type: none"> Elevado ambiente de expectativa e participação gerado pelo Fórum 	<ul style="list-style-type: none"> Envolvimento e apropriação do processo de planificação e gestão por parte das instituições públicas, privadas, dos quadros e dos parceiros sociais em geral; Encontro do modelo de desenvolvimento em conformidade com ao país real, capaz de se adequar às contingências da dinâmica de desenvolvimento e das contingências da envolvimento externa

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Dividendos demográficos enquanto relação entre o crescimento económico e as mudanças na estrutura etária da população | <ul style="list-style-type: none"> • Estabilidade política; • Bom funcionamento das instituições; • Boa governação: Estado de Direito; combate à corrupção; • Dinamismo económico e políticas económicas adequadas: mercado livre; incentivos à poupança privada; acesso ao crédito; oportunidades de negócio, novos mercados: emergência e afirmação de empresários nacionais; • Emprego produtivo em setores de elevado valor produtivo; • Acesso à saúde, educação, água, energia e habitação. |
|---|---|

DESAFIOS ESTRUTURANTES A VENCER

- Dívida pública elevada e deficit orçamental;
- Elevada dependência da ajuda externa e da transferências do emigrante;
- Limitada diversificação da base produtiva;
- Fraquezas nos fatores de competitividade (capital humano, qualidade e produtividade dos serviços, indicadores do *Doing Business*);
- Parcerias centradas na UE e fraca cooperação regional;
- Desemprego, pobreza e desigualdades sociais.

Para a administração do processo, sugere-se que SE o Senhor Primeiro-Ministro profira um despacho conferindo ao Centro de Políticas Estratégicas e à Direção Nacional do Planeamento, o papel de protagonistas operacionais do processo, devendo estas duas instituições, com base nas diferentes contribuições recolhidas do Fórum, propor:

Objetivos instrumentais:



- *A visão de Cabo Verde para a transformação futura;*
- *Construção de um modelo de desenvolvimento com flexibilidade de adequação às permanentes exigências da dinâmica do desenvolvimento, nomeadamente às contingências da envolvimento externa;*
- *Uma estratégia de gestão de um quadro de projetos motores do crescimento económico e social;*
- *Uma estratégia de mobilização e envolvimento dos agentes públicos e privados, visando a implementação do referido quadro de projetos motores;*
- *Uma estratégia de liderança sustentada por uma unidade de acompanhamento de uma orgânica funcionando em rede.*
- *“window at the dull weather. Drops”*



- *Uma entidade de supervisão, integrada por personalidades do Governo e das forças vivas da Nação;*
- *Forte envolvimento das instituições públicas: estratégia, mecanismos e procedimentos;*
- *Forte envolvimento do setor privado e da sociedade civil: estratégia e mecanismos de avaliação dos clusters para a adoção de uma abordagem com aplicabilidade em termos de organização e funcionamento de cada cluster, numa rede de clusters;*
- *Apoio das organizações internacionais, em particular da UNECA em termos de assistência técnica e financeira: negociações sobre os critérios e modalidades;*
- *Assistência técnica altamente especializada, no aconselhamento do processo de planeamento estratégico;*
- *Dotação do Centro de Políticas Estratégicas, de quadro de pessoal qualificado e fortemente motivado, centrado essencialmente no desenvolvimento do pensamento e do planeamento estratégico e no acompanhamento da implementação da Agenda de Transformação, com base em indicadores bem definidos;*
- *Reforço do papel da Direção Nacional de Planeamento, enquanto principal parceiro na implementação da Agenda de Transformação, no seu papel de planeamento operacional dos programas e projetos, de seguimento e avaliação;*
- *Procedimentos e alinhamento das atividades de elaboração da Agenda de Transformação, com final em Dezembro de 2014.*

Adoção de um modelo operativo



- *Revisão das estruturas orgânicas, regulamentação e funcionamento, das instituições e serviços públicos que integram os setores motores do desenvolvimento, para que sejam flexíveis e adequadas à Agenda de Transformação 2030;*
- *Criação de capacidades indispensáveis à gestão das estruturas organizacionais:*
 - *Que permita identificar os ganhos a médio e longo prazo dos projetos motores do desenvolvimento do país;*
 - *Que integre em tantas áreas operacionais as principais atividades propostas;*
 - *Possibilite o seguimento e avaliação em tempo oportuno, da implementação das políticas e estratégias*
 - *Que privilegie a coordenação dos processos de planificação e desempenho a nível central e local.*

Considerações finais

Agradece-se penhoradamente a todos, Conferencistas, Facilitadores, Relatores, parceiros internacionais e participantes que anonimamente deram o melhor do seu contributo aos trabalhos do II Fórum Nacional de Transformação – Cabo Verde 2030.

O Centro de Políticas Estratégicas manifesta o seu engajamento para o desenvolvimento de um intenso exercício de planeamento estratégico com vista à adoção de uma Agenda de Transformação 2030, dialogada, participada e resultante de compromissos entre todas as forças vivas da Nação.

“
6.”



Cabo Verde 2030
Quais os Próximos Passos?

ÍNDICE DE CONTEÚDO

01

1. *Introdução*

02

2. *Principais desafios*

03

3. *Principais pontos fortes e oportunidades*

04

4. *Os próximos passos*

- 4.1 *Acelerar o processo de transformação*
- 4.2 *Recriar e promover a marca Cabo Verde*
- 4.3 *Definir o mecanismo de governação dos clusters*
- 4.4 *Plano de negócios para cada cluster*
- 4.5 *Atrair parceiros estratégicos*
- 4.6 *Priorizar as reformas*
- 4.7 *Alargar as parcerias*
- 4.8 *O compato nacional*

05

5. *Os próximos passos*

- 5.1 *Definir o projeto para 2030*
- 5.2 *Criar grupos de trabalho e comissões*
- 5.3 *Formular e implementar uma estratégia de comunicação*

1. INTRODUÇÃO

O Relatório Compreensivo apresenta de forma exhaustiva como decorreu o II Fórum Nacional de Transformação – Cabo Verde 2030, desde a fase da sua preparação, ao desenrolar dos trabalhos nos dias 14 a 16 de Maio de 2014, com o envolvimento e colaboração expressivos das organizações do setor privado e da sociedade civil.

O segundo Fórum procurou avaliar os impactos da agenda para a transformação e a sua adequação face aos novos desafios que se apresentam a nível mundial e no país, explorar as perspetivas para o futuro até 2030, avaliar a adequação e a relevância das estratégias e políticas em vigor, identificar ideias criativas e inovadoras para acelerar a implementação da agenda de transformação, identificar projetos emblemáticos potenciais e traçar o papel central das instituições públicas e privadas. É importante dizer que o Fórum procurou construir um consenso nacional e um compromisso alargado com o objetivo de haver um programa prospetivo de desenvolvimento económico para que Cabo Verde se possa tornar numa economia de rendimento médio alto até 2030.

O presente documento propõe as principais etapas a prosseguir, baseando-se nas principais recomendações e nas várias propostas de um plano de ação para acelerar a agenda de transformação.

2. Principais desafios

As características físicas e geográficas apresentam vulnerabilidades estruturais de relevo, que pesam enormemente nos custos de infraestruturização económica e social do país.

Uma consequência chave destas condicionantes de partida, tem sido a grande dependência da economia cabo-verdiana do apoio externo, incluindo as remessas e a ajuda internacional. Na verdade, a boa gestão destas duas fontes de apoio externo tem sido um elemento fundamental da história de sucesso de Cabo Verde. Todavia, o desafio do futuro é como reduzir a dependência da ajuda e remessas a favor dos investimentos. A mudança começou com o crescimento do investimento direto estrangeiro (principalmente no setor do turismo), mas ainda há muito a fazer para garantir um crescimento consistente do FDI, principalmente o do setor privado.

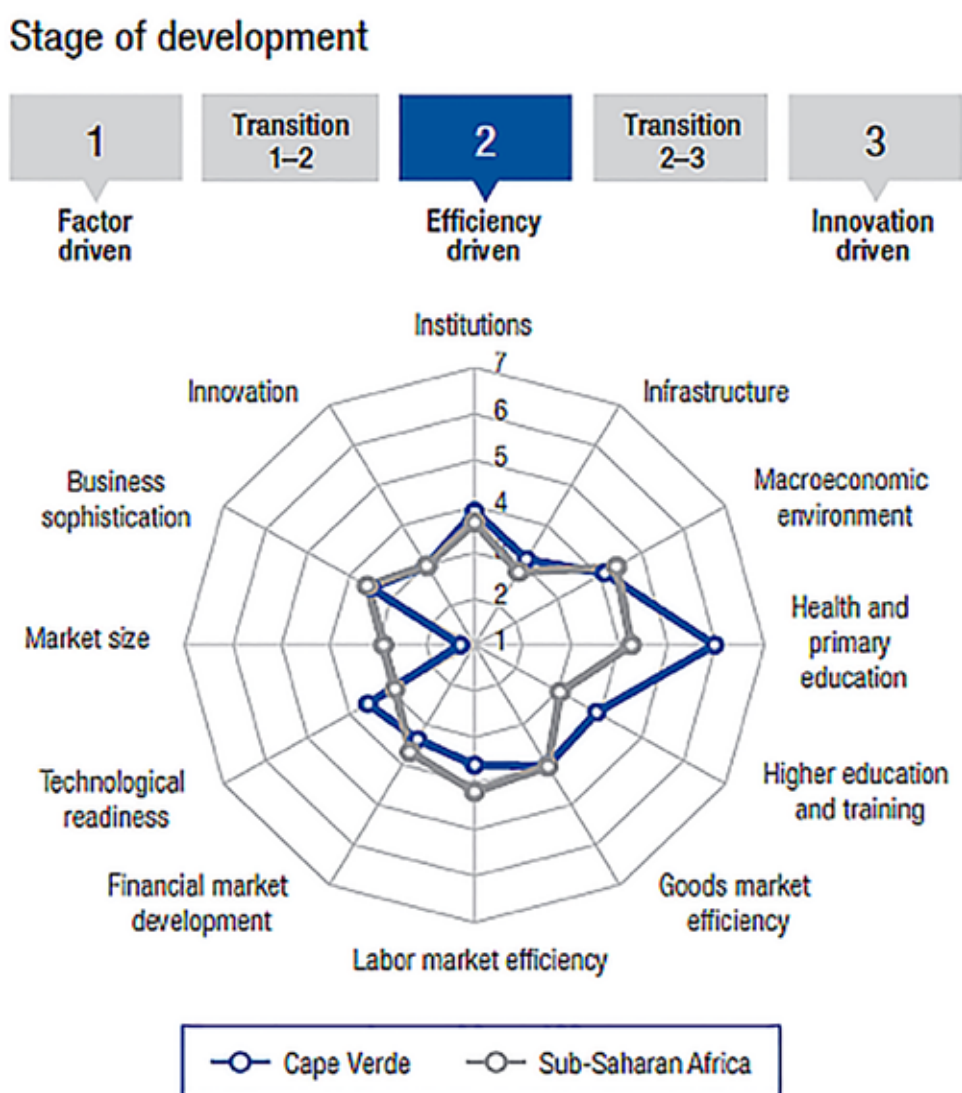
Um outro conjunto de desafios é o desequilíbrio fiscal bem como o fosso comercial persistente. As características singulares de Cabo Verde fazem com que o país seja altamente dependente das importações e limitada capacidade de exportação, dada a falta de recursos e a reduzida capacidade produtiva. Estes desafios estão diretamente ligados à questão da insuficiente diversificação económica, embora os persistentes esforços dos sucessivos governos em alargar a base produtiva



e diversificar a economia. Na última década, o Governo fez progressos importantes com a implementação da sua agenda de transformação para desenvolver o setor do turismo, o qual se tornou atualmente no principal motor da economia. Do mesmo modo, o setor das pescas bem como os investimentos no setor da economia marítima estão a começar a produzir resultados. Contudo, o desafio é que a diversificação continua a ser tímida e a economia está a tornar-se demasiadamente dependente do turismo. O desafio da diversificação é muito mais exigente dado o fato de que mesmo no setor do turismo há muita concentração no que diz respeito aos mercados emissores e um número limitado de operadores a controlar o setor. Sendo assim, superar o desafio da limitada diversificação económica continua a ser uma alta prioridade.

Um conjunto crítico de desafios advém da fraca competitividade de Cabo Verde que, no entanto, está a fazer progressos. No Relatório de Competitividade Mundial recém-publicado, Cabo Verde ocupava a 114ª posição num conjunto de 144 países em comparação com a 122ª posição num conjunto de 148 países no relatório do ano anterior. Apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito para garantir que Cabo Verde seja competitivo a nível mundial. O fato é que o país não tem recursos naturais conhecidos e, como tal, deve competir no mercado global com base nas suas reais capacidades internas, nomeadamente na área dos serviços, mas resolvendo a fragilidade nas áreas da inovação, prontidão tecnológica, sofisticação empresarial e eficiência do mercado de trabalho (Figura 2).

Figura 2: Competitividade: Cabo Verde versus África Subsaariana





A área de infraestruturas que tem conhecido importantes progressos, embora continue sendo um desafio crítico para Cabo Verde. Apesar da sua pequenez, Cabo Verde tem nove portos, quatro dos quais internacionais e dois de águas profundas. O país tem sete aeroportos, dos quais quatro são internacionais. As infraestruturas de telecomunicações melhoraram com a ligação de dois cabos submarinos internacionais e todas as Ilhas têm ligação através de cabo de fibra-ótica.

No entanto, continua a haver estrangulamentos-chave com custos elevados e baixa qualidade de serviços, principalmente para as telecomunicações, eletricidade e água. O setor dos transportes enfrenta desafios semelhantes com incidências particulares no transporte marítimo entre as ilhas. A gestão de infraestruturas continua a ser um desafio crítico. Isto inclui o ambiente regulamentar e é a razão porque o governo criou agências reguladoras chave para o setor marítimo, energia, aviação e telecomunicações e promulgou leis importantes para melhorar o ambiente institucional e jurídico. O fundamental agora é aprofundar e acelerar as reformas.

Como um microestado, o tamanho do mercado será sempre um desafio para Cabo Verde. A solução reside na criação de parcerias e alianças estratégicas para alargar o acesso a outros mercados e atrair investidores. Esta é uma das razões porque Cabo Verde é membro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e de outros grupos e alianças regionais. É também a razão porque procurou e obteve acesso a facilidades como sendo o AGOA e conseguiu uma parceria especial com a União Europeia. Todavia, o desafio reside na sua incapacidade em aproveitar as oportunidades existentes para ganhar acesso a esses mercados. O investimento e as relações comerciais têm sido estabelecidos, na sua maioria, com alguns países europeus, negligenciando as oportunidades que se oferecem com outros potenciais parceiros comerciais e investidores africanos. Cabo Verde precisa continuar a procurar o acesso aos mercados e desenvolver novas parcerias estratégicas. Precisa integrar-se melhor em África e, principalmente, na região da África Ocidental, devendo dotar-se de capacidade para aproveitar novas oportunidades que possam surgir a partir destes acessos ao mercado e a parcerias.

Uma condição fundamental para abordar todos os aspetos indicados acima é o desafio da capacidade e aptidão nacional. Cabo Verde tem feito grandes avanços na expansão do acesso e democratização do ensino. O desafio, no entanto, reside principalmente na educação profissional e superior. O ensino universitário em Cabo Verde é particularmente recente e, embora o país esteja a tratar a questão do acesso, não incidiu muito nas questões da qualidade e relevância. Isso representa grandes desafios em matéria de qualidade e mão-de-obra qualificada não só para o setor privado, mas também para gerir os negócios do Estado. O governo identificou este desafio e propôs algumas reformas, incluindo um sistema de normas e acreditação, sendo a sua implementação um desafio neste momento.





3. PRINCIPAIS PONTOS FORTES E OPORTUNIDADES

Cabo Verde fez progressos importantes desde a independência, há quase quarenta anos. Desenvolveu a sua economia e, ao longo da última década, construiu um setor do turismo que está em rápido crescimento. Uma realização fundamental do país no período pós-independência é a estabilidade política e social de que tem gozado. Isto conferiu credibilidade ao país e garantiu apoio externo. Cabo Verde construiu uma nação democrática, pacífica e bem governada. A boa governação de Cabo Verde é reconhecida nos principais *rankings* mundiais. Por exemplo, ficou classificada entre os principais 26 países mais democráticos no mundo. No índice de boa governação da Fundação Mo Ibrahim em 2014 para os países Africanos, Cabo Verde ocupa o segundo lugar. O fato é que os sucessivos Governos reconheceram a boa governação como uma ferramenta para o desenvolvimento nacional. Os resultados conseguidos são o respeito e a credibilidade das instituições, o baixo nível de corrupção e um Estado que funciona. Este é um ponto forte para Cabo Verde e uma base sobre a qual o desenvolvimento nacional ou a transformação económico-social deve ter lugar.

Um outro ponto forte é o crescimento exponencial do setor do turismo ao longo da última década. O crescimento anual de dois dígitos no setor fez com que o turismo seja atualmente o principal motor da economia. O desenvolvimento do setor do turismo fornece oportunidades de ligação com os outros setores da economia. Isto traz oportunidades potenciais para outros setores da economia, em especial para os produtores fornecerem serviços tanto para os turistas, como bens e serviços para hotéis e *resorts*. Há muitas oportunidades que ainda não foram exploradas para o avanço dos principais motores de crescimento.

Relacionado com o exposto acima está o potencial que existe para os setores emergentes. Cabo Verde, com a sua agenda para a transformação, identificou vários *clusters* com importantes oportunidades potenciais. O *cluster* do agro-negócio desenvolveu-se com o aumento do acesso à água e com a irrigação gota-a-gota e criou oportunidades para o processamento e embalagem. No âmbito do *cluster* económico-marítimo, o setor das pescas e de abastecimento de combustível são exemplos importantes. Além disso, o transbordo e a tecnologia de informação também são áreas potenciais, bem como a economia criativa/cultural. Muitos deles já estão a dar sinais emergentes. Os desafios continuam a colocar-se em termos de investimentos e de empresários.

Cabo Verde, na sua qualidade de membro de várias organizações regionais, o seu relacionamento especial com a União Europeia e o acesso às estruturas-chave, tais como o acordo ACP e AGOA, tem acesso aos principais mercados. A sua qualidade de membro da CEDEAO dá-lhe acesso à região que mais cresce na África e um mercado onde circulam mais de 300 milhões de pessoas.

Uma outra oportunidade importante para Cabo Verde é a mudança estrutural na composição etária da população, ou antes, o dividendo demográfico do país, que pode apoiar o desenvolvimento sustentável do país, desde que haja investimentos e políticas estratégicas adequadas. Há, pois, uma oportunidade para Cabo Verde beneficiar da produtividade da sua juventude, mas tem de implementar ações-chave para que isso aconteça. Estas ações incluem a promoção das poupanças da família, diversificação da economia, investir em infraestruturas, incentivar a criação de emprego nos setores de alto valor acrescentado, promover o desenvolvimento do setor privado local e garantir que a população tenha acesso a níveis apropriados de serviços de saúde e de educação. O acesso à educação também é um

trunfo importante para Cabo Verde que tem uma população relativamente bem-educada e que é capaz de aprender e adaptar-se rapidamente. A disponibilidade de uma força de trabalho relativamente qualificada é uma mais-valia, o que faz com que as empresas tenham facilidade em se sediarem em Cabo Verde e produzirem para exportar. Isto é muito importante quando for levado em consideração juntamente com o acesso de Cabo Verde aos mercados. Cabo Verde agiu muito bem ao garantir cuidados básicos de saúde para a população. Por isso, existe uma força de trabalho saudável para um país de rendimento médio baixo. Além disso, Cabo Verde melhorou em termos de necessidades de infraestruturas. Mais de 95 por cento do território é coberto pela rede de energia elétrica, o acesso às telecomunicações e à Internet em Cabo Verde, bem como a prontidão tecnológica, colocam o país entre os mais cotados em África.

Uma oportunidade chave é a localização geoestratégica de Cabo Verde, localizada no meio do Atlântico, conferindo-lhe grande proximidade com as de linhas de navegação marítima e aérea, isto é, desde que comercializada corretamente esta encruzilhada pode torná-la a ligação natural entre a Europa, América do Norte, América do Sul e África.

O exposto acima fornece uma visão geral dos principais desafios e dos pontos fortes e oportunidades para Cabo Verde. O objetivo agora é aproveitar e alavancar os pontos fortes para enfrentar os principais desafios e aproveitar as oportunidades.



4. QUAIS OS PRÓXIMOS PASSOS



4.1 Acelerar o Processo de Transformação

O fórum nacional tem por finalidade acelerar o ritmo de transformação. Dez anos de implementação da Agenda de Transformação produziram ganhos significativos. Ainda há muito a ser feito, apesar dos progressos alcançados na última década. De certa forma, Cabo Verde está num ponto de viragem. Deve acelerar a implementação de sua Agenda de Transformação para não cair na armadilha do rendimento médio. Este é um risco que Cabo Verde não pode dar-se ao luxo de correr num mundo altamente competitivo já que poderá ser de grandes implicações socioeconómicas e conduzir ao retrocesso. O Fórum e os vários elementos do processo levantaram muitas questões e geraram inúmeras ideias. Esta Secção tenta fornecer um conjunto de ações prioritárias com base nas propostas.

Uma mensagem clara nas várias atividades que antecederam e aconteceram durante o fórum é a de que a visão nacional é partilhada. A visão de uma nação desenvolvida até 2030 e a estratégia que engloba tanto a abordagem do *cluster* como o objetivo de transformar Cabo Verde num centro de serviços de alto valor agregado no meio do Atlântico, é geralmente tido como o caminho a seguir. No entanto, a necessidade de Cabo Verde reforçar as suas ligações com África para melhor integrar a sua economia na região da CEDEAO foi evidenciada. Salientou-se que Cabo Verde deve ancorar a sua economia em África e isso exorta Cabo Verde a aproveitar estrategicamente os benefícios da sua localização como um país Africano inserido no cruzamento das rotas internacionais e em estreita proximidade com os seguintes três continentes: Europa, América do Norte e América do Sul.

Os resultados das tabelas mostram que o desafio não é a falta de ideias. Há muitas coisas que podem ser feitas para acelerar o processo de transformação de Cabo Verde. O desafio é decidir as prioridades num contexto de recursos limitados. Esta secção do relatório será utilizada para apresentar um conjunto de ações prioritárias que devem constituir o núcleo de um plano de ação urgente para Cabo Verde, para além do que já está em curso. A agenda/plano de ação urgente foi sintetizado a partir dos resultados dos estudos e diálogos pré-fórum e das discussões durante o fórum em alinhamento com os desafios, pontos fortes e oportunidades identificadas.

4.2 Recriar e promover a marca Cabo Verde

Um país ao qual não foi dada muita oportunidade para sobreviver, fê-lo, contra todas as probabilidades. Apesar de não ter recursos naturais, os cabo-verdianos conseguiram construir uma Nação próspera e ter uma economia em crescimento. Cabo Verde tornou-se um dos países mais bem administrados em África. No entanto, ainda há muita coisa que precisa ser feita, tendo em conta os desafios persistentes do desemprego e da pobreza.

Como indicado de forma clara no DECRP III, o governo comprometeu-se a repor, reformar e recriar a marca da Nação. No entanto, existe uma necessidade para um sentido de urgência. Para que Cabo Verde realize a sua visão à luz das rea-



lidades globais emergentes, deve acelerar, aprofundar e expandir as suas reformas. Essas reformas devem estender-se a todos os níveis da governação, incluindo municípios, administração pública e institutos públicos, com o objetivo de construir um Estado eficiente e eficaz na prestação de serviços ao utente, inclusive ao setor privado para que este produza riqueza.

Juntamente com a implementação das reformas há a necessidade de Cabo Verde renomear-se e voltar a promover-se, sendo fato crítico é que Cabo Verde é pouco conhecido ao nível mundial. Para um país que necessita de um setor turístico em rápido crescimento, de grandes investimentos e de grandes parceiros estratégicos, tem de agir de outra forma. No mínimo, há uma necessidade de uma marca e de promoção do programa em grande escala para Cabo Verde nos principais mercados de África, Ásia, Américas (incluindo o norte e o sul) e na Europa (principalmente Europa do Leste).

Há um consenso sobre a necessidade de promoção (do quê) e é uma das prioridades cruciais para Cabo Verde. Há uma necessidade de haver um quadro institucional claro para liderar e gerir o processo; necessidade de financiamento e, mais importante, há uma necessidade de novas ideias e abordagens criativas. Isso tem que ser feito ao nível nacional e coordenado com os atores-chave, incluindo o setor privado. O ponto de partida deve ser uma estratégia de marca e de promoção, bem como um plano de ação formulado em colaboração com as principais partes interessadas.

4.3 Definir o Mecanismo de Governação do *Cluster*

Cabo Verde optou pela abordagem de *clusters* para a sua transformação económica e há um consenso à volta dessa estratégia. No entanto, não há um entendimento claro do que é necessário haver para a mecânica e os papéis de cada uma das partes interessadas. O modelo de governação a adotar para os *clusters* também não é claro. Há necessidade de se fazer uma reflexão sobre a melhor forma de gerir o desenvolvimento dos *clusters* e saber que quadro institucional será mais adequado para as realidades de Cabo Verde. O governo criou um quadro institucional para o *cluster* de economia marítima e nomeou uma equipa para o *cluster* das TIC.

Cada um dos grupos requer uma estrutura de governação forte. Na abordagem atual, as chefias do setor simplesmente assumem a liderança de um grupo por definição padrão e não está definida uma agenda clara, o que não é uma receita para o sucesso. Além disso, os atores do setor privado não estão envolvidos no *cluster*, o que é crucial. No caso do turismo, por exemplo, há muitas instituições do setor sem haver uma definição clara da autoridade ou responsabilidade de liderança. Neste sentido, há uma clara necessidade de reflexão sobre a fusão das várias instituições numa instituição de desenvolvimento forte que deveria assumir a gestão do setor com sucesso, realizar a promoção, atrair e apoiar os investidores, facilitar as ligações entre o *cluster* e os outros setores da economia, permitir uma maior participação local no *cluster* e servir como um catalisador para atrair capital para desenvolver as zonas industriais e do turismo, através de parcerias público-privadas.

Serão necessárias reformas para responder à necessidade de estruturas de governação com quadros institucionais sólidos que promoverão e facilitarão o desenvolvimento dos *clusters*. A estrutura de governação deve incluir tanto o setor público como o privado e deve facilitar a eficiência, a eficácia e a rapidez ao mesmo tempo criar e implementar programas sólidos que sejam capazes de apoiar o desenvolvimento e o crescimento do *cluster*. Além disso, essas estruturas devem ter a capacidade de coordenar o *cluster*, promover a ação coletiva e ter autoridade para reunir os setores público e privado para impulsionar o desenvolvimento dos *clusters*.

4.4 Plano de Negócios para cada *Cluster*

As saídas desse processo estão no documento de crescimento e redução da pobreza (DECRP III) que fornece um bom ponto de partida para a elaboração do plano de negócios para cada um dos *clusters*. O processo deve ser utilizado para envolver os peritos, os atores do setor público e privado, incluindo as partes interessadas que operam nesse *cluster*, para identificar produtos e serviços específicos em cada *cluster*, as estratégias de marketing e os mercados em que estes podem ser competitivos. Um plano dessa natureza deve fornecer uma oportunidade para se repensar e reavaliar o *cluster*, mapear a cadeia de valor, as atividades e os atores no *cluster*, formular a visão e os objetivos estratégicos e traçar uma agenda para o desenvolvimento do *cluster*, incluindo um plano de ação.

Especificamente, o processo deve ser analítico, participativo e estratégico. O primeiro aspeto deve envolver a análise SWOT, a qual deve incluir os mercados, a tecnologia e o potencial de inovação, a identificação e análise de setores-chave, as empresas e as possíveis prioridades no que diz respeito a setores/atividades. Deve ser feito um estudo analítico para fornecer uma base para a revisão. O segundo aspeto dos planos de negócios para os *clusters* deve incidir sobre a definição da visão, estratégia, objetivos e elementos fundamentais. O terceiro aspeto deve concentrar-se em questões de implementação, incluindo o reforço das estruturas de





governança e institucionais, planeamento do marketing, financiamento e sustentabilidade, bem como colocar em prática abordagens de supervisão, acompanhamento e avaliação. O quarto aspeto, e isto é o mais importante, deve ser investimentos para desenvolver os projetos emblemáticos que garantirão o sucesso do *cluster*, incluindo estudos de viabilidade específicos, projetos de investimento e outros componentes que tornarão esses projetos atrativos para parceiros e investidores estratégicos.



O plano de negócios deve responder às seguintes questões: quais os produtos que temos e como podemos desenvolvê-los (diagnóstico estratégico/análise), e como é que vamos chegar lá (os imperativos estratégicos, ações e implementação). A implementação deve ser um elemento-chave na conceção dos planos de ação do *cluster*. Os incentivos e programas nacionais existentes devem ser aproveitados para desenvolver os *clusters*. Devem ser feitos esforços para unir, onde for possível, os *clusters* e a representação



e liderança do setor privado, o que é importante para o sucesso do processo de implementação. O Governo sozinho não consegue formar os vários *clusters*. Pode desempenhar papéis de facilitação e coordenação que são cruciais, mas as empresas do setor privado devem desempenhar o papel de liderança.



4.5 Atrair Parceiros Estratégicos de Classe Mundial

Cabo Verde precisa construir uma economia altamente competitiva para conseguir alcançar o sucesso de sua agenda para a transformação. O país vai precisar de construir infraestruturas de classe mundial, bem como uma economia impulsionada pela inovação, eficiência e alta produtividade. Cabo Verde também terá de ser uma base para as empresas mais robustas e globalmente competitivas do setor privado com o capital, *know-how* e alcance necessários para ajudar a alavancar e desenvolver os *clusters*. Isto é essencialmente verdadeiro para os *clusters* de empresas de economia marítima e aérea.

Uma maneira de atrair tais parceiros estratégicos é utilizar o recém-criado programa de parceria público-privado e de privatização. Para cada uma das principais transações, como operações portuárias, a TACV e a Electra, a ênfase deve ser colocada não sobre as receitas imediatas para os cofres do Estado, mas sobre a utilização de cada um deles como uma forma de atrair parceiros estratégicos para Cabo Verde. A meta deve ser atrair empresas para serem parceiras de Cabo Verde, o que partilha os valores que estão em sintonia com o modelo do crescimento estratégico do país, devendo os mesmos também trazer para a mesa de discussões, capital e disponibilidade para investir, bem como *know-how*, experiência e mercados.

Para que isso aconteça, a marca e a promoção de Cabo Verde são fundamentais. Há uma necessidade de mostrar Cabo Verde ao mundo e garantir que as suas oportunidades de investimento são conhecidas. Também haverá uma necessidade de abordar as multinacionais e grandes empresas. O que é imperativo é que Cabo Verde não pode simplesmente esperar; Cabo Verde deve identificar empresas que serão boas estrategicamente para se associar a elas no desenvolvimento dos principais *clusters*. O país deve desenvolver uma estratégia direcionada para atrair cada empresa individualmente. O objetivo é encontrar parceiros estratégicos que melhor se encaixem e que desempenharão um papel fundamental no desenvolvimento dos *clusters*.

4.6 Priorizar Reformas

Qualquer agenda para acelerar o processo de transformação em Cabo Verde deve incluir reformas na sua essência. Há já algum tempo, Cabo Verde iniciou uma agenda de reformas do Estado, com vários programas, nomeadamente 'mudar para competir'. No entanto, há uma necessidade de ampliar, aprofundar e acelerar o processo de reformas de modo a ter um impacto na forma como o negócio é feito no país. Isto exigirá uma agenda ambiciosa, com objetivos claramente definidos. A necessidade de introdução de reformas foi salientada na terceira estratégia de crescimento e redução de pobreza. As reformas prioritárias, que são principalmente críticas para a agenda de transformação em Cabo Verde, são as que dizem respeito ao mercado do trabalho, educação e ambiente de negócios.

O mercado de trabalho é uma área crítica que precisa de reformas, porque é rígido e inibe investimentos e, conseqüentemente, dificulta a criação de emprego. A capacidade das empresas para gerirem de forma flexível a sua força de trabalho é prejudicada por políticas do mercado de trabalho e isso fez com que Cabo Verde fosse um dos países com os mais altos custos de desemprego no mundo. O mercado de trabalho rígido reduz a atratividade para se investir em Cabo Verde e também impede a oferta de emprego pelas empresas criadas. O

país precisa introduzir reformas importantes no mercado de trabalho para fomentar a oferta de trabalho, reduzir o desemprego e fazer com que o mercado de trabalho seja mais fluído. A reforma do mercado de trabalho é crucial e deve estar no cimo da agenda dos poderes públicos. Sem uma reforma de sucesso, o mercado de trabalho será um desafio no sentido de garantir que as empresas cabo-verdianas sejam capazes de competir.



A educação é outra área que precisa rapidamente de reformas profundas e estratégicas. Cabo Verde deve agora competir no mercado mundial e isso exigirá a construção de uma economia baseada na eficiência, na inovação, na produtividade elevada, bem como requer uma força de trabalho altamente qualificada. As reformas devem abranger o alargamento da educação pré-escolar e do jardim-de-infância, o aumento dos anos de escolaridade obrigatória, participar em testes mundiais padronizados, implementar o controlo de qualidade - normas e programas de certificação para todos os níveis da educação. Também deve ser colocada ênfase na promoção da investigação e na ligação do sistema educacional ao setor produtivo e ao mercado de trabalho.

As reformas do ambiente de negócios constituem um desafio crítico para Cabo Verde, dada a importância

da construção de um setor privado mais competitivo e capaz de atrair investidores. Na última década, Cabo Verde teve um bom desempenho em termos de reformas de negócios. No entanto, o *ranking* mundial do país em várias áreas ainda está longe do desejado. É necessário adotar uma abordagem estratégica para reformas que seja mais direcionada para resultados. Mais especificamente, Cabo Verde precisa definir um objetivo global no sentido de saber onde quer estar relativamente à facilidade de fazer negócios no *ranking* do Banco Mundial. Uma agenda ambiciosa é necessária. Como foi sugerido durante o fórum, Cabo Verde deve pretender estar entre os 50 do topo em menos de três anos. Da mesma forma e relativamente ao índice de competitividade, Cabo Verde tem feito algum progresso. No entanto, há necessidade de agir de forma decisiva sobre os fatores-chave para promover a inovação, prontidão tecnológica e colocar ênfase na criação de um ambiente institucional que estimule a criatividade e a inovação. Isso exigirá a criação de uma *Task Force* para liderar o esforço, criação de grupos de trabalho para cada uma das áreas de incidência, elaboração de um plano para as reformas a realizar, elaboração de um plano para a implementação e criação de um sistema de acompanhamento e avaliação.

4.7 Alargar a Base de Parceria

Cabo Verde é uma economia aberta e é altamente vulnerável a choques externos. O impacto da crise económica na Europa sobre o país confirma esta vulnerabilidade. A maioria das exportações de Cabo Verde é direcionada para a Europa e os turistas, as remessas e a importação são originários principalmente da Europa. Mais significativamente, esta ligação está concentrada em três ou quatro países na Europa. Por exemplo, mais de 80 por cento dos turistas que visitam Cabo Verde são originários de apenas quatro países da Europa bem como mais de 70 por cento das remessas são de quatro países europeus. As exportações da pesca são direcionadas principalmente para dois países na Europa. Uma história semelhante pode ser contada sobre as fontes de investimento, que são principalmente europeias e de alguns países. A estreita relação com a Europa deve ser aproveitada. No entanto, há uma necessidade de diversificação de parceiros na Europa e em outras regiões como a África, Ásia e América do Norte, América do Sul e Europa Oriental.

Cabo Verde precisa formular e implementar uma estratégia de diversificação. Uma ideia que foi fortemente defendida durante o Fórum é a necessidade de Cabo Verde integrar-se melhor com a África e, por isso, foi alegado que a África deve ser a âncora para a economia Cabo-verdiana. Isso exigirá mais proximidade com a região através da parceria da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Cabo Verde terá de aderir a protocolos da CEDEAO e, onde for necessário, deve negociar isenções com base na sua especificidade como uma pe-

quena nação-arquipelágica. O país também precisará participar mais nos programas da CEDEAO, principalmente nos programas regionais sobre o desenvolvimento de infraestruturas. Cabo Verde também deve garantir ter funcionários cabo-verdianos a trabalhar nessa instituição e em outros organismos regionais em todo o continente. Os mesmos objetivos precisam ser cimentados ao nível continental como membro da União Africana para beneficiar de programas da UA e Agência do NEPAD.

Tendo a África uma economia e classe média em rápido crescimento, tem muito a oferecer a Cabo Verde. No entanto, tal como indicado anteriormente, sendo pouco conhecido na região há necessidade de grandes esforços para dar a conhecer e promover Cabo Verde em África. Investidores e turistas Africanos são cruciais para o futuro de Cabo Verde e é fundamental que haja uma estratégia para aproveitar as oportunidades no mercado Africano. A necessidade de alargar a base de parceria para Cabo Verde não deve ser limitada à África, pois que Cabo Verde também precisa desenvolver novos vínculos nas Américas (EUA, Canadá e Brasil), Europa Oriental, Oriente Médio e Ásia. O objetivo deve ser atrair capital, investimentos e turistas. Para que isso aconteça, será necessário haver uma propaganda e marketing eficazes e eficientes sobre Cabo Verde e uma nova abordagem para a promoção do investimento.

4.8 Compato Nacional

Cabo Verde também precisa de um modelo de Estado mais adequado, dado o seu tamanho, recursos e realidades. Há necessidade de redesenhar o Estado de forma a reduzir os custos do seu funcionamento.

Há necessidade de se firmar um grande contrato ou pato entre os partidos políticos, o que irá permitir o redesenho do Estado e da Constituição, mais em conformidade com a condição de país arquipélago pequeno, com recursos limitados.



5.

OS PR

5.1 DEFINIR UM PROJETO PARA 2030

A falta de uma instituição para implementar a agenda de transformação tem sido o principal constrangimento. Não há nenhuma instituição com responsabilidade para fazer a coordenação geral da implementação da agenda de transformação. Também não há indicação de ninguém para coordenar ou liderar os projetos especiais para facilitar a implementação da agenda de transformação e de nenhuma instituição ou mecanismo para tentar garantir que todas as partes interessadas tenham o seu papel traçado e que todos estejam a realizar as suas tarefas.

A proposta para resolver esta lacuna e para garantir que a agenda de transformação seja uma prioridade diariamente por todas as partes envolvidas é elaborar um projeto 2030. O projeto terá a responsabilidade de facilitar, coordenar e acompanhar a implementação da agenda de transformação. O Projeto 2030 será apoiado e trabalhará através de um conjunto de grupos de trabalho e comissões instituídas para incidirem sobre objetivos específicos ou através da implementação de um projeto especial. Os membros dos grupos de trabalho dos comités incluirão Agências e Ministérios em causa. Os peritos serão recrutados a curto prazo, quando necessário, para apoiarem o Projeto 2030 e suas comissões. Um exemplo de comissões pode ser a Comissão de Reformas do *Doing Business* que pode incluir ADEI, CI, CPE, UCRE, MFP, MTIE, NOSI e representantes do setor privado.

Uma tal comissão, por exemplo, será utilizada para definir as reformas do ambiente de negócios e para conduzir as reformas através do sistema, enquanto se envolvem todos os atores-chave. O Projeto 2030 vai ajudar a facilitar o processo, incluindo a elaboração de programas para serem im-

CABO VERDE TEM FEITO ENORMES PROGRESSOS DESDE O LANÇAMENTO DA AGENDA PARA A TRANSFORMAÇÃO, NO ENTANTO, AINDA EXISTEM MUITOS DESAFIOS A ULTRAPASSAR. O OBJETIVO A SEGUIR AO SEGUNDO FÓRUM NACIONAL É RELANÇAR A AGENDA DE TRANSFORMAÇÃO E ACELERAR O PROCESSO.

RÓXIMOS PASSOS

plementados, envolver as partes interessadas, angariar fundos, definir os objetivos dos projetos especiais, apoiar as comissões e acompanhar a implementação.

Um primeiro passo fundamental para o Projeto 2030 será a conceção do mesmo, angariação de fundos para implementar e montar a equipa. O Projeto 2030 irá operar inicialmente durante dois anos e esse prazo poderá vir a ser alargado, se for necessário.

5.2 CRIAR GRUPOS DE TRABALHO/COMISSÕES

Conduzir as reformas necessárias através do sistema e implementar projetos especiais será complexo e essa complexidade decorrerá em parte da necessidade de envolver e coordenar muitos atores e instituições. Os grupos de trabalho/comissões são propostos como uma forma de garantir a coordenação e fornecer o impulso necessário para conduzir as reformas e implementar projetos especiais que precisam ser elaborados e implementados.

Cada programa de reforma e projeto especial deve ter o seu próprio grupo de trabalho/comissão. Os grupos de trabalho ou comissões devem ser criados de acordo com as necessidades e serão *ad-hoc*, apenas para fins de supervisão de um projeto ou programa de reforma do conceito para implementar e facilitar as partes interessadas a trabalhar em conjunto em projetos críticos. Cada um terá metas e objetivos específicos e os grupos de trabalho serão coordenados pelo Projeto 2030. O mesmo fornecerá um mecanismo para a comunicação regular para informar os Ministros e o Primeiro-Ministro sobre os desafios e os progressos atingidos.

5.3 FORMULAR E IMPLEMENTAR UM PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

Neste momento existe um consenso geral em Cabo Verde sobre a agenda para a transformação. No entanto, há necessidade de construir um ambiente de grande envolvimento e participação ativa, para que a agenda seja concretizada, para que haja mudanças e transformação do país em todos os aspetos. A transformação não pode ser uma tarefa apenas para o governo. O setor privado, a sociedade civil, a administração pública, os partidos políticos e os trabalhadores têm contribuições importantes para dar.

Para o efeito, terá que haver um forte marketing social e um programa de comunicação para envolver as partes interessadas, explicar a necessidade de transformação, a visão e os objetivos, o que será feito e como, o papel de cada um e as implicações para os vários grupos e o que é exigido deles, pelo que serão necessárias a formulação de uma

estratégia, de um plano de comunicação e de um processo de implementação da área em todo o país.





II FORUM NACIONAL DE TRANSFORMAÇÃO CABO VERDE 2030

RECOMENDAÇÕES PARA O PÓS FÓRUM



www.caboverde2030.com

» O II Fórum Nacional de Transformação – Cabo Verde 2030, que teve lugar de 14 a 16 de Maio de 2014, comportou um vasto leque de atividades consubstanciadas em estudos e diálogos estratégicos e, apresentação e discussão de uma diversidade de temas, tanto em plenárias como em *workshops*, conforme publicação no site www.caboverde2030.com.

Os debates foram intensos e aprofundados, produzindo contribuições objetivas, as quais são agora apresentadas em formato de matrizes por grandes setores a seguir aduzidas, com o objetivo de envolver todas as partes interessadas num processo de planeamento estratégico visando estabelecer a Agenda de Transformação 2030, onde estejam definidos o papel dos agentes públicos, privados e da sociedade civil em todas as fases do processo, para uma apropriação real das

responsabilidades face às oportunidades que se colocam e construção cooperativa e coordenada em torno de grandes eixos tais como:

- Ambiente de negócios;
- Infraestruturas para a transformação;
- Financiamento do desenvolvimento;
- Setor privado e empreendedorismo;
- Sistema de educação e formação integrada;
- Qualificar e produzir conhecimento;
- O futuro do agronegócio;
- Setor marítimo e portuário;
- Tecnologias de informação e comunicação;
- Mudanças climáticas;
- Economias criativas;
- Parcerias estratégicas e diplomacia económica;
- Desenvolvimento inclusivo e social;
- Setor energético para o horizonte 2030.



A elaboração da Agenda deve ser aprofundada e alargada, sendo essencial que sejam envolvidas as contribuições das instituições públicas, municipais, privadas e da sociedade civil, pois, Cabo Verde tem de ser ambicioso e definir uma agenda audaciosa de reformas com objetivos específicos bem definidos e apropriados por todos, de modo a evitar a armadilha do rendimento médio, ter capacidade de previsibilidade e criação permanente de habilidades em competitividade para enfrentar os complexos desafios do futuro da globalização.

- Cabo Verde terá que investir um montante significativo de recursos para lançar um esforço promocional de grande escala, especialmente junto dos países do continente Africano, dos mercados da Europa do Leste, dos EUA e do Brasil.

- As reformas do mercado laboral devem ser aceleradas com a máxima urgência.
- Cabo Verde terá que adotar uma abordagem consensual dos *clusters*, para que possa desenvolver e implementar um sistema eficiente e vantajoso de governação dos mesmos, incluindo toda a reestruturação que se impõe.
- Cabo Verde terá que identificar os setores *drivers* da economia e assumir os projetos críticos em *standby*, dotando-se de equipas altamente qualificadas e de medidas céleres e operacionais para acelerar a sua implementação.

Para o efeito desse exercício será acordada a maior importância à coordenação e cooperação, fundamental para a planificação e gestão do processo, pelo que

se propõe a adoção dos seguintes instrumentos operacionais:



A VISÃO DE CABO VERDE PARA A TRANSFORMAÇÃO

do processo de planeamento estratégico;

- Procedimentos e alinhamento das atividades de elaboração da Agenda de Transformação, com final em Dezembro de 2014.

OBJETIVOS INSTRUMENTAIS

- A visão de Cabo Verde para a transformação futura;
- Construção de um modelo de desenvolvimento com flexibilidade de adequação às permanentes exigências da dinâmica do desenvolvimento, nomeadamente às contingências da envolvente externa;
- Uma estratégia de gestão de um quadro de projetos motores do crescimento económico e social;
- Uma estratégia de mobilização e envolvimento dos agentes públicos e privados, visando a implementação do referido quadro de projetos motores;
- Uma estratégia de liderança sustentada por uma unidade de acompanhamento de uma orgânica funcionando em rede.

MODELO OPERATIVO

- Revisão das estruturas orgânicas, regulamentação e funcionamento, das instituições e serviços públicos que integram os setores motores do desenvolvimento, para que sejam flexíveis e adequadas à Agenda de Transformação 2030;
- Criação de capacidades indispensáveis à gestão das estruturas organizacionais:
 - Que permita identificar os ganhos a médio e longo prazos dos projetos motores do desenvolvimento do país;
 - Que integre em tantas áreas operacionais as principais atividades propostas;
 - Possibilite o seguimento e avaliação em tempo oportuno, da implementação das políticas e estratégias;
 - Que privilegie a coordenação dos processos de planificação e desempenho a nível central e local, nomeadamente a adoção e implementação de um sistema de alinhamento estratégico.

ESTRUTURA OPERATIVA

- Uma entidade de supervisão, integrada por personalidades do Governo e das forças vivas da Nação;
- Dotação do Centro de Políticas Estratégicas, de quadro de pessoal qualificado e fortemente motivado, centrado essencialmente no desenvolvimento do pensamento e do planeamento estratégico e no acompanhamento da implementação da Agenda de Transformação, com base em indicadores bem definidos;
- Reforço do papel da Direção Nacional de Planeamento, enquanto principal parceiro na implementação da Agenda de Transformação, no seu papel de planeamento de coordenação operacional dos programas e projetos, de seguimento e avaliação;
- Forte envolvimento das instituições públicas: estratégia, mecanismos e procedimentos;
- Forte envolvimento do setor privado e da sociedade civil: estratégia e mecanismos de avaliação dos *clusters* para a adoção de uma abordagem com aplicabilidade em termos de organização e funcionamento de cada *cluster*, numa rede de *clusters*.
- Apoio das organizações internacionais, em particular do Escritório Comum das Nações Unidas e a UNECA em termos de assistência técnica e financeira: negociações sobre os critérios e modalidades;
- Assistência técnica altamente especializada, no aconselhamento



FAZER DE CABO VERDE UMA PLATAFORMA LOGÍSTICA DE INTERFACE
NOS TRANSPORTES MARÍTIMO E AÉREO

OBJETIVOS

- Alcançar índices elevados de classificação no *Doing Business*;
- Assegurar processos administrativos eficientes e eficazes;
- Altos padrões de atratividade na promoção do investimento;
- Quadro regular de diálogo entre o setor público e o setor privado.

PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

- Acelerar medidas de aplicabilidade das reformas, por forma a melhorar as notas no *Doing Business*;
- Qualificar a Reforma do Estado;
- Empoderar as instituições públicas de apoio ao setor privado;
- Operacionalizar o Conselho Nacional para o Desenvolvimento do Empreendedorismo;
- Criação de um Comité Diretor do *Doing Business*;
- Adotar e implementar um plano anual de reformas, inclusive projetos de modernização e simplificação da administração pública;
- Reforçar as capacidades institucionais visando impactos de *performance* na realização de negócios;
- Acelerar as reformas laborais e a implementação da lei REMPE;
- Conceber e implementar um plano de monitorização e avaliação dos resultados e progressos na competitividade do país;
- Acelerar a implementação do Centro Internacional de Negócios;
- Adotar um livro de projetos, sobretudo aqueles geradores de emprego;
- Desenvolver parcerias com o setor privado, para gerir e promover setores de competitividade;
- Com o setor privado, desenvolver uma estratégia de atração do investimento e desenvolvimento do setor privado;
- Adequar e multiplicar os acordos de promoção do investimento, bem como os acordos contra a dupla tributação;
- Desenvolver capacidades no que respeita à competitividade do país em relação aos incentivos fiscais e vantagens competitivas para o investimento;
- Diversificar mais os projetos de governação eletrónica;
- Racionalizar as instituições e monitorizar a eficácia do seu desempenho;
- Adequar e reforçar o papel das instituições de apoio ao setor privado, entre outras a CI, ADEI, DGD, SDTIBM;
- Avaliar as necessidades de financiamento do setor privado e desenvolver uma estratégia de financiamento sustentável.

Ambiente de Negócios

Infraestruturas para a Transformação

OBJETIVOS

- Fazer de Cabo Verde uma plataforma logística de *interface* nos transportes marítimo e aéreo;
- Parque de infraestruturas consolidado e funcional;
- Parque de infraestruturas eficiente e alinhado com a visão e estratégia de longo prazo;
- Parque de infraestruturas sustentável do ponto de vista económico, financeiro e ambiental.

PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

- Completar o programa de investimento em infraestruturas;
- Definir e implementar políticas e modalidades de manutenção das infraestruturas;
- Reforma dos mecanismos de priorização das necessidades, planificação e implementação das infraestruturas;
- Modernização dos modelos de gestão do setor das infraestruturas;
- Qualificar e adequar o capital humano público e privado às necessidades de otimização das infraestruturas;
- Reforçar e adequar os mecanismos de regulação e supervisão do setor das infraestruturas;
- Promover a eficiência e a competitividade das infraestruturas;
- Maximizar a sustentabilidade económica e financeira das infraestruturas;
- Boa avaliação dos projetos com critérios e métodos de comparação das prioridades;
- Assegurar a sustentabilidade ambiental na conceção, implementação e gestão das infraestruturas;

- Adequação do porto da Praia ao posicionamento da capital como polo financeiro regional e centro de conferências;
- Ajustamento faseado dos aeroportos da Boa Vista (turismo) e do Mindelo (centro logístico);
- Modernização dos portos do Tarrafal de S. Nicolau e do Maio;
- Expansão da rede rodoviária para densificar localidades nas ilhas de S. Antão, S. Nicolau, Santiago e Fogo;
- Infraestruturas de apoio aos *clusters* do mar, TIC, agronegócio e indústrias criativas;
- Aumentar a capacidade de produção de água e energia, bem como tornar eficiente e eficaz a gestão da distribuição;
- Infraestruturas de saneamento apropriadas;
- Infraestruturas TIC (expansão banda larga aos domicílios, TDT e parques tecnológicos);
- Políticas e sistemas apropriadas de manutenção das infraestruturas (aeroportuárias, portuárias, rodoviárias, energia, água e saneamento, comunicações);
- Definição de mecanismos sustentáveis de financiamento da manutenção;
- Pato de Regime sobre uma política de infraestruturas de longo prazo, alinhada com as alavancas de crescimento e desenvolvimento económico;
- Planeamento das infraestruturas com ênfase na avaliação prévia do custo/benefício e hierarquização das prioridades;
- Envolvimento do setor privado na montagem das PPP, no alinhamento dos mecanismos de financiamento, na adequação das políticas de *procurement*;
- Envolver o setor privado na planificação, gestão e execução infraestruturas;
- Concessões dos serviços públicos de transportes aéreo e marítimo inter-ilhas;
- Atração e circulação das competências e contributo da diáspora;
- Consolidação do processo de reestruturação institucional, com enfoque nos sistemas e mecanismos de regulação, de avaliação e supervisão do setor e na eficiência do quadro jurídico-legal, desmaterialização e integração de processos e foco na eficiência;
- Perspetiva regional das infraestruturas, com sua inclusão na agenda da diplomacia económica;
- Otimização das fontes de receitas;
- Reforço dos mecanismos de integração das políticas de gestão ambiental.



Financiamento do Desenvolvimento

OBJETIVOS

- Aumentar as receitas fiscais;
- Otimizar as diferentes fontes de ajuda e financiamento do desenvolvimento;
- Ter um sistema bancário sólido;
- Estimular o mercado das ações;
- Melhorar as PPP;
- IDE mais diversificado.



PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

- Qualificar os serviços de tributação e cobrança;
- Promover a criação de um sistema bancário sólido;
- Qualificar as PPP;
- Modernizar e reforçar as capacidades do sistema bancário;
- Acelerar a reforma das empresas públicas;
- Junto do Banco Central, estabelecer um Gabinete de Informações de Crédito;
- Rever o quadro regulamentar para o desenvolvimento e expansão das atividades de micro-finanças;
- Promover a criação de uma instituição de micro-finanças reconhecida internacionalmente;
- Promover a criação de agência de classificação das instituições de micro-finanças;
- Rever os quadros legais e fiscais de apoio ao desenvolvimento dos serviços de *leasing* e *factoring*;
- Promoção e desenvolvimento de um forte sistema bancário;
- Melhoria do quadro legal para funcionamento do *leasing*, *factoring* e outros instrumentos financeiros;
- Adotar a Lei de Bases do Sistema Bancário e a Lei das Instituições Financeiras;
- Aumentar as contribuições dos usuários finais;
- Melhorar a eficiência da cobrança de impostos;
- Alargar a base contributiva;
- Otimizar as taxas e os impostos;
- Aumentar a capacidade de absorção dos financiamentos por parte dos departamentos governamentais encarregados da elaboração, aprovação e execução de projetos;
- Melhorar o processo de triagem e apresentação de projetos junto dos doadores;
- Desenvolver ações de cooperação com os principais países emergentes e junto dos fundos soberanos;
- Junto do MFP, criação de um grupo de trabalho especializado em projetos de financiamento PPP.
- Realizar anualmente uma avaliação da estabilidade financeira;
- Prestar apoio financeiro para garantias e fundos de capital de risco mais eficazes;
- Prestar assistência técnica às instituições de financiamento das PME;
- Promover instituições financeiras não bancárias;
- Desenvolver opções de refinanciamento;
- Desenvolver produtos e serviços financeiros adaptados à realidade das PME e microempresas nacionais;
- Estimular a economia financeira e poupanças a longo prazo;
- Promover uma campanha de informação pública sobre as oportunidades de investimento, o mercado de ações e as oportunidades de financiamento;
- Promover o desenvolvimento dos fundos de investimento;
- Promover o desenvolvimento de uma indústria de gestão de ativos e intermediação;
- Promover a formação e a educação financeira;
- Desenvolver a cooperação com outros mercados financeiros, dando atenção ao mercado africano;
- Ativar produtos financeiros diversificados e oportunidades de investimento orientados para a diáspora, criando incentivos fiscais específicos;
- Aumento do capital mínimo, aumento da frequência dos relatórios sobre a estabilidade financeira, implementação de um sistema de informação de crédito privado, promoção da micro-finança;
- Ações específicas para promover o financiamento de projetos prioritários como o fundo de garantias, facilidades de créditos especiais e o capital de risco;
- Desenvolvimento de novos produtos e serviços financeiros através de instituições financeiras parabancárias;
- Desenvolver opções de refinanciamento de hipotecas e outros formatos de dívidas no mercado financeiro.

Setor Privado e Empreendedorismo

OBJETIVOS

- Melhorar a atratividade em termos de oportunidades de negócios no seio dos clusters;
- Atratividade do ambiente de negócios;
- Ter um programa para aumentar a capacidade das instituições de apoio aos constituintes dos clusters;
- Desenvolvimento de soluções de empreendedorismo na base BOP;
- Dinamização da economia azul e a verde.

PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

- Reforçar o desenvolvimento dos setores competitivos;
- Estimular a Reforma do Estado;
- Operacionalizar o Conselho Nacional do Empreendedorismo;
- Desenhar uma estratégia nacional de empreendedorismo social;
- Estabelecer um conceito empresarial “circular” que alavanque inovações técnicas existentes e os recursos naturais;
- Reforçar as capacidades das instituições de apoio (ADEI, AJEC, Câmaras de Comércio, associações comerciais);
- Definir com clareza cada cluster e estabelecer os prioritários;
- Identificar e potenciar os posicionamentos estratégicos para cada cluster;
- Criar um shor-list dos diferentes posicionamentos;
- Desenvolver a lista das atividades estratégicas necessárias para cada um dos posicionamentos e identificar os potenciais projetos;
- Identificar oportunidades de negócio com forte potencial de competitividade;
- Identificar os fatores de sucesso indispensáveis ao reforço da competitividade;
- Identificar e envolver os principais stakeholders (público, privado, sociedade civil) na abordagem de cada cluster;
- Conceber e implementar um programa de capacitação para prestar assistência técnica às PME (formação, serviços de informação, mentorship e coaching);
- Implementar uma abordagem operacional e eficiente de gestão de projetos na criação de incubadoras e financiamento;
- Promover acordos entre as instituições públicas e privadas para a realização de programas complementares de assistência às PME;
- Estimular PPP para ações de formação – envolver as principais empresas particularmente na formação vocacional;
- Desenvolver programas de educação executiva sobre o empreendedorismo, liderança e gestão;
- Listar as áreas prioritárias para o BOP;
- Criar um benchmark das boas práticas e modelos globais com interesse para Cabo Verde;
- Empoderar as instituições do setor privado.



Sistema de Educação e Formação Integrada

OBJETIVOS

- Integração efetiva do sistema de educação e formação;
- Aumentar e intensificar o tempo de interação do processo ensino/aprendizagem;
- Propiciar aos jovens oportunidades de uma trajetória profissional e de vida;
- Oportunidades de formação pós-secundária, como primeiro nível de educação terciária ou superior;
- Valorização pela sociedade da formação profissionalizante;
- Equilíbrio entre a formação e a empregabilidade.



PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

- Educação básica do pré-escolar ao primeiro ciclo atual em regime de tempo integral, alargada até aos 10 anos de escolaridade obrigatória;
- Subsistema (secundário) sendo geral do 9º ao 12º ano e técnico no 11º e 12º ano, em regime de tempo integral;
- Universalização do acesso ao pré-escolar das crianças de 4 a 5 anos de idade;
- Implementação do novo estatuto do pessoal docente;
- Generalização da experiência da escolaridade obrigatória de 8 anos;
- Generalização do acesso às TIC;
- Ênfase ao ensino das línguas e das ciências exatas;
- Integração do papel da família e das comunidades na qualidade e na vida das escolas, bem como na valorização do capital social;
- Potenciar o desenvolvimento do capital social das crianças;
- Desenvolvimento do espírito de empreendedorismo;
- Valorização das formações profissionalizantes;
- Redução da taxa de repetência no 9º ano de 29,2% para 20% e no 12º ano de 33,5% para 22%;
- Expansão da formação de nível III, IV e V;
- Introdução de programas educativos complementares com recurso às TIC;
- Reforço da relevância do ensino técnico através da duplicação da frequência do ensino técnico de 13% para 25%;
- Mais rigor na formação e avaliação dos professores, por forma a melhor responder à qualidade do ensino;
- Estudos complementares para avaliação da qualidade da educação e formação profissional;
- Reforço da capacidade de recolha e gestão de informações estatísticas do sistema de educação e formação;
- Articulação e integração das redes de escolas técnicas e polyvalentes do ensino secundário com os centros e escolas de formação profissional.

Qualificar e Produzir Conhecimento

OBJETIVOS

- Sistema de garantia da qualidade montado;
- Capacidade de regulação eficiente e eficaz;
- CCTI constituído;
- Reforço do nível de coordenação das políticas de desenvolvimento económico com a política de ciência, tecnologia e inovação.

PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

- Conclusão do pacote legislativo do ensino superior e sua aplicação efetiva;
- Definição do modelo de financiamento das instituições públicas de ensino superior;
- Criação de um Conselho de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como de fundo que garanta a sustentabilidade;
- Estabelecer modalidades de avaliação das instituições de ensino superior nacionais, por organizações internacionais reconhecidas;
- Definição de uma estratégia de internacionalização integrada com o desenvolvimento dos *clusters*;
- Implementação do sistema de garantia da qualidade das instituições e da oferta formativa;
- Criação da agência de regulação do sistema de ensino superior;
- Qualificação do corpo docente a nível do doutoramento em todas as áreas de conhecimento;
- Organização de unidades de investigação nas instituições de ensino superior,

- com o corpo docente a tempo inteiro, desenvolvendo funções letivas, de investigação e serviços à comunidade;
- Participação das instituições em redes e parcerias internacionais;
- Oferta de formação avançada e capacidade de enquadramento de doutoramentos em todas as universidades;
- Aumento de produção científica e sua publicação regular em revistas prestigiadas;
- Contratos-programa com as instituições públicas de ensino superior;
- Priorizar o reforço do sistema de ensino superior e CTI nas áreas de desenvolvimento económico consideradas estratégicas;
- Articular a formação e investigação com as entidades envolvidas no desenvolvimento socioeconómico dos *clusters*, com apoio ao estabelecimento de parcerias nacionais e desenvolvimento de projetos internacionais;
- Promover a ligação às empresas dos setores ou *clusters*;
- Identificação das necessidades do mercado para oferta de serviços de conhecimento qualificados em áreas de conhecimento relevantes dos *clusters*;
- Aprofundar a identificação de áreas científicas nucleares e habilitantes, em diálogo com as instituições do ensino superior, de investigação e do desenvolvimento, nomeadamente com as instituições associadas aos *clusters*.



O Futuro do Agronegócio

OBJETIVOS

- Desenvolvimento de uma ótica empresarial dos produtores;
- Diminuir os custos com a irregularidade dos transportes e precariedade do mercado e dos circuitos comerciais;
- Agregação de valor dos produtos em qualidade
- Desenvolvimento de elos da cadeia de valor;
- Afirmação do agronegócio capaz de proporcionar condições de vida sustentáveis para os produtores agrícolas.



PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

- Reestruturação das bases conceituais e metodológicas da extensão rural;
- Adoção de uma política de crédito rural;
- Adoção de um quadro apropriado de criação e organização do movimento cooperativo;
- Devido equacionamento dos constrangimentos decorrentes do excessivo parcelamento das explorações agrícolas, do complexo problema do direito de propriedade e do cadastro da propriedade rural;
- Dotar o setor de um seguro agrícola;
- Diminuição dos constrangimentos do setor como a problemática dos transportes e escoamento dos produtos, a questão energética e o quadro regulador;
- Desenvolver uma política de gestão, manutenção e regulação das infraestruturas;
- Ações de capacitação/formação dos produtores rurais no que respeita as técnicas de produção, bem como a organização e gestão das unidades de produção;
- Planificar, organizar e efetivar a transferência do conhecimento (tecnologia e inovação) para os produtores rurais, capaz de potenciar o desenvolvimento das cadeias de valor;
- Implementar um seguro agrícola, enquanto instrumento de minimização e partilha de riscos;
- Identificar e caracterizar as oportunidades do setor, bem como motivar e integrar os jovens na dinâmica para a criação do emprego e do auto-emprego;
- Potenciar e valorizar os recursos hídricos mobilizados;
- Avaliar a eficiência e eficácia das infraestruturas hidráulicas, bem como o seu peso na competitividade e desenvolvimento sustentado do país;
- Maior divulgação e informação aos produtores das atuais linhas de crédito, por partes das instituições financeiras credoras em estreita colaboração com o MDR e as organizações dos produtores;
- Organização dos produtores e dos circuitos comerciais, em cooperativas, entrepostos comerciais, centros de pós-produção e de transformação;
- Desenvolvimento de iniciativas de articulação entre as universidades (docentes, investigadores e alunos).

Setor Marítimo e Portuário

Infraestruturas para a Transformação

OBJETIVOS

- Transformar Cabo Verde num centro internacional de exploração e investigação marítima no Atlântico Médio;
- Posicionar Cabo Verde como centro de serviços de apoio ao comércio e atividades das frotas marítimas internacionais;
- Fazer de Cabo Verde uma referência em termos de segurança marítima.

PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

- Aposta em infraestruturas e capital humano para fazer face aos concorrentes mais próximos;
- Centro de referência nas pescas;
- Centro internacional de formação na área marítima;
- *Hub* de serviços de qualidade no Atlântico;
- Cabo Verde como destino de turismo de cruzeiro de referência;
- Consolidação do quadro institucional;
- Adoção de um Plano Estratégico da Economia Marítima.
- **Pescas**
 - Adoção de um plano de ação integrada para o desenvolvimento das pescas;
 - Intensificação das condições de maior captura para a indústria de transformação e de exportação;
 - Aposta na formação, serviços e logística.
- **Aquacultura**
 - Promover parcerias entre empresas nacionais e estrangeiras com experiência no setor.

- **Portos**
 - Identificação e promoção das oportunidades de negócio proporcionadas pela atividade portuária;
 - Reforçar as infraestruturas relacionadas com a atividade de *bunkering*.
- **Turismo**
 - Promover atividades de pesca desportiva e desportos náuticos;
 - Qualificar e promover as atividades ligadas ao turismo de cruzeiro.
- **Reparação naval**
 - Adequar os estaleiros da CABNAVE para a reparação de barcos de pesca de alto mar, construção de embarcações (*hub*) de pesca e de recreio.
 - **Ensino em náutica**
 - Formação de oficiais de marinha mercante e em náutica de pesca;
 - Formação de marinheiros, inclusive em náutica de pesca;
 - Treinamento em questões de segurança para tripulações;
 - Investigação em técnicas de pesca.
- **Segurança marítima**
 - Instalar sistemas de segurança marítima de pessoas e da navegação marítima;
 - Criar condições de segurança contra intrusão ou agressão no espaço marítimo regional;
 - Estabelecimentos de acordos internacionais.
- **Serviços**
 - Instalação de logística de refrigeração e abastecimento de víveres a embarcações;
 - Estimular o surgimento de empresas especializadas em fornecer serviços de abastecimento à frota marítima.



Tecnologias de informação e comunicação

OBJETIVOS

- Aproveitamento das vantagens competitivas para atrair o IDE;
- Reforço da marca Cabo Verde;
- Setores público e privado a funcionarem como agentes de mudança e promotores da inovação e da incorporação nas novas tecnologias no dia-a-dia dos cidadãos.

PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

- Alinhamento do Programa para a Sociedade de Informação, com:
 - A visão de médio e longo prazos para o desenvolvimento e a competitividade de Cabo Verde;
 - A estratégia para o *cluster* TIC;
- O processo contínuo da reforma do Estado;
- **Massificar o acesso e a utilização das Tecnologias de Informação**
 - Promover o acesso de adultos info-excluídos e da população rural às TIC;
 - Aumentar a percentagem de ativos digitais;
 - Garantir preços que estimulem o acesso e a utilização.
- **Alinhar os serviços de governação com as necessidades dos cidadãos e das empresas**
 - Disponibilizar serviços multi-canal alinhados com o ciclo de vida do cidadão e da empresa, apoiados pelas redes sociais;
 - Centralizar a disponibilização de serviços nas “one stop shops” físicas (Casa do Cidadão) e virtuais (Porton di nos ilha);
 - Garantir a integração de sistemas e a utilização de dados únicos do cidadão.
- **Potenciar o desenvolvimento económico e a inovação**
 - Atrair o IDE e aumentar o tecido empresarial TI;
 - Facilitar a afirmação dos *clusters* estratégicos do desenvolvimento do país;
 - Criar nichos de mercado em que o país é especializado;
 - Posicionar o país enquanto “gateway to Africa” e um Centro Internacional de Prestação de Serviços.
- **Capacitar os jovens para a Sociedade do Conhecimento**
 - Reforçar o acesso a equipamentos e à internet por professores e alunos;
 - Dinamizar a produção de conteúdos em rede por professores e alunos;
 - Capacitar os jovens para responderem às necessidades do mercado de trabalho.



Mudanças Climáticas

OBJETIVOS

- Salvaguarda da sustentabilidade ambiental no contexto das mudanças climáticas;
- Maior consciencialização sobre modelos de crescimento económico com emissão de gases de estufa e incongruências do mercado de carbono.

PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

- Introdução de temáticas ambientais e dos riscos naturais nos currículos escolares dos diferentes níveis de ensino, do primário ao universitário
- Introdução de temáticas ambientais relacionadas com as mudanças climáticas, nos trabalhos de fim de curso nas universidades
- Criação de “pools” de professores por áreas para definir metas, objetivos e ações em vista a mitigação dos riscos das mudanças climáticas;
- Cabo Verde: juntar a sua voz à dos países em desenvolvimento no sentido de salvaguardar a integridade de grupos populacionais ameaçados pelos efeitos das mudanças climáticas;
- Aposta na informação/formação dos cidadãos sobre os riscos das catástrofes naturais;
- Apostar na economia verde e na economia azul.



Economias Criativas

OBJETIVOS

- Inovação, fonte de criação de valores como a riqueza e o emprego;
- Aumento da contribuição da cultura no crescimento do PIB;
- Cabo Verde uma boa prática;
- Potenciar a vertente inclusiva de geração de emprego produtivo, especialmente no seio dos jovens e das mulheres.



PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

- Desenvolver um sistema nacional de promoção da inovação e da criatividade;
- Uniformização do quadro regulatório das organizações criativas;
- Buscar e adotar um modelo apropriado de financiamento das economias criativas;
- Regulamentação do exercício da atividade económica dos agentes culturais;
- Aprovação da legislação sobre a Economia Criativa;
- Taxa de turismo consignada para o financiamento da cultura;
- Reconfiguração dos eventos nacionais com caráter internacional, de forma a serem veículos de exportação da cultura;
- Legislar sobre os direitos de autor;
- Inserção da criatividade e da inovação na estrutura e na cultura das universidades e instituições de ensino;
- Criação de competência estratégica em matéria de criatividade e inovação;
- Criação de organizações vocacionadas para a criatividade e a inovação, e estruturação do seu ambiente organizacional em função dos desafios;
- Desenvolver complementaridades entre investigadores, produtores e o mercado;
- Sistema educativo no estímulo e promoção de uma cultura de inovação para resolução de problemas;
- Capacitação dos agentes culturais;
- Introduzir excelência na investigação nas áreas estratégicas;
- Ligar as universidades à atividade económica;
- Adotar uma estratégia de desenvolvimento baseado nas economias criativas;
- Introdução da inovação e da criatividade nas ações económicas estratégicas, nomeadamente as da cultura e do turismo;
- Promover a “alfabetização” das TIC, pela via da integração das políticas relacionadas com as economias criativas;
- Promover parceria entre CULTURA/MINISTÉRIO DA CULTURA/NOSI;
- Sinalética das cidades e monumentos;
- Stands em locais de fluxos turísticos;
- Qualificar as festas de romaria;
- Implementação das feiras de produtos: artesanais, agroalimentares e culturais.

Parcerias Estratégicas e Diplomacia Económica

OBJETIVOS

- Um novo sistema de diplomacia económica;
- Integrar a dinâmica de desenvolvimento da CEDEAO.

PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

- Sistema de diplomacia económica na implementação da Agenda de Transformação e das parcerias estratégicas;
- Criação de capacidade institucional em matéria de inteligência económica;
- Adoção de um Quadro Estratégico de enquadramento das parcerias estratégicas e da diplomacia económica;
- Estabelecer um plano de desenvolvimento de parcerias com os países e instituições do espaço da CEDEAO;
- Criação de um sistema integrado, coordenado e coerente de diplomacia económica;
- Reforço do capital político para fortalecer a ancoragem com a África;
- Colocação de quadros cabo-verdianos nas instituições regionais e internacionais sediadas nos países da CEDEAO;
- Adoção de agendas de parcerias bem definidas, acompanhadas de planos de ação de financiamento;
- Reforço da cooperação com os países e instituições do espaço da CEDEAO;
- Melhorar o conhecimento do espaço da CEDEAO;
- Participação ativa na organização da sub-região, de modo a dar mais visibilidade a CV;
- Potenciar fatores de maior integração nomeadamente a Boa Governança e o IDH;
- Potenciar o papel de Cabo Verde na sub-região em matéria de segurança;
- Desenvolver a colaboração entre o setor bancário de CV e as congéneres da CEDEAO, assim como entre as respetivas bolsas de valores;
- Participar ativamente no mecanismo de supervisão multilateral da CEDEAO;
- Conhecer e cooperar com os Estados membros da CEDEAO em matéria de turismo e de exportações;
- Reforçar a prestação de serviços marítimos para satisfação das enormes necessidades no seio da CEDEAO;
- Ratificar os protocolos que ainda não fazem parte da ordem jurídica interna de Cabo Verde;
- Melhoria da capacidade de gestão da diplomacia económica, com enfoque
 - Na melhoria das funções de liderança, coordenação e avaliação;
 - No ambiente jurídico-legal (incentivos, PPP, acordos, etc.);
 - Nas áreas operacionais (CI, ADEI, Câmaras de Comércio);
 - Na formação e capacitação do setor empresarial público e privado.



Desenvolvimento Inclusivo e Social

Principais conclusões e recomendações

OBJETIVOS

- Dinamização do crescimento da economia para a geração de emprego;
- Política de competitividade para superação dos problemas de desemprego;
- Emprego no centro da formulação das políticas económicas;
- Inclusão económica e social;
- Inclusão política.



AÇÕES E RECOMENDAÇÕES

REFORMAS PROPOSTAS POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

- Continuação das reformas;
- Assegurar que os ganhos da produtividade são distribuídos equitativamente;
- Aposta continuada no desenvolvimento do capital humano;
- Fortalecimento do mercado interno com foco na expansão da base produtiva;
- Reorientação e incremento da diplomacia económica;
- Reforma fiscal priorizando a tributação da despesa.
- Implementação do regime especial das PME;
- Modernização e reforma da APUB;
- Flexibilização da Lei Laboral;
- Aumento da produtividade;
- Investimento dos ganhos na inovação de produtos e processos;
- Valorização das profissões técnicas intermédias;
- Reforço do investimento no ensino técnico e na formação profissional;
- Promoção da aprendizagem permanente;
- Adequação da formação de competências às necessidades e oportunidades do mercado de trabalho;
- Promoção do desenvolvimento regional e local;
- Desburocratização dos incentivos fiscais;
- Potenciar o crescimento dos setores mais dinâmicos e geradores de emprego;
- Alargamento da base produtiva versus expansão das oportunidades de emprego;
- Reduzir os obstáculos aos investimentos nas áreas de serviços, agricultura e pesca;
- Educação para a inclusão;
- Formação e capacitação empresarial;
- Acesso ao financiamento e às TIC;
- Fortalecimento das instituições de desenvolvimento empresarial públicas e privadas.

Setor Energético para o Horizonte 2030

OBJETIVOS

- Acesso universal às formas modernas de energia de qualidade;
- Energia, fator de competitividade;
- Serviços energéticos de excelência.

PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

- Criação de um mercado energético dinâmico;
- Aposta nas energias renováveis e outras fontes endógenas para energia térmica, elétrica e a mobilidade;
- Aposta na eficiência energética;
- Gestão automatizada e autónoma da rede eléctrica;
- Cabo Verde: Centro de Excelência;
- Estrutura institucional, legal e regulatória incentivadora da inovação, da diversificação, da concorrência e do empreendedorismo;
- Diversificação das fontes de energia e tecnologias, apostando nas tecnologias de armazenamento;
- Aproximar a produção do consumo, e incentivar a substituição das fontes de energia e de tecnologia;
- Legislar, fomentar empresas e sensibilizar famílias para uma cultura de uso racional da energia;
- Aposta na integração do sistema energético com tecnologias de sensoriamento, monitorização em tempo real, tecnologia de informação e comunicação;
- Criação de um mercado dinâmico: potenciar nichos de mercado e de capital humano com capacidade de atrair e apropriar-se de tecnologias inovadoras;
- Transformar o conhecimento adquirido em fator de competitividade;
- Massificar o ensino da língua inglesa;
- Formulação de políticas estáveis;
- Organização e reforço institucional;
- Aproveitar as vantagens da sede da ECREEE estar em Cabo Verde;
- Reestruturação do setor elétrico;
- Reformulação do papel das empresas de combustível;
- Reformulação do modelo de financiamento ao setor;
- Envolvimento das universidades no processo formativo.







II Fórum Nacional de Transformação

ANEXOS

Anexo I:

Despacho n.º 3/2014, de 14 de Janeiro de Sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro, nomeando o Núcleo Coordenador para o II Fórum

118

Anexo II:

Nota Conceptual do II Fórum Nacional de Transformação

119

Anexo III:

Programa do II Fórum Nacional de Transformação

127

Anexo IV:

Estudos e Diálogos Estratégicos Pré-Forum

136

Anexo V:

Parceiros

175

ANEXO I

DESPACHO N° 3/2014, DE 14 DE JANEIRO DE SUA EXCELÊNCIA
O SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO, NOMEANDO O NÚCLEO COOR-
DENADOR PARA O II FÓRUM



www.caboverde2030.com



República de Cabo Verde

PRIMEIRO MINISTRO

Despacho nº 3 /2014

de 14 de Janeiro

Assunto: Núcleo Coordenador para realização do II Fórum de Transformação de Cabo verde

Decorridos Dez anos sobre a realização do I Fórum, em 2003, o país precisa retomar este exercício para, no quadro de diálogo aberto e participação dos diferentes quadrantes da sociedade civil cabo-verdiana, procurar consensos sobre os caminhos do futuro para a Nação e sobre como acelerar a Agenda de Transformação.

Deste modo, o Governo, em conjunto com a sociedade civil, vai organizar o II Fórum sobre a Transformação do país, nos dias 14 a 16 de Maio de 2014, com os seguintes objetivos:

- a) Avaliar a experiência de transformação acumulada na última década;
- b) Avaliar os avanços conseguidos no que respeita aos objetivos de Desenvolvimento do Milénio, bem como o impacto das mudanças climáticas no processo de desenvolvimento de Cabo Verde;
- c) Identificar as oportunidades que se apresentam ao país nos próximos tempos, e estabelecer para o efeito uma Agenda de Desenvolvimento, a médio e longo prazo;
- d) Buscar e explorar ideias inovadoras e criativas para acelerar a agenda de transformação;
- e) Mapear os projetos críticos;
- f) Delinear o papel dos stakeholders e das instituições-chave;

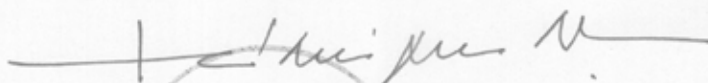
Assim:

1. Dada a complexidade e exigências próprias da realização de um evento desta natureza, é criada o Núcleo Coordenador que terá como principal atribuição superintender e orientar a preparação e organização do II Fórum de Transformação.
2. O Núcleo Coordenador é composto por:
 - a) O Coordenador do Centro de Políticas Estratégicas, que preside;
 - b) Um representante do Gabinete do Primeiro Ministro;
 - c) O Diretor Nacional do Planeamento;
 - d) O Diretor Nacional da Política Externa e Cooperação;
 - e) O Secretário Executivo da Unidade de Coordenação das Reformas do Estado;
3. Serão ainda convidadas para integrarem o Núcleo de Gestão, as seguintes organizações e Serviços:
 - a) Representante das Nações Unidas em Cabo Verde;

- b) Representante da Comissão das Nações Unidas para a África – UNECA;
 - c) Um Representante da Câmara de Comércio de Barlavento /Agremiação Empresarial-CCB/AE;
 - d) Um representante da Câmara de Comércio Indústria e Serviços de Sotavento-CCISS;
 - e) Um representante da Associação dos Jovens Empresários – AJEC;
 - f) Um representante da Plataforma das ONGs;
 - g) Um representante da Câmara do Turismo; e
- h) Outras instituições e entidades cuja contribuição aos trabalhos do Núcleo Coordenador forem tidas como pertinentes.
4. O Núcleo Coordenador trabalhará em estreita ligação com o Centro de Políticas Estratégicas, o organismo gestor do Fórum, recebendo deste o apoio necessário para desempenhar as suas funções.
5. O mandato do Núcleo Coordenador inicia-se com a data da assinatura do presente despacho, continuando válido até três meses após a realização do Fórum, para assegurar o estabelecimento dos mecanismos e instrumentos de seguimento das decisões do evento.
6. O presente despacho produz efeitos a contar da data da sua assinatura.

Gabinete do Primeiro-ministro, na Praia, 14 de Janeiro de 2014.

O Primeiro Ministro,



José Maria Neves



ANEXO II
NOTA CONCEPTUAL DO
II FÓRUM NACIONAL DE TRANSFORMAÇÃO



II Fórum Nacional de Transformação
CABO VERDE 2030

II FÓRUM NACIONAL DE TRANSFORMAÇÃO DE
CABO VERDE

14 a 16
DE MAIO DE 2014

NOTA CONCEPTUAL



1. ENQUADRAMENTO

Em 2003 teve lugar o I Fórum Nacional que dotou o Governo de Cabo Verde de uma plataforma de transformação económica, com o envolvimento de todas as partes interessadas, desde os partidos políticos, o setor privado, o parlamento, os quadros residentes e na diáspora e a sociedade civil no geral, num diálogo substantivo sobre a situação da economia e a estratégia para a transformação económica.

Nessa altura a Nação encontrava-se numa encruzilhada, pois o Governo acabava de cumprir o primeiro ano do seu primeiro mandato, tendo providenciado uma série de exercícios estratégicos, incluindo as Grandes Opções do Plano, o Plano Interino de Estratégia da Redução da Pobreza (iPRSP) e retiros dos membros do Governo, todos eles na busca de opções para a expansão da base produtiva capaz de fazer crescer rapidamente a economia do país.

Passados dez anos, os resultados são positivos. A base económica cresceu e continua a expandir-se numa emergente economia de serviços, de que são testemunho os setores do turismo, do agro-negócio e da pesca, como setores económicos potencialmente dinâmicos. Entre os outros ganhos, de referir a graduação de Cabo Verde da lista do grupo de países menos desenvolvidos das Nações Unidas, com um crescimento rápido dos níveis de rendimento e de redução substancial da pobreza.

No Africa Economic Outlook de 2012, o Banco Africano para o Desenvolvimento (AfDB) faz as seguintes observações sobre Cabo Verde:

- O país teve um desempenho exemplar em termos de governação do setor público;
- Reformas substantivas reduziram a corrupção e melhoraram a qualidade das transações;
- Todavia, a fraqueza nas infraestruturas impôs um crescente constrangimento no crescimento económico sustentável;
- Cabo Verde é dos poucos países em África com possibilidades de atingir os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, incluindo o da redução da pobreza para metade entre 1995 e 2015;
- O sistema de proteção social inclui apoio aos idosos, apoio na doença e cobertura às despesas funerárias;
- Porém, o país enfrenta uma relativa elevada taxa de desemprego, particularmente entre a camada jovem.

O fato é que, desde a independência, Cabo Verde tem conhecido um progresso constante, sobretudo acelerado nesta última década, com foco numa visão para a transformação económica.

2. PORQUÊ O II FÓRUM

O bom desempenho de Cabo Verde como Nação é largamente reconhecido, tendo o Banco Africano de Desenvolvimento comissionado e publicado um estudo sobre o caso de Cabo Verde delineando as lições e experiências aprendidas para outros decisores políticos, países e regiões. Contudo, o país está a enfrentar desafios emergentes.

O sucesso de Cabo Verde, a anémica recuperação económica global e a crise contínua que a Zona Euro enfrenta criaram novos e emergentes desafios que resultam em grandes pressões no que respeita à ajuda externa, aos investimentos diretos estrangeiros e ainda, às preocupações relativas à armadilha do rendimento médio, isto é, atado às conse-



quências do baixo nível de investimento, do lento crescimento, de uma reduzida diversificação da base produtiva e das limitadas condições do mercado de trabalho.

A taxa de crescimento económico de Cabo Verde está a baixar. A estimativa de crescimento real do PIB pelo Banco de Cabo Verde (BCV) é de 5.1 por cento em 2011 e 4.3 por cento em 2012. O BCV também estima uma redução da procura doméstica, do consumo do setor privado e do investimento. Espera-se ainda que a construção, a agricultura, o consumo público/despesas e o nível de receitas provenientes dos impostos diminuam em 2012, havendo sinais de melhoria em 2013. Em relação às remessas, os dados indicam uma redução para aproximadamente 8 por cento do PIB, resultado de um declínio nas remessas da Eurozona, região que representa a parcela principal das transferências para Cabo Verde.

A médio prazo, Cabo Verde não vai ser elegível para empréstimos concessionais das principais instituições internacionais, tais como o Banco de Desenvolvimento Africano até 2014 e, supõe-se, especialmente se o baixo crescimento global e a crise na Zona Euro continuarem, que as ajudas em forma de "grants" dos parceiros de desenvolvimento do país diminuirão ainda mais, ao mesmo tempo que a janela para aumentar o nível da dívida se vai fechando. Isso num período em que existe uma necessidade de investimento volumoso para continuar a melhoria das infraestruturas; qualificar os recursos humanos e aprofundar e alargar reformas. Estes são pré-requisitos para que a economia de Cabo Verde seja competitiva.

Há, pois, necessidade de estratégias robustas e inovadoras. A visão para a transformação económica é clara e continua a ser uma saída e a melhor via para evitar a armadilha de rendimento/médio. Esta visão está baseada na ampliação da base económica e na criação de serviços de alto valor acrescentado - agro-negócios, turismo, finanças, negócios/TIC, outsourcing, indústria de cultural/criativa, aeronegócios.

Olhando para o futuro, Cabo Verde tem que encontrar formas de competir no mercado internacional com base na qualidade, eficiência, alta produtividade e elevada capacidade inovadora. A inovação constante é particularmente crucial para uma economia baseada em serviços, tendo como objetivo a construção de uma economia competitiva alicerçada em inovação e alta produtividade, requerendo infraestruturas de qualidade, mão-de-obra treinada e altamente capacitada, e um ambiente institucional condizente para o negócio ao nível das melhores práticas. Muito tem sido feito, mas é preciso fazer mais para edificar um sistema educativo de elevada qualidade que estimule a criatividade, o desenvolvimento de capacidades técnicas e facilite inovações.

A situação de Cabo Verde torna-se mais complexa e desafiante em consequência das vulnerabilidades estruturais. A insularidade versus descontinuidade e a pequenez territorial impõem custos elevados para as atividades económicas, muito em particular na multiplicação de infraestruturas por todas as nove ilhas habitadas, para o encontro de respostas aos elevados custos com os transportes, fatores básicos como a água e energia, equipamento social, etc..

Daí que uma década depois do primeiro Fórum, seja tempo para uma avaliação construtiva dos avanços e projetar o futuro.



3. PROPOSTA DE PROGRAMA

O que se propõe não se limita a um fórum. Propõe-se um programa para avaliar a experiência contínua da Agenda para a Transformação. Propõe-se explorar prospetos para o futuro até 2030, avaliar estratégias e políticas, buscar ideias criativas e inovadoras para a aceleração da Agenda de Transformação, traçar o papel crucial das instituições-chave e dos parceiros. Visa igualmente criar consensos e uma base social compacta de apoio ao caminho futuro, com o objetivo de fazer com que Cabo Verde alcance o nível de país de rendimento médio avançado.

Propõe-se avançar com uma série de atividades conducentes ao fórum e ao pós-fórum, entre os quais se sublinham: **estudos estratégicos, diálogos estratégicos, planos de ação e respetivo sistema de medição e monitorização da Agenda, à qual se adicionarão os resultados do fórum sobre o crescimento inclusivo.**

3.1. ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Vários são os estudos já realizados sobre os temas que serão objeto de aprofundamento por ocasião do Fórum, pelo que o que se pretende é um trabalho de síntese das informações disponíveis, a sua análise crítica e propostas concretas para a elaboração de políticas e medidas de políticas.

Estão em elaboração trabalhos versando os seguintes temas:

Ambiente de negócios

Deve focar na necessidade de prossecução das reformas para construir um ambiente institucional de negócios competitivo e institucional. Cabo Verde estava em 2012-2013, no nível 122º do Relatório de Competitividade Mundial (em 144 Países) e no Doing Business (em 185 países). Em 2013, Cabo Verde ocupa 87º lugar na lista dos países turísticos mais competitivos do mundo na atração dos investimentos no setor do turismo e viagens.

Cabo Verde não pode competir com os primeiros países da linha se o seu ambiente não for conducente ao negócio e permanecer lento em relação à competitividade. Cabo Verde deve ousar estar entre os melhores, como a chave para competir em qualidade e alta produtividade.

O estudo estratégico examinará o ambiente empresarial, o nível em que Cabo Verde está nos índices globais, e a agenda da reforma, proporá objetivos e planos de ação para acelerar a Agenda de Transformação.

Educação superior e investigação

Na perspetiva de elevados índices de qualificação dos recursos humanos, o estudo centrará a atenção na qualidade do ensino superior no país, orientado para os principais setores de desenvolvimento, paralelamente à investigação que deverá propiciar a inovação e a competitividade.

Sistema de ensino e formação vocacional

O objetivo deverá ser a construção de um sistema de ensino de alta qualidade que encoraje a criatividade, inovação e o empreendedorismo. O governo vem investindo muito na educação desde a independência e na última década, instituições de ensino superior têm aumentado em número. O desafio com que se confronta o país não é a quantidade ou o acesso, mas sim a qualidade, pelo que os



materiais existentes deverão ser revistos e deve-se analisar a qualidade do programa governamental, desenvolver um plano de ação e recomendações em como melhor elevar a qualidade da educação a todos os níveis desde o primário ao profissional, o secundário e o universitário.

Financiamento do desenvolvimento

Existem altas probabilidades de estagnação das remessas ao mesmo tempo que a ajuda pública ao desenvolvimento continua a baixar, a par das limitações cada vez maiores aos empréstimos concessionais. É importante para Cabo Verde encontrar outras formas de financiar o seu desenvolvimento ou investimento em infraestruturas e em negócios que enformam os agrupamentos económicos (clusters). Este estudo analisará as tendências das ajudas e das remessas, explorará as perspetivas, e proporá ideias criativas para o país atrair investimentos estrangeiros diretos (FDI) e novas formas de financiar o desenvolvimento. O mesmo deverá abordar o papel das políticas fiscais, especialmente os incentivos.

O Empreendedorismo e o Desenvolvimento do Setor Privado

O setor privado em Cabo Verde continua a enfrentar sérios constrangimentos, para além da sua debilidade. Porém, está-lhe confiado um papel relevante a desempenhar, especialmente na construção dos propostos clusters ou agrupamentos de transformação. Este estudo estratégico analisará os estudos e informações disponíveis e identificará os principais impedimentos e fraquezas que se lhes colocam.

O estudo também examinará a questão do empreendedorismo e fará recomendações propondo um plano de ação para promover o empreendedorismo e edificar o setor privado, com regras e procedimentos para esse setor, para o Governo e outros intervenientes. Outros temas serão objeto de debates, como por exemplo o turismo, a gestão das infraestruturas e as economias criativas.

3.2. DIÁLOGOS ESTRATÉGICOS

Uma série de diálogos estratégicos estão a ser preparados como parte do processo de criação de consensos e engajamento do setor privado, da sociedade civil, dos sujeitos parlamentares, dos municípios e dos departamentos governamentais no programa da Agenda de Transformação, sendo de se destacar:

- 18 de Março – Olhar da juventude, Praia;
- 28 de Março – Energias Renováveis, S. Nicolau;
- 29 de Março – Tecnologias de Informação e Comunicação na Transformação de Cabo Verde: Paradigmas, Cluster e Competitividade, Lisboa;
- 02 de Abril – Empreendedorismo e Desenvolvimento do Setor Privado, Mindelo;
- 03 de Abril – Empreendedorismo e Desenvolvimento do Setor Privado, Praia;
- 05 de Abril – O Futuro do Agro-negócio, Assomada;
- 07 de Abril – Que Sistema de Ensino para a Transformação, Praia;
- 08 e 09 de Abril – Workshop Cluster e Transformação, Praia;
- 10 de Abril – Mecanismos de Financiamento do Setor Privado, Praia;



- 24 de Abril - Os Clusters do Aeronegócio e Economia Marítima: Oportunidades e Desafios para o Setor Privado, Praia;
- 25 de Abril – Mudanças Climáticas e Gestão de Risco, Praia;
- 25 de Abril – Turismo: Turismo de Cruzeiro, Mindelo;
- 28 de Abril – Desenvolvimento do Setor das Pescas, Mindelo;
- 29 de Abril – Os Ganhos e Desafios em matéria de Igualdade e Equidade do Género em Cabo Verde, Praia;
- 05 de Maio – As Oportunidades do Cluster do Agro-negócio, Praia;
- 08 de Maio – Mudanças de paradigma energético e a sua sustentabilidade.

O site do Fórum será um espaço de interação com a sociedade civil sobre a importância e objetivos do Fórum.

Terão lugar ainda, debates e entrevistas pela rádio e pela televisão, bem assim artigos nos principais jornais do país.

3.3. O FÓRUM

Todas as atividades aqui citadas conduziram à organização do Fórum. Os resultados das várias atividades pré-fórum enformarão o diálogo que terá lugar durante o evento, o qual produzirá os resultados finais em termos de propostas de políticas a todas as partes interessadas.

O Fórum será um evento nacional importante e terá a duração de 3 dias. Todos os parceiros, o Governo, os operadores económicos, o Parlamento, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações da sociedade civil, os peritos nacionais e as forças vivas no geral estarão representados, bem como representantes da diáspora.

Foram dirigidos convites a altos representantes de organizações internacionais parceiras de Cabo Verde, e serão convidados ainda alguns peritos internacionais para compartilharem as suas experiências e reflexões sobre matérias desafiantes.

O programa de trabalhos está em preparação de modo a ser distribuído aos participantes antes da realização do evento.

4. PROPOSTA DE PROGRAMA

Sob a orientação do Primeiro-ministro, o CPE - Centro para Políticas Estratégicas, terá a liderança global da organização do Fórum.

Por despacho do Primeiro-ministro a 06 de Janeiro último foi criado o Núcleo de Gestão do Fórum, constituído da seguinte forma:

- O Coordenador do Centro de Políticas Estratégicas, que preside;
- Um representante do Gabinete do Primeiro-Ministro;
- O Diretor Nacional do Planeamento;
- O Diretor Nacional da Política Externa e Cooperação;
- O Secretário Executivo da Unidade de Coordenação das Reformas do Estado.

Foram convidadas para integrarem este Núcleo de Gestão, as seguintes organizações:



- A Representação do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde;
- A Comissão das Nações Unidas para a África – UNECA;
- Câmara de Comércio de Barlavento /Agremiação Empresarial;
- A Câmara de Comércio e Serviços de Sotavento;
- A Associação dos Jovens Empresários – AJEC;
- A Plataforma das ONG;
- Outras instituições e entidades cuja contribuição aos trabalhos do Núcleo Coordenador forem tidas como pertinentes.

O CPE está a colaborar com as principais instituições e organizações como a Direção Nacional do Planeamento, o INE, e o Ministério de Turismo, Indústria e Energia para assegurar um engajamento institucional mais alargado, bem como o seguimento. O CPE também está encarregado de obter o apoio dos parceiros e agências internacionais em termos de ajuda técnica e financiamento das atividades.

ASSEMBLEIA NACIONAL



14 a 16 de maio de 2014

ANEXO III
Programa do II Fórum Nacional de Transformação

Programa Final

14 de maio de 2014

- 07H30-08H30** Registo dos participantes
- 09H00-09H15** Boas vindas e organização do II Fórum
- Dr. Manuel Pinheiro, Coordenador do Centro de Políticas Estratégicas – CPE
- Intervenção:
- Dra. Ulrika Richardson- Golinski, Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde
- 09H15-09H45** Abertura do II Fórum, por SE o Senhor Presidente da República, Dr. Jorge Carlos Fonseca
- 10H15-12H30** Sessão Plenária Especial A
- Balanço Estratégico da Transformação, por SE o Senhor Primeiro-Ministro, Dr. José Maria Neves
- Moderador:
- Doutor Gabriel Fernandes, Reitor da Universidade de Santiago
- 13H00-14H00** Almoço
- 14H00-16H00** Sessão Plenária 1: Salão Nobre - Os desafios futuros de Cabo Verde
- Moderador:
- Dr. David Hopffer Almada, Jurista
- Apresentadores:
- Dr. Gualberto do Rosário, Empresário e Presidente da Câmara do Turismo
 - Dra. Vera Songwe, Diretora Regional do Banco Mundial
 - Dr. Mamadou Lamine Ndongo, PhD – Representante Regional Residente, Gabinete de Senegal, BAD

II FÓRUM NACIONAL DE TRANSFORMAÇÃO

CABO VERDE 2030



16H00-18H00 Workshops em simultâneo

WS 1.1: Sala de Sessões/3º Piso – Modelo de desenvolvimento para Cabo Verde
Moderadora

- Dra. Madalena Neves, Embaixadora de Cabo Verde em Portugal

Apresentadores:

- Dr. Adalbert Nshimyumuremyi, PhD, Economista Chefe do País, Gabinete de Senegal, BAD
- Dr. Carlos Furtado, Diretor Nacional do Planeamento

WS 1.2: Salão de Banquetes/Piso 1 – Financiamento do Desenvolvimento
Moderador:

- Dr. José Luis Rocha, Embaixador

Apresentadores:

- Dr. Emanuel Miranda, Presidente da Comissão Executiva da Caixa Económica de Cabo Verde
- Dr. José Luis Fernandes, Consultor
- Dr. Babacar Bá, Diretor Associado da Performances Group

WS 1.3: Salão Nobre/Piso 1 – Desenvolvimento empresarial e a competitividade do setor privado

Moderador:

- Dr. Paulo Lima, PCA da ING – Investimentos e Gestão, SA

Apresentadores:

- Dr. Francisco Lima Fortes, Administrador Executivo da ADEI
- Eng.º Paulo Figueiredo, Presidente da Associação dos Empreiteiros
- Dr. Amílcar Monteiro, Secretário-geral CCISS, Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento
- Dr. Alexandre de Carvalho, Diretor Associado da Performances Group

WS 1.4: Sala nº 2/5º Piso – Fortalecimento da Nação Global

Moderadora:

- Dra. Zelinda Cohen, Presidente Comissão Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania



Apresentadores:

- Dr. João Resende Santos, Professor na Universidade de Bentley
- Dr. José Duarte, Representante do Ciclo de Tertúlias - Lisboa

WS 1.5: Sala n.º 1/5.º Piso – Desenvolvimento das infraestruturas

Moderador:

- Eng.º João Ramos, Bastonário Ordem dos Engenheiros

Apresentadores:

- Dr. Paulino Dias, Consultor
- Dr. Carlos Correia Fonseca, Consultor Sênior em Economia de Transportes, Professor Universitário

15 de maio de 2014

09H00-09H30 Comunicação ao Fórum/Salão Nobre – S. Excia. o Secretário Executivo da CPLP, Dr. Murade Isaac Miguigy Murargy

09H30 - 11H00 Sessão Plenária 2/Salão Nobre – Os Clusters e a Estratégia de Transformação.

Moderadora:

- Dra. Mirian S. Lima, Especialista em Políticas de Desenvolvimento Económico e de Projetos.

Apresentadores:

- Dr. Christian Ketels, Professor, Harvard Business School, Presidente TCI-The Competitiveness Institute (the Global Practitioner's network for competitiveness, clusters and innovation) – Intervenção Video
- Dr. Marcel Klesen, Cluster Innovation do Luxemburgo, Manager
- Dr. Victor Ndiaye, CEO da Performances Group.

II FÓRUM NACIONAL DE TRANSFORMAÇÃO

CABO VERDE 2030

11H00-13H00 Workshops em simultâneo

WS 2.1: Salão de Banquetes/Piso 1 – Desenvolvimento rural e agro-negócios

Moderadora:

- Dra. Ângela Moreno, especialista em engenharia dos biosistemas

Apresentadores:

- Eng.^a Elsa Simões, Presidente do Conselho Diretivo da Escola de Ciências Agrárias e Ambientais da UNI-CV
- Eng.^o Manuel B. Amado, Empresário Agrícola
- Dra. Angela Lusigi, Conselheira Político Sénior do PNUD

WS 2.2: Salão de Sessões/Piso 3 – Economia marítima

Moderadora:

- Eng.^a Joana Flor, Consultora e especialista em Gestão da Qualidade

Apresentadores:

- Eng.^o Franklin Spencer, Coordenador NOCM- Núcleo Operacional do Cluster do Mar
- Dr. Carlitos Fortes, Diretor - Geral ENACOL
- Dr. Andres Spinosa, PCA da FRESCOMAR
- Dr. Paul Marceul, Manager, Cluster Maritime du Luxembourg

WS 2.3: Salão Nobre/Piso 1 – Turismo

Moderador:

- Dr. José Duarte, PCA da CI- Cabo Verde Investimentos

Apresentadores:

- Dr. Victor Fidalgo, Representante da Câmara do Turismo
- Dr. Carlos Pires Ferreira, Gestor, Docente

WS 2.4: Sala 1/5º Piso – O Cluster Financeiro

Moderador:

- Dr. Fernando Moeda, Administrador do Banco Comercial Atlântico

Apresentadores:

- Dr. Manuel Lima, PCA da BVC- Bolsa de Valores de Cabo Verde



- Dr. Carlos Moura, Presidente do Conselho de Administração do Novo Banco

WS 2.5: Sala n.º 2/5.º Piso – Desenvolvimento das TIC e Transformação

Moderadora:

- Dra. Alita Dias, PCA dos Correios de CV

Apresentadores:

- Eng.º Hélio Varela, Coordenador de Sistemas de Informação do NOSI - Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação
- Dr. John Vicente, Engenheiro Sénior Principal da Intel
- Eng.ª Arlinda Peixoto, PCA da COMPTA

WS 2.6: Sala Multiuso/Piso 1 – Aeronegócios

Moderador:

- Eng.º João Pereira Silva, PCA dos TACV

Apresentadores:

- Dra Vera Nereu, Assessora da Senhora Ministra das Infraestruturas e Economia Marítima
- Dr. Bernard Berger, Consultor e especialista em aeronáutica

13H00-14H00 Almoço

14H00-15H30 Salão Nobre: Sessão Plenária Especial B – A integração Regional e Transformação de Cabo Verde

Presidência Especial de:

- SE Senhor Aristides Lima, Deputado, Ex-Presidente da Assembleia Nacional

Apresentador:

- SE Senhor Kadré Désiré Ouedraogo, Presidente Comissão da CEDEAO

15H30-16H30

Sessão plenária 3: Salão Nobre – Revisitar a Visão e a Estratégia de Transformação

Moderador:

- Doutor José Semedo, Professor Universitário

Apresentadores:

- Eng.º José Brito, Planificador e Consultor
- Dr. Mady Biaye, PhD, Conselheiro Técnico Sénior do UNFPA

16H30-18H00

Workshops em simultâneo

WS 3.1: Salão Nobre - Educação para a transformação

Moderadora:

- Dra. Nélida Rodrigues, Chefe Unidade Capital Humano SNU/CV

Apresentadores:

- Dra. Cristina P. Ferreira, Professora Universitária
- Dr. João Rosa, Diretor Executivo do Instituto Pedro Pires para Estudos Cabo-Verdianos da Universidade Bridgewater e Representante da Bridgewater State University
- Dra. Judith Nascimento, Reitora da UNI-CV
- Dr. Pedro Lourtie, Professor Doutor e Consultor

WS 3.2: Sala 2/5º Piso – Energia para o futuro de Cabo Verde

Moderador:

- Dr. Alexandre Fontes, PCA da ELECTRA

Apresentadores:

- Eng. António Baptista, Diretor Geral de Energia
- Eng. António Monteiro, Deputado da Nação, especialista em energia.
- Eng. Jansénio Delgado, Especialista em energias
- Eng. Marcel Klesen, do Cluster de Ecoinnovation do Luxemburgo
- Eng. Yannick Teixeira, BRINE Engineering and Investments



WS 3.3: Sala n° 1/5° Piso – Promover a Inovação e a Criatividade para a Transformação

Moderador:

- Dr. João Resende, Professor na Universidade Bentley

Apresentadores:

- Eng. Isaías Barreto Rosa, Comissário da CEDEAO para as TIC
- Eng. Talla Kebe, Conselheiro Sênior de Política de Desenvolvimento, Nações Unidas

WS 3.4: Sala de Sessões/3° piso – Parcerias estratégicas e diplomacia económica para a transformação de Cabo Verde

Moderadora:

- Dra. Fátima Veiga, Embaixadora

Apresentadores:

- Dr. Jorge Spencer Lima, Presidente da CCISS- Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento
- Dr. Júlio Morais, Embaixador

WS 3.5: Salão de Banquetes/Piso 1 – Transformação e criação de emprego

Moderador:

- Dr. Avelino Bonifácio, Consultor

Apresentadores:

- Dr. Belarmino Lucas, Presidente da CCB/AE- Câmara de Comércio de Barlavento
- Dr. Vargas de Melo, PCA do IEFPP- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Dra. Leonesa Fortes, PCA do INPS- Instituto Nacional de Previdência Social

16 de maio de 2014

09H00-10H30 Sessão Plenária Especial C/Salão Nobre
– Mudança das mentalidades: Os desafios de um país insular em face das tendências globais

Presidência Especial de:

- SE Senhor Comandante Pedro Pires, Ex-Presidente da República

Apresentador:

- Dr. Carlos Lopes, Secretário Geral-adjunto das Nações Unidas e Secretário Executivo da UNECA – United Nations Economic Commission for Africa



II FÓRUM NACIONAL DE TRANSFORMAÇÃO CABO VERDE 2030

10H30-12H30 Workshops em simultâneo

WS 4.1: Sala 1/5º Piso – Visão para o ordenamento do território e das cidades

Moderadora:

- Dra. Clementina Furtado, Professora Universitária

Apresentadores:

- Dra. Jeiza Tavares, Diretora Geral Ordenamento e Território
- Arqt. César Freitas, Bastonário Ordem dos Arquitetos

WS 4.2: Salão Nobre/Piso 1 - Desenvolvimento inclusivo

Moderadora:

- Dra. Ana Morais, Docente

Apresentadores:

- Dr. Nardi Sousa, Professor Universitário
- Dr. Gustave Nebie, PhD, Conselheiro Económico Regional Sénior da UNICEF

WS 4.3: Sala de Sessões/3º Piso – Reformas e Ambiente de Negócios para a transformação

Moderador:

- Dr. Victor Constantino, Vice-presidente AJEC- Associação dos Jovens Empresários de Cabo Verde

Apresentador:

- Dr. Carlos Santos, Secretário Executivo UCRE- Unidade de Coordenação das Reformas do Estado
- Dr. Daouda Thiaw, Diretor Associado da Performances Group

WS 4.4: Sala nº 2/5º Piso – Sustentabilidade Ambiental e Mudanças Climáticas

Moderadora:

- Dra. Cláudia Rodrigues, Consultora MCA

Apresentadores:

- Dr. António Pedro Lima, Diplomata, Ex-Embaixador de Cabo Verde nas Nações Unidas



- Dra. Angela Lusigi, PhD, Conselheira Político Sênior do PNUD
- Eng. Marcel Klesen, do Cluster de Ecoinnovation do Luxemburgo

WS 4.5: Salão de Banquetes/Piso 1 – Cultura e Ecônomia Criativa

Moderadora:

- Dra. Heloisa Marone, Economista Principal do PNUD – Cabo Verde

Apresentadores:

- Dra. Cláudia Leitão, especialista em economias criativas
- Dr. João Resende, Professor na Universidade Bentley
- Eng. Isaías Barreto Rosa, Comissário da CEDEAO para as TIC
- Eng. Talla Kebe, Conselheiro Sênior de Política de Desenvolvimento, Nações Unidas

13H00-14H00

Almoço

15H00-16H00

Salão Nobre - Visão e o caminho a seguir: principais conclusões do Fórum

- Dr. Manuel Pinheiro, Coordenador do Centro de Políticas Estratégicas – CPE

16H00-16H30

Sessão de Encerramento: por S.E. o Primeiro-Ministro, Dr. José Maria Neves

20H30

Jantar Oficial: Hotel Praia-Mar

Anexo IV

Estudos e Diálogos Estratégicos Pré-Forum



Estudos Estratégicos

Um aspeto fundamental do processo foi um conjunto de estudos estratégicos à priori encomendados pelo CPE, os quais proporcionaram uma avaliação sobre questões críticas importantes para a competitividade e para a agenda de transformação de Cabo Verde.

Oito estudos foram encomendados sobre matérias ligadas ao ambiente empresarial, infraestruturas, financiamento para o desenvolvimento, desenvolvimento do setor privado e desenvolvimento do capital humano (Quadro 1).



QUADRO 1: ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Área Temática	Título do Estudo
Ambiente Empresarial	Reformas do Ambiente Empresarial
Infraestruturas	Infraestruturas para Transformação
Financiamento	Financiamento para o Desenvolvimento
Setor Privado	Desenvolvimento do Empreendedorismo e do Setor Privado para a Transformação Programa Estratégico para a Sociedade de Informação: Equilíbrio e Perspetivas
Capital Humano	Sistema Integrado para a Educação e Formação Elevadas Capacidades e Produção de Conhecimento

Reformas do Ambiente Empresarial

Cabo Verde fez grandes avanços em termos de reformas para construir uma economia estável e um ambiente propício para negócios e investimentos. A estabilidade macroeconómica foi um dos principais ganhos. Da mesma forma, a agenda de reforma do Estado conduziu a melhorias constantes do Relatório *Doing Business* (RDB) desde 2009. Cabo Verde passou da 147ª posição em 2009 para 121ª posição em 2014, o que significa uma melhoria de 26 lugares num período de 5 anos. Cabo Verde esteve duas vezes na lista reformadora dos dez mais destacados durante esse período.

Contudo, deve-se assinalar que Cabo Verde continua a ter dificuldades em introduzir melhorias nos vários indicadores do RDB, nomeadamente a proteção aos investidores, fornecer total acesso à eletricidade, lidar com licenças de construção e resolver a insolvência (Figura 1), para além de outros constrangimentos não levados em consideração no RDB. Estes fatores importantes para o ambiente empresarial incluem o acesso aos grandes mercados, a qualidade dos serviços de infraestruturas, as condições macroeconómicas e a eficácia das instituições.

Outras áreas importantes incluem o acesso do financiamento, práticas do setor informal, a produtividade, o mercado de trabalho e a competitividade.

Figura 1: Pontuações do Doing Business



Fonte: RDB de 2014



O estudo avaliou os esforços feitos pela reforma de Cabo Verde para identificar as oportunidades e os principais desafios e também analisou o que funcionou bem e em que áreas há uma necessidade de mudan-

ças, para facilitar ganhos substanciais no ambiente de negócios, propiciando respostas políticas e recomendações (Quadro 2).

QUADRO 2: AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Ambiente de Negócios: Principais Conclusões e Recomendações

Visão: Cabo Verde tornar-se um dos primeiros países Africanos e insulares no *ranking* com facilidade de fazer negócios e no índice de competitividade Reformas do Ambiente Empresarial

Objetivos Específicos	Reformas Sugeridas	Intervenções	Como (incluindo referência/modelo potencial do país)
Estar entre os primeiros 50 no <i>ranking</i> da facilidade de fazer negócios e no índice de competitividade	Acelerar as reformas de <i>Doing Business</i>	Criar um Comité Diretor e um Grupo de Trabalho de <i>Doing Business</i>	Aprender com o processo de reformas <i>Doing Business</i> nos outros países Organizar um grupo de trabalho para formular um plano para as reformas do <i>Doing Business</i>
		Desenvolver um plano anual para a reforma e implementar as reformas avaliadas nos <i>rankings</i> de <i>Doing Business</i>	
		Garantir um apoio especializado para as reformas de <i>Doing Business</i>	
		Formular uma estratégia abrangente para as reformas do <i>doing business</i> para médio e longo prazos em sintonia com as melhores práticas internacionais	
		Reforçar as capacidades para avaliar leis e regulamentos que têm impacto na facilidade de <i>doing business</i>	Reforçar a UCRE Fazer inquéritos regulares sobre o impacto das leis e regulamentos
		Acelerar as reformas laborais e a sua implementação	Procurar obter consenso através de diálogo com os sindicatos, setor privado e sociedade civil
		Desenvolver um plano para acompanhar a avaliação	
		Monitorar os resultados e o progresso da competitividade do país	

Objetivos Específicos	Reformas Sugeridas	Intervenções	Como (incluindo referência/modelo potencial do país)
Alcançados os processos administrativos eficientes e otimizados	Estimular o desenvolvimento das áreas/zonas de competitividade	Acelerar a implementação do Business Center Internacional (BCI)	Adotar uma abordagem integrada de gestão de projetos Identificar projetos alvos de investimento no IBC e em outras áreas de competitividade
		Preparar materiais sobre parques industriais existentes e zonas especiais de desenvolvimento do turismo	
		Criar e reforçar capacidades de inteligência empresarial para identificar potenciais investidores	Recrutar e formar líderes de mercado com agências para inteligência de negócio
		Multiplicar Acordos de Promoção de investimento e tratados de não dupla tributação	Identificar países alvo e utilizar um <i>benchmark</i> Planear o desenvolvimento do IPPA e de NDTA
		Desenvolver parcerias público-privadas para o investimento, gestão e promoção das áreas de competitividade (nomeadamente o comércio e zonas de desenvolvimento industrial e de turismo)	Desenvolver acordos de parceria público-privadas
	Aprofundar as Reformas do Estado	Implementar e atualizar anualmente projetos para modernizar e simplificar a administração pública	
		Alargar os projetos de governação eletrónica	
		Desenvolver as competências de inteligência empresarial relativas à competitividade de Cabo Verde sobre os incentivos fiscais e benefícios de investimentos	Desenvolver programas e projetos em curso do NOSI no âmbito de 'Competir para Mudar'
		Racionalizar as instituições e monitorar a sua eficácia através de Contratos de Desempenho	

Objetivos Específicos	Reformas Sugeridas	Intervenções	Como (incluindo referência/modelo potencial do país)
Atingir um investimento de classe mundial e promoção do setor privado	Capacitar o setor privado e as instituições de promoção do investimento	<p>Desenvolver uma estratégia específica para promoção do investimento e desenvolvimento do Setor privado</p> <p>Reforçar o apoio do setor privado e das instituições de promoção de investimentos (CI, ADEI, DG Turismo, RLTD, etc)</p> <p>Avaliar as necessidades de financiamento e desenvolver uma estratégia financeira sustentável</p> <p>Racionalizar, onde for possível, o apoio ao setor privado e às instituições de promoção de investimento</p>	Procurar assistência externa
Implementado o diálogo contínuo público privado	Operacionalizar o Conselho do Desenvolvimento do Empreendedorismo Nacional	<p>Preparar um plano/agenda para o Conselho do Desenvolvimento do Empreendedorismo Nacional</p> <p>Organizar reuniões de consulta regular com o setor privado sobre as reformas do ambiente de negócios e desenvolvimento do setor privado</p> <p>Planear e organizar comissões, incluindo a seleção de presidentes, membros e preparar TOR, etc.</p>	<p>Organizar o secretariado permanente</p> <p>Organizar o secretariado permanente Preparar uma agenda para as reuniões: identificar questões/temas a ser tratados pela prioridade, estrutura das comissões, preparar materiais de apoio, etc.</p> <p>Fazer <i>benchmark</i> e organizar visitas a organizações semelhantes, isto é, Conselhos de Investimento Presidencial</p>



Infraestruturas para Transformação

Ao longo da última década, o investimento anual do Governo no desenvolvimento de infraestruturas foi em média de 15 por cento do PIB. Cabo Verde alargou e atualizou a qualidade das estradas, construiu portos e aeroportos, alargou o acesso à energia, modernizou o setor das telecomunicações e melhorou o acesso à água e ao saneamento. Também introduziu reformas políticas importantes no setor de água e saneamento e em outros subsectores, nomeadamente no de transporte marítimo. Como resultado, houve progressos significativos do setor para a competitividade e o crescimento de Cabo Verde.

A capacidade de Cabo Verde para competir com sucesso no mercado mundial e para realizar a sua agenda de transformação económica está dependente de infraestruturas de qualidade, eficientes e em número suficiente. Embora tenha havido importantes progressos, ainda há muito para ser feito, principalmente no que diz respeito à qualidade dos serviços e custos.

O estudo sobre as infraestruturas fez uma avaliação estratégica do contexto e da situação dos serviços de infraestruturas em Cabo Verde e explorou os desafios e as oportunidades com o objetivo de propor uma agenda para o futuro. O principal objetivo político para Cabo Verde é atrair um financiamento importante do setor privado, melhorar a gestão e reduzir os custos dos serviços de infraestruturas. Os resultados estão resumidos (Quadro 3).



QUADRO 3: INFRAESTRUTURAS PARA TRANSFORMAÇÃO

Infraestrutura: Principais Conclusões e Recomendações

Visão: Criar infraestruturas de classe internacional para atingir a agenda de transformação socioeconómica de Cabo Verde

Objetivos Específicos	Reformas Sugeridas	Intervenções	Como (incluindo referência/modelo potencial do país)
Infraestruturas consolidadas e funcionais	<p>Completar o programa de investimento em Infraestruturas;</p> <p>Implementar políticas e mecanismos para a manutenção de Infraestruturas</p>	<p>Adequar o Aeroporto da Praia para alavancar e posicionar a Praia como uma plataforma financeira regional e centro de conferências;</p> <p>Introduzir melhorias nos Aeroportos da Boa Vista (turismo) e Mindelo (centro de logística);</p> <p>Completar o processo de modernização de todos os portos existentes (Tarfal, São Nicolau e Maio);</p> <p>Alargar a rede de estradas e de outras acessibilidades para garantir penetração nas áreas mais isoladas de Santo Antão, São Nicolau, Santiago e Fogo;</p> <p>Construir Infraestruturas de apoio para os <i>clusters</i> (Marítimo, TIC, agronegócios, negócios aéreos, etc.);</p> <p>Construir Infraestruturas para aumentar a capacidade de produção e de distribuição de energia e água;</p> <p>Qualificar a Infraestrutura sanitária e o acesso à mesma;</p> <p>Melhorar a Infraestrutura das TIC (expansão de banda larga para as famílias, etc.);</p> <p>Desenvolver políticas e realizar a manutenção dos sistemas de infraestruturas (aeroportos, portos, estradas, eletricidade, água e saneamento, comunicações, etc.);</p> <p>Fortalecer/definir mecanismos para o financiamento.</p>	<p>Tendo em conta os limites da dívida atual, o Governo deve (i) tomar medidas mais ousadas para impulsionar o crescimento económico (e, assim, as receitas fiscais); (ii) implementar mecanismos mais eficazes de cobrança de impostos; (iii) utilizar acordos de PPP para o desenvolvimento e manutenção das Infraestruturas</p>

Objetivos Específicos	Reformas Sugeridas	Intervenções	Como (incluindo referência/modelo potencial do país)
Sistema de Infraestrutura eficiente e em sintonia com a visão e estratégia de longo prazo para o desenvolvimento do país	Reformar os mecanismos de planeamento, seleção e implementação para o desenvolvimento de infraestrutura para maximizar o alinhamento estratégico;	<p>"Compato Nacional" sobre o desenvolvimento de Infraestruturas com uma perspetiva de longo prazo e em sintonia com o crescimento económico;</p> <p>Desenvolver Infraestruturas colocando mais ênfase na avaliação, análise de custo-benefício e priorização;</p> <p>Envolver o setor privado no desenvolvimento da Infraestrutura PPP, alinhar os mecanismos de financiamento com políticas para fortalecer o setor privado, utilizar políticas e estratégias de compras para fortalecer setor privado endógeno</p>	Elevar o nível de objectividade no mapeamento e priorização das necessidades de desenvolvimento de Infraestrutura;
	<p>Reformar os modelos de governação e gestão de Infraestruturas;</p> <p>Desenvolver o capital humano do setor público e do setor privado para atender as necessidades desta fase de otimização das Infraestruturas;</p> <p>Reforçar e fortalecer o quadro de regulação e de supervisão para o setor de Infraestruturas;</p> <p>Promover a eficiência e a competitividade das Infraestruturas</p>	<p>Completar o processo de reestruturação da arquitetura institucional para a gestão de Infraestruturas;</p> <p>Garantir o envolvimento/participação/ consultas com o setor privado no planeamento, implementação e gestão de Infraestruturas;</p> <p>Alinhar os processos e ferramentas da gestão de Infraestruturas sob o princípio da eficiência;</p> <p>Alinhar os processos e ferramentas da gestão dos RH no setor para garantir atratividade e mobilização de competências e gestão por objetivos;</p> <p>Fornecer formação nas áreas especializadas (Planeamento de Infraestruturas, gestão de projetos, PPP, regulação e supervisão) e garantir ligação com o sistema de educação;</p> <p>Atrair pessoas competentes, incluindo as da Diáspora;</p> <p>Consolidar a reestruturação institucional e os mecanismos de regulação alinhados para estar em sintonia com a "Visão 2030" e com incidência na otimização da eficiência global (em vez de estar orientada apenas para a eficiência setorial);</p> <p>Reforçar os mecanismos para avaliação e supervisão no setor com incidência na transparência;</p> <p>Melhorar a eficiência do sistema judicial;</p> <p>Garantir um nível elevado e eficiente de serviço (isto é. "foco no cliente " e "foco na instituição"), e alinhar a arquitetura institucional, ferramentas de gestão e RH com esta abordagem;</p> <p>Alinhar o sistema de Infraestruturas com a "Visão 2030" e visualizá-lo em termos de produtos/ serviços, preços, disseminação/promoção/ informação, distribuição, estruturas de apoio, e ver as Infraestruturas"como um negócio";</p> <p>Adotar uma perspetiva regional/global, incluindo os mecanismos de <i>benchmark</i> e inteligência de mercado; Incluir as Infraestruturas numa agenda de diplomacia económica como uma vantagem competitiva do país;</p> <p>Simplificar os procedimentos administrativos, desmaterializar e integrar processos e gerir os riscos com ênfase na eficiência.</p>	

Objetivos Específicos	Reformas Sugeridas	Intervenções	Como (incluindo referência/modelo potencial do país)
Sistema de Infraestruturas sustentável em termos económicos, financeiros e ambiental	<p>Maximizar a sustentabilidade económica/financeira das Infraestruturas em termos de custos e receitas</p> <p>Garantir a sustentabilidade ambiental no desenho, implementação e gestão das Infraestruturas</p>	<p>Adotar e generalizar 'o princípio do utilizador pagador';</p> <p>Encorajar a eficiência empresarial/otimização das fontes de receita</p> <p>Promover Parcerias Público-Privadas.</p> <p>Reforçar a visão de longo prazo no planeamento da infraestrutura em relação com o meio ambiente;</p> <p>Integrar as políticas de infraestruturas e de gestão ambiental; fortalecer os mecanismos de avaliação de impacto ambiental para o desenvolvimento de infraestruturas.</p>	<p>Parcerias Público - Privadas</p> <p>Incidir em contratos de gestão por objetivos</p> <p>Rever os procedimentos para estudos do impacto ambiental</p>





Financiamento para o Desenvolvimento

O acesso ao financiamento é um constrangimento crítico para o crescimento de Cabo Verde, estando entre as principais preocupações do setor privado, sendo, também, uma questão primordial para o Governo. As opções de financiamento são limitadas, principalmente para as PME. Os bancos comerciais têm uma gama limitada de produtos financeiros. A única opção disponível para a maioria das PME é ter empréstimos garantidos por ativos e que estão sujeitos a exigências que às vezes atingem 150% do empréstimo. Além disso, Cabo Verde não tem quaisquer sociedades de capital de risco e a cultura do financiamento é muito limitada. A situação piorou com a crise económica que teve um grave impacto nos parceiros de Cabo Verde da Europa. Como consequência, mesmo as empresas com grandes projetos que tendem a encontrar financiamento externo enfrentam grandes dificuldades.

Nos últimos anos o Governo tomou a decisão estratégica de obter financiamento concessional para financiar a agenda de desenvolvimento de Infraestruturas e promover um programa contra cíclico para limitar o impacto da crise internacional na economia nacional. Em consequência, tem um espaço de manobra muito limitado para pedir empréstimos concessionais, dada a a graduação do país em 2008 da lista das Nações Unidas de países menos desenvolvidos (PMD).

Construir uma economia que seja capaz de competir com

base na elevada produtividade, qualidade e eficiência ao longo da cadeia de valor dos vários *clusters*, exige recursos substanciais. Para além da necessidade de investir em infraestruturas, há necessidade de fortalecer o setor privado e garantir acesso ao financiamento para desenvolver os vários *clusters*. Desenvolver cadeias de valor, quer seja em agro-negócios, serviços de transporte aéreo, turismo, TIC, economia cultural, serviços financeiros ou economia marítima, precisará de investimentos que o setor financeiro local não será capaz de responder. Muitos dos projetos de Infraestruturas que precisam de financiamento estão muito além da capacidade de empréstimos do Governo.

O estudo incidiu sobre a forma de garantir o acesso ao financiamento para implementar a agenda de transformação. O mesmo fez uma revisão estratégica das alternativas para o desenvolvimento do financiamento para ver quais são as mais adequadas e as que podem ser facilmente acedidas por Cabo Verde bem como avaliou as implicações políticas. Os resultados estão resumidos no Quadro apresentado a seguir (Quadro 4).

QUADRO 4: DESENVOLVIMENTO DO FINANCIAMENTO

Desenvolvimento do Financiamento: Principais Conclusões e Recomendações

Visão: Um setor financeiro desenvolvido até 2030 com facilidade de acesso ao financiamento por parte das empresas e do Governo

Objetivos Específicos	Reformas e intervenções propostas	Como?
Aumentar as receitas fiscais	Melhorar a eficácia da cobrança de impostos	Capacitar
	Alargar a base de tributação	Adotar novas tecnologias
	Otimizar as taxas dos impostos	
	Aumentar as contribuições dos utilizadores terminais através de taxas	Criar e reforçar a equipa de inspeção e cumprimento da lei fiscal, principalmente para as empresas principais
	Acelerar a reforma das Empresas Públicas (EP)	
Assistência para o desenvolvimento institucional otimizada	Reforçar a capacidade das direções para a preparação e seleção de projetos	Definir e implementar um sistema nacional de investimento
	Melhorar o processo de seleção e alocação dos projetos junto dos doadores	Capacitar para o desenvolvimento e gestão de projetos
	Desenvolver a cooperação com os principais países emergentes	Reforçar a unidade de mobilização de recursos e capacitá-la para a diplomacia económica
	Reforçar equipas para apoiar o financiamento dos projetos e as PPP	
Parcerias Público- Privadas Desenvolvidas	Acelerar o processo de privatização das empresas públicas e reforçar a unidade de parcerias público- privadas	Fornecer recursos/financiamentos

Objetivos Específicos	Reformas e intervenções propostas	Como?
Sistema Bancário Sólido	Adotar a lei de base sobre as Instituições Financeiras	Fornecer apoio à transição para o cumprimento
	Criar o Escritório de Informação de Crédito e garantir total apoio para o seu funcionamento	
	Fazer anualmente a avaliação da estabilidade financeira	
Reforçar a capacidade do sistema bancário Apoio específico para promover as PME e financiar projetos prioritários Desenvolvimento de produtos e serviços financeiros adaptados às PME e micro empresas	Fornecer apoio financeiro para prestar garantia e fundos de capital de risco mais eficazes	Fornecer recursos/financiamentos Apoiar programas de formação
	Fornecer assistência técnica às instituições de financiamento das PME	
	Rever o quadro regulador para o desenvolvimento e expansão de atividades de microfinanciamento	Criar um comité para analisar e propor uma estratégia e um plano de implementação
	Promover a criação de uma instituição de microfinanciamento	
	Promover a criação de agência de classificação do microfinanciamento	
	Rever os quadros legais e de impostos para apoiar o desenvolvimento de serviços de <i>leasing</i> e de <i>factoring</i>	
	Facilitar programas de capacitação para as instituições bancárias e do microfinanciamento	
	Desenvolvimento de opções de refinanciamento	

Objetivos Específicos	Reformas e intervenções propostas	Como?
Promover instituições financeiras não bancárias	Promover o crescimento dos sistemas de seguros, de segurança social e de pensões	Formular e implementar uma política de incentivos
Bolsa de Valores mais dinâmica e aprofundada Estimular poupanças financeiras de longo prazo	Desenvolver uma campanha de informação pública para promover o investimento na bolsa de valores e oportunidades de financiamento	Disseminação da informação e da formação dos públicos - alvo
	Promover o desenvolvimento de fundos mutualistas	
	Fornecer incentivos fiscais na fase inicial	
Desenvolver a lista de novas empresas e novos títulos	Promover a lista de novas empresas, visando e incentivando os principais setores	Campanhas de informação e de formação
	Abrir departamentos para PME e títulos estrangeiros cotados	
Desenvolver a indústria financeira e as atividades de apoio	Promover o desenvolvimento de uma indústria de intermediação e de gestão de ativos	Formular e implementar uma política de incentivos
	Desenvolver a formação profissional financeira	
	Atualizar as infraestruturas de informação e comunicação do setor bancário e financeiro	

Objetivos Específicos	Reformas e intervenções propostas	Como?
Reforçar a cooperação com os mercados internacionais	Desenvolver cooperação com outros mercados financeiros, incluindo outros mercados Africanos	
Novos mecanismos de inovação financeira desenvolvidos e canalizar metade das remessas para as finanças e economia	<p>Permitir mais e diversificados produtos financeiros e oportunidades de investimento para a Diáspora</p> <p>Estabelecer incentivos fiscais para os investimentos da Diáspora</p> <p>Criar incentivos para atrair fundos de capital e capital de risco para investir em Cabo Verde</p> <p>Definir um quadro legal e institucional para os novos mecanismos financeiros, nomeadamente <i>crowd funding</i>, títulos da Diáspora, etc.</p>	Dar atenção especial aos investidores da Diáspora



Desenvolvimento do Empreendedorismo e do Setor privado

O estudo analisou os esforços a desenvolver no setor privado bem como os esforços para promover o empreendedorismo em Cabo Verde. Também explorou o potencial para transformar o setor privado em Cabo Verde, analisando os desafios e oportunidades para facilitar o crescimento de empreendedores inovadores bem como fornecendo recomendações de políticas. O Quadro 5 resume os resultados.

QUADRO 5: DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDEDORISMO E DO SETOR PRIVADO

Facilitando o Setor Privado e o Empreendedorismo: Principais Conclusões e Recomendações

Visão: Emergência de uma geração de empreendedores responsáveis pelo desenvolvimento de um setor privado de sucesso

Objetivos Específicos	Reformas Sugeridas	Recomendações	Como?
<p>Oportunidades de negócio com os <i>clusters</i> identificados e desenvolvidos</p> <p>Ambiente de Negócios mais atrativo</p>	<p>Definir um conjunto de oportunidades de negócio para cada <i>cluster</i></p>	<p>Definir uma visão convincente para cada <i>cluster</i></p> <p>Explorar e identificar o posicionamento estratégico para cada <i>cluster</i></p> <p>Criar uma lista restrita dos diferentes posicionamentos</p> <p>Desenvolver uma lista de atividades estratégicas necessárias para cada posicionamento da lista restrita e identificar projetos potenciais para os empreendedores</p> <p>Identificar fatores-chave de sucesso para reforçar a competitividade</p> <p>Identificar e envolver as partes interessadas importantes (público, privado, sociedade civil) em cada <i>cluster</i></p> <p>Acelerar as Reformas do <i>Doing Business</i></p> <p>Apoiar o desenvolvimento das áreas de competitividade (por exemplo: zonas especiais)</p> <p>Acelerar o programa da Reforma do Estado</p> <p>Capacitar as instituições do setor privado</p> <p>Promover o total funcionamento do Conselho Nacional para o Empreendedorismo</p>	

Objetivos Específicos	Reformas Sugeridas	Recomendações	Como?
Reforçar as instituições de apoio ao setor privado	Reforçar as capacidades das instituições de apoio	<p>Implementar programas para melhorar a capacidade de fornecer assistência técnica às PME em formação, serviços de informação, aconselhamento e acompanhamento</p> <p>incubadora de negócios nos programas de financiamento</p> <p>Desenvolver uma parceria público-privada para formação e programas especificamente vocacionais</p> <p>Facilitar o desenvolvimento de programas de educação executiva, de graduação e pós-graduação em empreendedorismo, liderança e gestão</p>	
Soluções para o empreendedorismo na base da pirâmide (BOP) desenvolvida	Traçar uma estratégia nacional para o empreendedorismo social baseado em BOP	<p>Definir áreas prioritárias (nomeadamente habitação, educação, saúde) para o BOP</p> <p>Criar uma referência sobre as melhores práticas mundiais e modelos replicáveis para áreas pré-seleccionados</p>	<p>ADEI (no Conselho Nacional para o desenvolvimento do Empreendedorismo)</p> <p>Médio Prazo (Contratar peritos)</p>
Cabo Verde tornou-se um pioneiro na Economia Azul e Verde	Promover um conceito de negócios "economia circular" que alavanque as técnicas e inovações existentes	<p>Desenvolver modelos de Economia Azul e possíveis áreas onde ela pode ser implementada em Cabo Verde</p> <p>Criar uma referência de modelos internacionais da economia azul e identificar uma lista restrita dos que podem ser replicáveis em Cabo Verde</p> <p>Identificar modelos ou projetos com especialistas, organizações e países experientes; que podem ser replicados e implementados em Cabo Verde</p>	<p>Ministérios Técnicos em colaboração com o Ministério responsável pelo ambiente (a médio e longo prazos)</p>

Tecnologias de Informação e Comunicação

Na economia do conhecimento, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) tornaram-se infraestruturas essenciais para a competitividade, tanto ao nível das empresas quanto ao nível nacional, bem como a chave para a promoção da boa governação. Cabo Verde desenvolveu uma estratégia de sociedade de informação e do programa em 2005.

O estudo fez uma revisão estratégica da implementação do programa para a sociedade de informação desde 2005 e faz uma apresentação sumária dos objetivos e estrutura dos projetos, análise da evolução do desempenho de Cabo Verde nos principais indicadores e índices internacionais, revê o progresso da implementação do programa da sociedade de informação e as grandes linhas para uma orientação futura. Os resultados estão resumidos (Quadro 6).

QUADRO 6: TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

TICs: Principais Conclusões e Recomendações

Visão: Tornar-se uma sociedade de informação avançada

Objetivos Específicos	Área de Incidência	Intervenções
Garantir acesso da população às tecnologias de informação e comunicação	Garantir que os custos não sejam uma barreira ao acesso	<ul style="list-style-type: none"> Alargar os pontos de acesso público (Konektas) Melhorar o acesso à banda larga Promover a inclusão à informação Melhorar o ambiente regulador e promover a competição para reduzir os preços Facilitar a formação em línguas (principalmente a língua inglesa)
Simplificar e melhorar a vida diária e os negócios dos cidadãos	Alinhar os serviços do Governo com as necessidades e negócios da população	<ul style="list-style-type: none"> Fornecer serviços multicanais, alinhados com o ciclo de vida do cidadão e da empresa e apoiados pelas redes sociais Fornecer serviços em "balcões únicos", físico (Casa do Cidadão) e virtual (Porton di nós Ilha) Garantir a integração de sistemas e a utilização dos únicos dados do Cidadão

Objetivos Específicos	Área de Incidência	Intervenções
Reforçar a Atividade Económica e Inovação	Promover o Desenvolvimento Económico e a Inovação	<p>Atrair Investimento Direto Estrangeiro para o setor de tecnologia através de incentivos</p> <p>Criar sistemas e incentivos para promover o acesso ao financiamento de novas empresas e das PME na área de tecnologia</p> <p>Criar nichos de mercado nos quais o país pode ser "líder"</p> <p>Posicionar o país como uma porta de entrada em África e um Centro Internacional de Serviços</p> <p>Promover a ligação entre universidades e empresas</p> <p>Investir na investigação aplicada</p> <p>Melhorar a qualidade e a relevância do sistema educacional para a sociedade da informação</p>
Capacitar os cabo-verdianos para a Sociedade de Conhecimento	Capacitar a Juventude para a Sociedade do Conhecimento	<p>Facilitar o acesso ao equipamento das TIC e da Internet para professores e alunos</p> <p>Estimular a produção de conteúdos para professores e alunos</p> <p>Capacitar a juventude para a satisfação das necessidades do mercado de trabalho</p> <p>Facilitar os programas de certificação para os profissionais e engenheiros das TIC</p> <p>Estimular a elaboração de programas para a incubadora de negócios</p>



Capital Humano

Cabo Verde precisa ter um sistema educacional que seja capaz de produzir empreendedores criativos e inovadores para além de engenheiros, cientistas, tecnólogos, planeadores, técnicos de alto nível e gestores que possam conduzir a agenda de transformação. Um tal sistema educacional deve incidir no rigor e na qualidade a começar no pré-escolar, devendo ser relevante não apenas nas realidades atuais do país mas também na sua agenda futura ancorada na construção de Cabo Verde como plataforma internacional para serviços de alto

valor acrescentado. A realização da agenda de transformação exige o aparecimento de novos setores económicos que precisam de competências e conhecimento de níveis superiores. Foram realizados dois estudos. O primeiro incidiu sobre a questão da educação e da formação e o segundo incidiu sobre a questão do conhecimento e inovação. Em conjunto, eles analisaram o sistema educativo em Cabo Verde e apresentam propostas para a introdução de melhorias (Quadro 7).

QUADRO 7: CAPITAL HUMANO

Capital humano: Principais Conclusões e Recomendações

Visão: Qualidade da educação e formação bem como a aprendizagem contínua

Objetivos Específicos	Área de Intervenção	Intervenções
Um sistema de educação de qualidade, inclusiva, sustentável e empresarial	Pré-escolar e Ensino Básico	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar o papel do Ministério da Educação na promoção, regulação, supervisão e controlo do pré-escolar Construir um quadro institucional com papéis bem definidos para as autoridades municipais Generalizar o ensino pré-escolar para as idades de 4 a 5 anos e torná-lo obrigatório Implementar o Ensino Primário Universal Melhorar a qualidade da educação, principalmente nas disciplinas de matemática e línguas

Objetivos Específicos	Área de Intervenção	Intervenções
Produção de conhecimento através de pesquisa local e inovação para acelerar a transformação	Ensino Secundário e Técnico	<p>Tornar obrigatório o 10º grau de ensino</p> <p>Implementar o acesso universal ao 11º e 12º grau de ensino</p> <p>Melhorar a carga horária de aprendizagem/ensino nas disciplinas chave nomeadamente Matemática, Física, Português e Inglês)</p> <p>Aumentar a carga horária para as aulas práticas e laboratoriais</p> <p>Melhorar a formação em cidadania</p> <p>Criar e institucionalizar um programa de orientação profissional</p>
	Formação Profissional	<p>Alargar e diversificar as ofertas de formação profissional para responder às necessidades da economia (Turismo, Economia Marítima, TIC, Agro-negócios, etc.)</p> <p>Atualizar e implementar a carta de política para a educação e formação</p> <p>Institucionalizar um sistema para controlo e normas de qualidade</p> <p>Reforçar a qualidade através da utilização de métodos inovadores para a formação e aprendizagem</p> <p>Institucionalizar um sistema para a orientação profissional</p> <p>Fazer avaliação frequente sobre as necessidades do mercado e impacto da formação</p> <p>Reforçar o programa de inserção dos formados no mercado de trabalho</p>
	Educação Universitária	<p>Reformar as leis para a educação superior</p> <p>Implementar a educação superior no sistema de garantia da qualidade</p> <p>Criar uma agência de regulação para a educação superior</p>
	Todos os Níveis	<p>Criar um sistema de avaliação institucional para promover a introdução e melhoria contínua da qualidade em todos os níveis de educação</p> <p>Reforçar a coordenação e colaboração institucionais com o setor</p> <p>Implementar um sistema de aprendizagem contínua para professores, formadores e professores cuja finalidade é construir e reforçar competências científicas e pedagógicas</p> <p>Promover a investigação e pesquisa que conduzam a novos conhecimentos e sirvam para melhorar a aprendizagem</p>
	Universidades e Instituições de Pesquisa	<p>Criar um conselho para a ciência, tecnologia e inovação (CTI)</p> <p>Criar um fundo para financiar a pesquisa e as atividades de CTI</p> <p>Facilitar as ligações e o desenvolvimento de parcerias com instituições internacionais de renome</p> <p>Elaborar e implementar programas para promover ligações entre as de ensino e os operadores económicos, bem como para ligar a pesquisa com as necessidades do mercado</p> <p>Interligar a formação e a pesquisa com os clusters de transformação</p> <p>Promover a incubadora de negócios e atividades empresariais nas universidades</p>

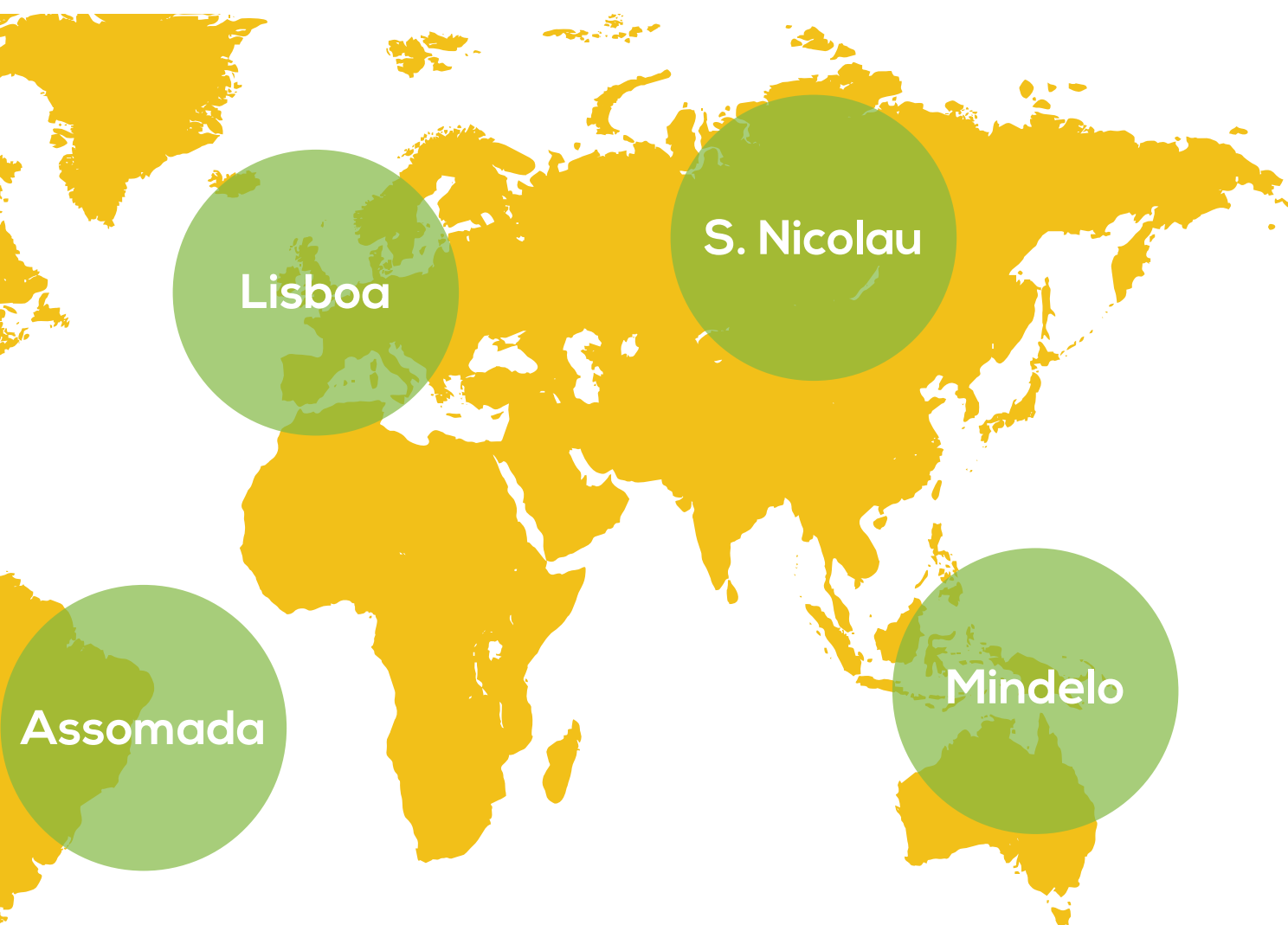
DIÁLOGOS ESTRATÉGICOS

Foram realizados dezasseis diálogos estratégicos no período de Março a Maio de 2014, em torno dos *clusters* económicos fundamentais e questões críticas para a agenda de transformação socioeconómica. Entre as questões fundamentais debatidas nos diálogos estratégicos estão as ligadas à juventude, género, educação e alterações climáticas. Os diálogos foram uma oportunidade para haver consultas entre um grande número de partes interessadas, peritos e a diáspora, através de uma análise situacional participativa dos *clusters* e questões importantes, as quais avaliaram de forma crítica os *cluster*, identificaram os desafios e principais constrangimentos, propuseram metas/objetivos e ações prioritárias, incluindo reformas políticas e institucionais para facilitar o desenvolvimento dos *clusters*. (Quadro 8).



Quadro 8: Diálogos Estratégicos realizados antes do Fórum

Nº	Diálogo	Data	Localização	Parceiros
1.	Desenvolvimento da Juventude	18 de março	Praia	CPE; Fundação da Juventude; MJEDRH
2.	Energias Renováveis na Eletrificação Descentralizada e Dessalinização: Desafios e Oportunidades	28 de março	S. Nicolau	MTIE/DGE; CM Ribeira Brava CEDEAO/CERECC
3.	Tecnologias de Informação e Comunicação na Transformação de Cabo Verde: Paradigmas, <i>Cluster</i> e Competitividade	29 de março	Lisboa	CPE; Ciclo de Tertúlias
4.	Diálogo com o Setor privado de Barlavento	02 de abril	Mindelo	CPE; CCB; MIEM; NOCM
5.	Empreendedorismo e Desenvolvimento do Setor Privado	03 de abril	Praia	CPE; CCISS; MTIE



Nº	Diálogo	Data	Localização	Parceiros
6.	O Futuro de Agro-Negócios	5 de abril	Assomada	CPE; MDR; ACAISA; UNI SANTIAGO
7	Que Educação para a Transformação de Cabo Verde?	7 de abril	Praia	CPE; MED; MESCI; MJE-DRH
8	Ateliê "A Estratégia do <u>Cluster</u> e Transformação a Longo Prazo"	8 e 9 de abril	Praia	CPE
9	Mecanismos de Financiamento para o Setor Privado	10 de abril	Praia	CPE; CCISS
10	<u>Cluster</u> de Economia Marítima: Desafios e Oportunidades para o Setor Privado	24 de abril	Praia	CPE; CCISS; AJEC; MIEM

Nº	Diálogo	Data	Localização	Parceiros
11.	Turismo de Cruzeiro	25 de abril	Mindelo	MTIE
12	Desenvolvimento do Setor das Pescas		Mindelo	Secretaria de Estado das Pescas
13	Alterações Climáticas e Gestão de Riscos	29 de abril	Praia	CPE; UNICV; MAHOT/DGA
14	Oportunidades de Agro-Negócios	05 de maio	Praia	CPE; CCISS; AJEC; MDR
15	Ganhos e Desafios da Equidade de Género em Cabo Verde	05 de maio	Praia	GPM; ICIEG; UN; Sociedade civil
16	Mudar o Paradigma de Energia e a sua Sustentabilidade	08 de maio	Praia	MTIE

FÓRUM



FÓRUM

O fórum de três dias foi um acontecimento único de grande participação. Foi aberto a todos os participantes e representantes de todos os setores bem como a pessoas de todas as esferas da sociedade. Os grupos de partes interessadas (incluindo o Governo, empresas do setor privado e suas associações, parlamentares, sindicatos, outros atores da sociedade civil e peritos nacionais) foram representados no Fórum. Peritos e decisores foram convidados a intervir e a orientar os debates e os convidados internacionais de renome foram incentivados a partilhar as suas experiências e as de outras regiões e países.

Dez anos antes, durante a realização do primeiro fórum nacional, os Cabo-verdianos atingiram um consenso sobre uma agenda para a transformação económica. O consenso centrou-se na necessidade de alargar a base produtiva da economia e construir uma economia competitiva e auto sustentável. A agenda específica que foi acordada foi a de transformar Cabo Verde numa plataforma internacional/plataforma para serviços de alto valor acrescentado.

A abordagem do *cluster* foi selecionada como uma base para concretizar a agenda. Os *clusters* específicos evoluíram ao longo do tempo e atualmente incluem o turismo, a economia marítima, agro-negócios, a indústria criativa e cultural, as TIC, as finanças e negócios aéreos.

O programa completo dos estudos estratégicos, diálogos estratégicos para os ateliês do fórum e as sessões da plenária tinham por objetivo acelerar os esforços de transformação. O rico programa incluiu três sessões plenárias, três sessões especiais, vinte e um *workshops* e os discursos de abertura e de encerramento.

QUADROS: PRINCIPAIS CONCLUSÕES DOS DIÁLOGOS

As principais recomendações dos diálogos estratégicos, das sessões plenárias e dos ateliês do fórum com ligações diretas para a agenda para transformação, estão apresentadas nos treze Quadros em baixo. Cada quadro incide num tema específico: Agro-negócios, Desenvolvimento de Negócios, *Clusters*, Educação, Emprego, Energia, Modelo de Crescimento e Integração Regional, TIC e Economia Cultural, Incluindo a Nação, Desenvolvimento de Infraestruturas, Terra e Cidades, Economia Marítima e Turismo (Quadros 9 a 22).

Quadro 9: Agro-negócios

Objetivos	Questões Chave, Desafios/Constrangimentos	Reformas de Políticas Propostas	Recomendações
<p>Produção orientada para o mercado</p> <p>Cluster de Agro-negócios ligado a um setor do turismo em rápido crescimento</p> <p>Cluster de Agro-negócios como uma fonte de criação de emprego e redução da pobreza</p>	<p>Escassez de água, fragmentação e dispersão do terreno Agrícola, baixa utilização da tecnologia, produção de natureza sazonal; desafios de distribuição, ausência de quadro regulador</p>	<p>Posse de Terra</p> <p>Crédito rural e finanças</p>	<p>Ligar os produtores no setor do agro-negócio com a comunidade de investigação e facilitar assistência técnica</p> <p>Mobilizar água para agricultura e melhorar a gestão dos recursos de água e outras infraestruturas</p>
	<p>Oportunidades de crédito e serviços financeiros limitados para o setor de agricultura</p>		<p>Legalizar a terra e garantir os direitos de propriedade</p> <p>Facilitar o aumento ao acesso ao financiamento; Facilitar micro-seguro para a partilha de risco; Facilitar o acesso a novas tecnologias e práticas inovadoras</p>
	<p>A questão da terra como fator de constrangimento: 1. Excessiva divisão da terra de produção agrícola 2. Necessidade de se fazer o cadastro e registo de propriedade e políticas sobre a terra</p>		<p>Desenvolver e implementar programas de formação e de capacitação para produtores (técnicas de produção bem como competências de gestão e de negócios)</p>
	<p>Ineficiência/insuficiente e custo elevado do transporte inter-ilhas dificulta o fluxo de produtos</p>		<p>Repensar e redesenhar os serviços de extensão agrícola</p> <p>Planear, organizar e disseminar de forma adequada a transferência de conhecimentos para os agricultores</p>
	<p>Oportunidades: Rápido crescimento do mercado do turismo Substituição da importação</p>		<p>Desenvolver produtos de alta qualidade bem como nichos e comércio justo com certificação e designação de origem, "feito em Cabo Verde"</p> <p>Organizar os produtores e os processos de produção através de promoção de cooperativas, Facilitar a criação de postos de vendas e pós-produção bem como centros de transformação</p> <p>Integrar a juventude no setor Agrícola através de formação, motivação, acesso à informação e facilidade de acesso a financiamento</p> <p>Reforçar todas as ligações na cadeia de valor, pré-produção, produção, após-colheita, transformação e comercialização. Facilitar ligações entre produtores e cadeias de fornecimento de hotéis no setor do turismo</p>

Quadro 10: Negócios e Desenvolvimento do Setor privado

Objetivos	Questões Chave, Desafios/Constrangimentos	Reformas de Políticas Propostas	Recomendações
Setor privado forte conduz ao desenvolvimento da economia	Dívida, diminuição do crescimento económico, setor privado com falta de massa crítica	Parcerias público-privadas Leasing, factoring e outros códigos de instrumentos financeiros	Melhorar o acesso ao financiamento, capacitação institucional, alinhar a formação dos recursos humanos com as necessidades de negócios
	País e mercado pequenos, território fragmentado; ambiente de negócios pouco convidativo; altos custos de produção; opções de financiamento limitadas;		Promover e desenvolver um robusto sistema bancário através do aumento do capital mínimo, promoção de micro-financiamento, elaboração de relatórios sobre a estabilidade financeira
	Setor privado sufocado pelo acesso limitado ao crédito, leis sobre o trabalho rígidas,		Reforçar as parcerias público-privadas: criar regulação e promover a participação do setor privado nas iniciativas do Governo
	Fracas parcerias público-privado-público impedem um ambiente de negócios atrativo		Melhorar os produtos e serviços financeiros (garantias de fundos, créditos especiais e capital de risco)
	Setor privado fraco: 93% do mercado são microempresas que empregam 43% da força de trabalho		Desenvolver programas para reforçar as opções de refinanciamento
	PME fracas financeira e estruturalmente		Reforçar as relações e ações entre o setor privado que apoiar as instituições para promover a agenda nacional para o desenvolvimento de negócios
	Custos de produção são elevados devido ao alto custo de (transportes, Energia, telecomunicações)		Melhorar a formação dos H.R., processos (financiamento, regulação, supervisão, certificação); boa governação (inclusão e responsabilidade)
	Mercado financeiro/bancário pequeno e vulnerável		Promover a incubação de empresas e acesso de novas empresas ao financiamento/capital Operacionalizar o Fundo de Garantia de CV Operacionalizar o fundo de capital de risco de CV
Oportunidades: Mercado a crescer na região Parcerias com – AGOA, CEDEAO, CPLP, etc.	Fornecer incentivos para promover <i>factoring</i> , <i>leasing</i> e outros produtos financeiros para PME		



Quadro 11: Clusters e Transformação

Objetivos	Questões Chave, Desafios/Constrangimentos	Reformas de Políticas Propostas	Recomendações
Uma economia variada e transformada	Demasiados <i>clusters</i> . Isto é, Singapura inicialmente incidiu apenas em uma.	Planeamento urbano e territorial integrado para o desenvolvimento equilibrado	Identificar o <i>cluster</i> prioritário para desenvolver e que desempenhe um papel fundamental na propulsão de outros.
	Cabo Verde ainda está na fase incipiente do desenvolvimento do <i>cluster</i> . Necessidade de haver Infraestruturas de base com capacidade para apoiar os <i>clusters</i> .		Compreender as fases de desenvolvimento do <i>cluster</i> : 1. Cenário de negócios atuais, 2. Desenvolver parcerias de PME com outras PME e negócios mais amplos, 3. Expansão do <i>cluster</i> , 4. Crescimento de PME com sucesso e criação de outras
	Parcerias necessárias para sustentar e apoiar os <i>clusters</i> ainda não estão criadas ou estão pouco desenvolvidas		Desenvolver um plano de ação, definir prioridades, Identificar o papel das principais partes interessadas, definir o quadro institucional, construir consensos para a formulação da agenda estratégica para cada <i>cluster</i>
	O <i>cluster</i> do Turismo (representando 20% do PIB) exige desenvolvimento de atividades principais, atividades de apoio e Infraestrutura de base.		Identificar e preparar/endereço de fatores de condução para o desenvolvimento do <i>cluster</i> : 1. Infraestrutura (Energia, Água, etc.), 2. Parcerias Catalíticas, 3. Formação Profissional e desenvolvimento de competências
			Formular estratégia e visão de competitividade de longo prazo, incluindo um plano de programas, projetos e ações pormenorizados e o quadro para a Implementação, acompanhamento e avaliação
			Definir um quadro institucional (<i>Cluster</i> como instituição): necessidade de definir uma estrutura de governação e gestão do <i>cluster</i> e um conselho consultivo com as principais partes interessadas
			Identificar e desenvolver a cadeia de valor: Necessidade de investir na pesquisa para a criação de conhecimento e desenvolvimento de <i>know-how</i> que criará serviços e produtos de inovação



Quadro 12: Educação

Objetivos	Questões Chave, Desafios/Constrangimentos	Reformas de Políticas Propostas	Recomendações
<p>Sistema educacional importante e de grande qualidade</p> <p>Empreendedorismo e força laboral inovadora</p> <p>Inclusão social e equidade</p>	Acessibilidade; Qualidade, Importância e custos do sistema educacional	<p>Política para a qualidade, acesso e educação de relevância</p> <p>Política para orientar a pesquisa e garantir financiamento sustentável</p> <p>Política para o acesso universal à educação superior e obrigatória para os 10 anos de escolaridade</p>	<p>Reconciliar/Ligar a expansão do sistema de educação com a agenda de transformação</p> <p>Desenvolver a formação vocacional e os graus de educação superior /oferta de acordo com a necessidade do mercado e do <i>Clusters</i></p>
	Orientação e capacidade de Pesquisa são muito fracos		<p>Criar agências de coordenação, acompanhamento, avaliação e acreditação; Implementar a acreditação nacional e o sistema de controlo da qualidade</p> <p>Criar o “Conselho Nacional para as Ciências, Tecnologia e Inovação (CTI)” para guiar as investigações de CTI, facilitar o financiamento de CTI e promover a inovação</p>
	Construir as competências de STI e cidadania		<p>Definir um padrão nacional para a educação pré-escolar e primária com a finalidade de ser ensinada a tempo inteiro e criar sistemas para o controlo da qualidade</p>
	Fracas parcerias público-privado-público impedem um ambiente de negócios atrativo		<p>Apoiar a investigação e a criação de conhecimento em áreas estratégicas e orientar as escolhas de grau nas áreas deficitárias</p>
	Oportunidades TIC e Internet Conteúdo online (MOOC, etc.)		<p>Reforçar o componente da língua no curriculum da escola e exigir que os alunos dominem pelo menos uma língua estrangeira</p> <p>Reforçar a ligação entre a educação e a indústria</p> <p>Investir na investigação e na investigação aplicada para produzir conhecimento e responder às necessidades locais</p>
	Exportação de trabalho e serviços de alta competência		<p>Educação universal da Pré-escolar à Primária</p> <p>Implementar um sistema de educação de 10 anos obrigatório</p> <p>Melhorar a gestão das instituições educacionais:</p> <p>Fornecer ferramentas e competências de gestão; Fornecer maior autonomia para as escolas, devendo cada escola formular planos de médio a longo prazos</p>

Quadro 13: Emprego

Objetivos	Questões Chave, Desafios/Constrangimentos	Reformas de Políticas Propostas	Recomendações
Um mercado de trabalho robusto e dinâmico	Incapacidade do setor privado para criar emprego	Leis Laborais Política fiscal/Quadro fiscal Políticas de Emprego Quadro Regulador	Elevar a qualidade de educação e formação Melhorar e generalizar a formação em empreendedorismo Apoiar a incubação de negócios nos campos educacionais
	Ambiente de negócios inflexível e antipático		Reforçar a formação de línguas estrangeiras no curriculum dos vários níveis de educação/formação
	Mercado pequeno e território fragmentado		Reforçar as instituições existentes/agências de desenvolvimento empresarial
	Dificuldade de acesso ao financiamento pelas PME, limitando assim o crescimento de negócios		Criar incentivos para os investidores estrangeiros e nacionais Implementar um quadro fiscal que seja menos punitivo, promover a criação de emprego e favorecer a poupança e o investimento
	Atrasos processuais da Administração Pública		Reforçar as ligações entre o ensino e as empresas de modo a fornecer formação adequada em sintonia com as necessidades do mercado Encaminhar a juventude para as áreas de estudo que aumentam a empregabilidade
	Falta de flexibilidade do mercado de trabalho e de mecanismos de intermediação do trabalho		Promover os valores éticos e o sentido da responsabilidade Promover uma cultura de mérito e produtividade Implementar a diplomacia económica com a finalidade de promover a internacionalização das empresas Cabo-verdianas e atrair IDE e Facilitar o estabelecimento de ligações sólidas com o mercado da CEDEAO Transformar Cabo Verde no Campus Universitário para os Africanos da África Ocidental
	Baixa proficiência em línguas estrangeiras		Desenvolver Parcerias Público-Privadas estratégicas para propiciar maior acesso ao financiamento
	Falta de orientação profissional e educacional		Impulsionar o potencial dos setores de agrogócios e turismo para a criação de emprego Reforçar a relação entre Governos local e central Promover a internacionalização dos negócios Cabo-verdianos

Quadro 14: Energia

Objetivos	Questões Chave, Desafios/Constrangimentos	Reformas de Políticas Propostas	Recomendações
<p>Garantir 100% de acesso à energia</p> <p>Economia verde com 100% de eletricidade originária das energias renováveis</p>	<p>Crescimento a longo prazo do custo de energia é uma principal ameaça para a competitividade de Cabo Verde</p>	<p>Política de energia renovável (ER) e de eficiência energética (EE)</p> <p>Política para reduzir os riscos de investimento</p>	<p>Criar o ambiente institucional, estrutural, legal e regulamentar que apoie a inovação, diversificação e competitividade</p>
	<p>Capacidade de mobilizar o investimento necessário; Fraca capacidade institucional do setor e do Estado para introduzir as reformas necessárias para mudar para uma economia verde</p>		<p>Investir em e diversificar as fontes renováveis para incluir o vento, o sol, a biocombustível, a biomassa, o RSU e sistemas de bombeamento de água, pequenas centrais hidrelétricas, onda, etc.; e investir em tecnologias de armazenamento</p>
	<p>Necessidade de descentralizar o setor – desintegração vertical; Separar o produtor e o distribuidor</p>		<p>Reestruturar o setor de energia, incluindo a gestão técnica e a regulação económica</p>
	<p>Ineficiente produção, armazenamento e distribuição</p>		<p>Construir um ambiente sólido para os produtores independentes Regulamentar o Decreto-lei e a Lei N. 1/2011</p>
	<p>Obstáculos à eficiência de energia: não regulamentação dos projetos de instalação do equipamento; utilização de aparelhos e equipamentos ineficientes; défice de regulamentação, informação, educação sensibilização</p>		<p>Capacitação para o Mercado de CO2; Transformar ERMI num centro de excelência em ER e formação em EE na região da CEDEAO Implementar políticas para promover a eficiência energética (por exemplo o código de construção, imposto sobre os aparelhos, etc.) e adoção de energia renovável</p>
	<p>Fraca capacidade institucional para a transição para a economia verde</p>		<p>Elaborar um plano de energia para o futuro e preparar o plano de engenharia para 100% de energia renovável</p>
	<p>Oportunidades</p>		<p>Criar sistemas endógenos de ER, incluindo a montagem de painéis solares em CV a custos competitivos, isto é "construir em CV" para o mercado da CEDEAO; Apoiar e investir no arranque do setor da energia renovável</p>
	<p>Grande potencial para energia renovável</p>		<p>Reduzir perdas comerciais (principalmente roubo) e perdas técnicas; Atualizar a rede nacional</p>
	<p>Fundos mundiais para a economia verde</p>		<p>Reduzir perdas comerciais (principalmente roubo) e perdas técnicas; Atualizar a rede nacional</p>
<p>Presença do ECREEE no país</p>	<p>Analisar a viabilidade das ligações inter-Ilhas</p>		





Quadro 15: Modelo de Crescimento e Integração Regional

Objetivos	Questões Chave, Desafios/Constrangimentos	Reformas de Políticas Propostas	Recomendações
<p>Uma economia orientada para a inovação, eficiente e de alta produtividade baseada no conhecimento</p> <p>Uma economia resistente que seja autossustentável e inclusiva</p> <p>Total integração de Cabo Verde na CEDEAO</p>	<p>Que modelo de desenvolvimento para Cabo Verde?</p> <p>Mercado mundial cada vez mais competitivo e liberal</p> <p>Crise económica mundial e redução das fontes de financiamento</p> <p>Oportunidades:</p> <p>Vasto oceano, clima e localização geográfica, turismo, Diáspora</p> <p>Mercado da CEDEAO, AGOA, CPLP</p>	<p>Desenvolver reformas consistentes e radicais no mercado de trabalho, ambiente de negócios, educação/formação profissional</p>	<p>Aprender e adaptar a partir de experiências/ modelos/ práticas/políticas de outros países semelhantes, nomeadamente as Ilhas Canárias, Ilhas Maurícias, Islândia e Singapura – importação-transformação-exportação</p> <p>Promover inovação e o empreendedorismo</p> <p>Facilitar uma melhor gestão e rentabilidade de infraestruturas construídas existentes e investir para expandir as infraestruturas</p> <p>Facilitar e reforçar o acesso ao financiamento, principalmente o capital de risco e crescimento</p> <p>Investir no capital humano: desenvolver competências de alto valor através de formação de força de trabalho de alta produtividade</p> <p>Promover a investigação e desenvolver o conhecimento local para facilitar a inovação</p> <p>Facilitar o crescimento com base no conhecimento, inovação e alta produtividade</p> <p>Melhorar a capacidade da população economicamente desfavorecida</p> <p>Integrar os peritos de Cabo Verde nas instituições regionais e reforçar as ligações de Infraestruturas (aéreo e marítimo) com o continente</p> <p>Explorar a localização geoestratégica e desempenhar um papel dinâmico na sub-região através de participação ativa na organização CEDEAO</p>

Quadro 16: Clusters das TIC

Objetivos	Questões Chave, Desafios/Constrangimentos	Reformas de Políticas Propostas	Recomendações
<p>Uma sociedade do conhecimento impulsionada por uma cultura de criatividade, inovação e empreendedorismo</p> <p>Aumentar a exportação de produtos de alta tecnologia e altamente qualificados</p>	<p>Sistema de ensino que não promove a cultura de empreendedorismo</p> <p>Falta de visão e agenda comum para as TIC</p> <p>Elevados custos de acesso (telefone, Internet, equipamentos informáticos, etc.)</p> <p>Oportunidades: Diáspora como recurso</p> <p>Explorar o mercado Africano com 600 milhões de utilizadores da Internet até 2025</p> <p>Programas <i>online</i> educacional/formação programas, nomeadamente MOOC, etc.</p> <p>Vasta utilização das TICs</p>	<p>Quadro jurídico e regulamentar</p> <p>As políticas fiscais devem refletir as TIC como um bem essencial e direito fundamental</p> <p>Propriedade intelectual</p> <p>Capacidades e política de imigração favorável ao investidor</p>	<p>Reforçar as sinergias entre as universidades e as empresas</p> <p>Facilitar a pesquisa e investigação aplicada em resposta às necessidades do mercado e do setor privado</p> <p>Promover a inovação através do apoio à investigação, incubação de negócios e empreendedorismo</p> <p>Investir na educação e promover uma cultura de inovação, criatividade, pensamento crítico e empreendedorismo em todos os níveis de ensino e sociedade</p> <p>Integrar as TIC nas escolas primárias como ferramentas de aprendizagem e colaboração</p> <p>Promover estudos universitários sobre as TIC, ciência, engenharia e matemática</p> <p>Promover as certificações das TIC</p> <p>Promover a proficiência em inglês e francês</p> <p>Reforçar o quadro jurídico para a propriedade intelectual e combater a cibercriminalidade</p> <p>Atrair trabalhadores competentes e investidores através de políticas de imigração favoráveis</p> <p>Criar uma nação virtual – envolver a diáspora na economia</p> <p>Garantir acessibilidade das TIC para todos</p> <p>Reduzir os custos através da liberalização do setor de comunicação</p> <p>Desenvolver o quadro de inovação com base na cultura como uma das vantagens competitivas de Cabo Verde, através do desenvolvimento de conteúdos criativos elaborados em Cabo Verde, dirigidos à nossa realidade e para exportação</p> <p>Desenvolver parcerias entre o NOSI, Ministério da Cultura e empresas</p> <p>Explorar a posição geográfica como porta de acesso para a África e atrair IDE nas TIC</p> <p>Aproveitar as oportunidades existentes na região Africana</p> <p>Criar sistemas endógenos de ER, incluindo a montagem de painéis solares em CV a custos competitivos, isto é "construir em CV" para o mercado da CEDEAO; Apoiar e investir no arranque do setor da energia renovável</p> <p>Exportar as soluções das TIC já desenvolvidas e nas áreas de governação eletrónica</p> <p>Facilitar os incentivos para transformar Cabo Verde num centro de processamento de negócios <i>offshore</i></p> <p>Aproveitar o centro de dados para construir em Cabo Verde serviços clouds de recuperação de dados perdidos</p> <p>Reduzir os impostos nas importações das TIC</p> <p>Fornecer incentivos fiscais para as empresas TIC</p>

Quadro 17: Nação Inclusiva e Diáspora

Objetivos	Questões Chave, Desafios/Constrangimentos	Reformas de Políticas Propostas	Recomendações
<p>Nação inclusiva e unida com oportunidades para todos</p> <p>Total participação e envolvimento da Diáspora nos assuntos e transformação nacional</p>	<p>Níveis elevados de desemprego, principalmente no seio da juventude e os seus efeitos na sociedade e na coesão nacional</p> <p>Disparidades regionais provocadas por oportunidades de desenvolvimento assimétrico em cada Ilha</p> <p>Crescimento económico e garantia de um desenvolvimento inclusivo</p> <p>Mudanças nos modelos de organização familiar Desigualdade persistente</p> <p>Lacuna entre a política e os níveis intermédios e operacionais dos serviços de emigrantes</p> <p>Oportunidades: Dividendo demográfico</p> <p>A Nação Global consiste nas comunidades no território nacional e na Diáspora</p>	<p>A boa governação como alavanca para o desenvolvimento</p>	<p>Persistência em investimento social, apesar da crise económica, tendo em conta que é um investimento com retorno garantido</p> <p>Integrar a educação e formação de competências com estratégias de crescimento identificadas</p> <p>Mobilização de capital humano através do investimento em sistemas de educação, de formação de competências e de cuidados de saúde</p> <p>Abordagem multifacetada liga o crescimento ao emprego Ampliar os programas sociais e assistência específica</p> <p>Redefinir a colaboração entre o estado e as instituições que lidam com desenvolvimento inclusivo</p> <p>Sincronizar os esforços entre os diversos atores sociais e instituições</p> <p>Reforçar as ações de desenvolvimento inclusivo na perspetiva da cidadania emancipatória</p> <p>Encorajar a participação e envolvimento da Diáspora nas tomadas de decisões, governação e economia</p> <p>Reforçar a identidade cultural e sentido de pertença em Cabo Verde e diáspora através do sistema de educação</p> <p>Facilitar as 'remessas de conhecimento' e investimento Implementar os títulos da Diáspora para financiar o desenvolvimento Transformar as remessas em mecanismos de financiamento</p> <p>Incentivar iniciativas que visem a criação de espaços para o diálogo social e reforçar as redes sociais</p>



Quadro 18: Infraestruturas

Objetivos	Questões Chave, Desafios/Constrangimentos	Reformas de Políticas Propostas	Recomendações
<p>Haver infraestruturas adequadas, eficientes e de qualidade para apoiar a agenda de transformação</p>	<p>Investimentos elevados em infraestruturas ainda não se traduziram na melhoria dos serviços</p>	<p>Fundos de Manutenção</p>	<p>Construir uma visão consensual e única para o desenvolvimento de infraestruturas Facilitar PPP com riscos e benefícios partilhados</p>
	<p>Redução do financiamento concessional</p>		<p>Criar um modelo de financiamento baseado na comparação dos custos de infraestruturas para minimizar a falta de recursos financeiros</p>
	<p>Setor privado débil incapaz de contribuir de forma significativa para o financiamento de Infraestruturas</p>		<p>Esboçar e Implementar um sistema de avaliação, seleção e desenvolvimento de projetos de Infraestruturas</p>
	<p>Território fragmentado exige planos sistemáticos para o desenvolvimento de Infraestruturas em todas as Ilhas</p>		<p>Criar uma nação virtual – envolver a diáspora na economia Garantir acessibilidade das TIC para todos Reduzir os custos através da liberalização do setor de comunicação</p>
	<p>Custos de manutenção</p>		<p>Atualizar e ampliar as infraestruturas para apoiar a agenda de transformação (por exemplo, desenvolver a 3ª fase do desenvolvimento de infraestruturas: Sal como Zona Franca, Praia extensão da pista do aeroporto, construção de portos para a ligação com a Ilha do Maio, etc.)</p>
	<p>Oportunidades: Foi renovado o interesse global no desenvolvimento de infraestruturas</p>		
	<p>Aumento do número de instituições e de fundos destinados ao desenvolvimento de infraestruturas (ou seja Africa 50 BAD; Corporação Financeira Africana, etc.) Foco renovado em África (Narrativa ascensão de Africa)</p>		<p>Melhorar a gestão da infraestruturas e reduzir os custos do serviço para aumentar a competitividade no mercado mundial</p>

Quadro 19: Gestão Territorial e Cidades

Objetivos	Questões Chave, Desafios/Constrangimentos	Reformas de Políticas Propostas	Recomendações
Planeamento e gestão urbana sustentável alcançado	<p>A estratégia de planeamento precisa ser alinhada com as políticas de desenvolvimento socioeconómico</p> <p>Fraca participação do setor privado no desenvolvimento urbano</p> <p>Esforços e estratégias descoordenadas entre o governo local e central Incapacidade de responder ao rápido crescimento urbano e de turismo/exigências de gestão de ZDTI; Impacto de mudanças Climáticas no desenvolvimento do país.</p> <p>Oportunidades: Exigência dos investidores no setor do turismo</p> <p>Disponibilidade de apoio por parte das instituições US Millennium Challenge Corporation e os demais parceiros para as reformas territoriais</p>	Política de ordenamento Territorial e Desenvolvimento	<p>Fortalecer a governação urbana, capacitando a sociedade civil (capacitação da sociedade civil e participação no processo de planeamento e gestão). Promover e implementar o ordenamento do espaço participativo</p> <p>Melhorar a coordenação intersetorial no planeamento e gestão territorial; Ligar o ordenamento territorial com as estratégias económicas</p> <p>Promover a descentralização e reforçar as estruturas regionais para a implementação de planos Facilitar o planeamento integrado das Zonas Costeiras Alinhar o planeamento territorial e desenvolvimento Adotar as políticas de eficiência energética na gestão urbana Melhorar a integração das mudanças Climáticas no planeamento territorial</p> <p>Promover a integração territorial do Turismo e o desenvolvimento equilibrado entre as Ilhas</p> <p>Desenvolver e implementar estratégias de contenção da área urbana e reabilitação urbana como impulso para o desenvolvimento económico das cidades</p> <p>Criar reservas de agricultura e ecológica para salvarguardar as paisagens naturais e promover os <i>clusters</i> da agricultura e do turismo</p> <p>Edificar cidades dinâmicas, abertas e criativas com capacidade para produzirem riqueza e empregos</p> <p>Mobilizar recursos para a implementação de políticas de gestão territorial</p> <p>Melhorar o controlo da utilização do solo para responder à rápida expansão urbana e territorial não regulamentada</p> <p>Melhorar o acompanhamento da dinâmica socioeconómica pela Administração Pública</p> <p>Implementar o sistema de Cadastro nacional</p> <p>Incorporar as alterações climáticas no planeamento e gestão territorial</p> <p>Alavancar a cultura e identidade de CV para valorizar o património urbano e arquitetónico</p>

Quadro 20: Economia marítima

Objetivos	Questões Chave, Desafios/ Constrangimentos	Reformas de Políticas Propostas	Recomendações
<p>Um <i>cluster</i> de economia marítima competitiva, que é um motor de crescimento</p>	<p>Preocupações ambientais Programas de certificação</p> <hr/> <p>Investigação científica insipiente e criação de conhecimento para o desenvolvimento do <i>cluster</i></p> <hr/> <p>Competição regional (por exemplo Ilhas Canárias, Senegal, etc.) Capacidade Inadequada Setor privado débil e empresas pequenas Capacidade financeira limitada</p> <hr/> <p>Oportunidades: Plataforma natural no meio do Atlântico</p> <hr/> <p>Globalização e comércio desenvolvido</p>	<p>Desenvolver e Adotar o código de Abastecimento</p>	<p>Reforçar a governação e gestão do <i>cluster</i> Reforçar a relação entre o setor privado e a administração pública através do apoio às iniciativas privadas</p> <p>Definir prioridades e formular um plano de negócios e um plano de ação único, claro integrado e coordenado para o <i>cluster</i> Marítimo.</p> <p>Traçar e implementar um programa de capacitação, formação e investigação Formular e Implementar programas para satisfazer/ atingir todas as certificações de segurança internacional</p> <p>Criar o instituto de investigação Oceanográfico/laboratório (investigação, pescas, mergulho, etc.) e transformar Cabo Verde num centro para investigação e exploração marítima.</p> <p>Exportar as soluções das TIC já desenvolvidas e nas áreas de governação eletrónica</p> <p>Formular e Adotar políticas sobre a concessão de licenças de pesca e alocação da bandeira que promoverá o <i>cluster</i> da economia marítima (por exemplo processamento dos produtos das pescas como condição para emissão de licenças de pesca)</p> <p>Integrar vários setores através da adoção de novas tecnologias com a finalidade de aumentar a qualidade e a competitividade Desenvolver um programa de financiamento para o setor privado na economia marítima para facilitar o acesso ao financiamento</p> <p>Aumentar a cooperação com os parceiros do 'Atlântico' (CEDEAO, Brasil, Angola) Facilitar a participação dos nacionais no capital de empresas no <i>cluster</i> Adaptar Incentivos fiscais para padrões/práticas internacionais para estimular a economia marítima</p> <p>Formular e implementar política sobre o preço e coordenação de várias taxas e licenças (por exemplo abastecimento e pesca)</p> <p>Programa para apoiar a modernização de frotas nacionais e melhorar a infraestruturas através de PPP Atrair parceiros estratégicos (incluindo a Diáspora) com capital, <i>know-how</i> e experiência para desenvolver subsectores do <i>cluster</i> da economia marítima</p>

Objetivos	Questões Chave, Desafios/Constrangimentos	Reformas de Políticas Propostas	Recomendações
<p>Um <i>cluster</i> do turismo sustentável, inclusivo, variado, competitivo, inovador e de elevado valor acrescentado</p>	<p>Desenvolvimento desigual do setor e grande concentração (Ilhas, operadores e recursos)</p> <p>Fraca ligação com a economia local: fraca participação dos investidores e operadores locais na cadeia de valor do turismo</p> <p>Fraca ligação entre a política do turismo e outras estratégias de desenvolvimento (Infraestruturas, gestão e planeamento territorial, capacitação, cultura, ambiente)</p> <p>Necessidade de definir as questões chave na estruturação do <i>cluster</i> tal como estrutura, governação, partes interessadas, sistema de acompanhamento, estímulos, etc</p> <p>Vantagem comparativa enfraquecida devido ao custo diferencial com outros destinos definidos</p>	<p>Incentivos fiscais para promover a participação local no <i>cluster</i></p> <p>Agilizar os procedimentos administrativos com a finalidade de estimular o <i>cluster</i></p>	<p>Desenvolver o nicho de mercados: ecoturismo, turismo rural, turismo de cruzeiro, turismo cultural e religioso para o desenvolvimento inclusivo e redução da pobreza</p> <p>Elaborar um plano de ação de médio longo prazos com acompanhamento e avaliação contínuos</p> <p>Melhorar o setor dos transportes para melhorar o acesso internacional e nacional (inter-Ilhas, estradas, portos e aeroportos)</p> <p>Racionalizar e reformar a governação e o quadro institucional para o setor (ou seja Necessidade para liderança e única “cadeia de comando”)</p> <p>Facilitar a implementação e a coordenação da estratégia nacional: i) planeamento e desenvolvimento da infraestrutura do turismo, (ii) formação de recursos humanos (iii) Apoiar o setor de investimento (PME) e (iv) coordenar a promoção interna e externa de CV como um destino turístico</p> <p>Promover a colaboração e ação coordenada entre o Governo, os Municípios, a sociedade civil, o setor privado na promoção e gestão do setor do turismo</p> <p>Diversificação do setor através da ligação com os recursos culturais e paisagísticos</p>



Quadro 22: Economia Criativa e Cultural

Objetivos	Questões Chave, Desafios/Constrangimentos	Reformas de Políticas Propostas	Recomendações
<p>Reconhecer as Economias Cultural e Criativa como pilares estratégicos para o desenvolvimento sustentável, social, político, cultural e económica de Cabo Verde</p> <p>Cultura como motor principal da atividade económica</p>	Ausência de instituições públicas e profissionais para apoiar as economias criativas	<p>Desenvolver/atualizar políticas, quadro institucional e de incentivos para melhor regulamentar e estimular a economia criativa.</p> <p>Criar mecanismos legais para a integração no mercado internacional com o objetivo de aumentar a exportação.</p>	<p>Formular uma estratégia nacional para a economia criativa</p> <p>Desenvolver planos táticos e operacionais bem como processos de acompanhamento e de avaliação</p>
	Falta de ligações intersetoriais entre a cultura e outros setores de desenvolvimento		<p>Criar e reforçar os recursos institucionais humanos, legais, organizacionais, orçamentais e informativos</p>
	Ausência de dados sistematizados e indicadores bem como de mecanismos de acompanhamento e avaliação		<p>Desenvolver elos de ligação e cooperação interministerial e interinstitucional</p>
	Fraco reconhecimento do rico património cultural de Cabo Verde.		<p>Desenvolver parcerias internacionais e acordos de cooperação para promover e facilitar as exportações</p>
	Ausência de leis, normas e regulamentos para o setor		<p>Desenvolver programas de formação e de capacitação para profissionais e empresários no setor cultural para desenvolver a atividade produtiva e garantir a qualidade de mercadorias e serviços para aumentar a competitividade global.</p>
	Incentivos e investimento financeiros insuficientes (público e privado) para apoiar o desenvolvimento do setor.		<p>Criar mecanismos financeiros e de gestão.</p>
	Modelos de negócios inadequados e precários para empreendedores criativos.		<p>Criação de um 'Observatório de Economia Criativa Africana' em Cabo Verde.</p>
	Escassez de programas de formação em todos os níveis (universitário, técnico e profissional)		<p>Criar uma base de dados estatística para mapear o setor cultural e fazer o acompanhamento da dimensão económica da cultura.</p>
	Transação internacional de produtos culturais em pequena escala		<p>Investir em canais de promoção, circulação e distribuição de produtos com o apoio das TICs</p>
	Oportunidades: Crescimento rápido e aumento da participação da economia cultural/experiência da economia mundial		<p>Facilitar a incubação de negócios no cluster através de incentivos</p>
Riqueza dos recursos criativos e do património cultural do país			
Potencial para Cabo Verde assumir a liderança no processo de formulação e implementação de políticas para a economia criativa em África			
Potencial de exportação nas redes já criadas de parceiros, nomeadamente a CPLP e a África			



II Fórum Nacional de Transformação
CABO VERDE 2030



Anexo V - *Parceiros*









II Fórum Nacional de Transformação
CABO VERDE 2030